



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

4ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLIV

RIO BRANCO - AC, 20 DE JUNHO DE 2006

N.º 3540

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA

Presidente

JUAREZ LEITÃO

1º Secretário

MOISÉS DINIZ

2º Secretário

HELDER PAIVA

1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO

2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA

3º Secretário

DELORGEM CAMPOS

4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

BPM - Elson Santiago

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Luiz Gonzaga

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PPS - Tarcísio Medeiros

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga e Taumaturgo Lima.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis.

PSB - Delorgem Campos.

PL - Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes.

PSDB - Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira.

PP - José Bestene e Roberto Filho.

PDT- Luiz Calixto.

PPS - Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima.

39ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 21 de junho de 2006
Presidência: Deputado HELDER PAIVA
Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

AUSENTES: Deputados NALUH GOUVEIA, do **PT**; ANTONIA SALES, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, do **PSDB**; DINHA CARVALHO, do **PL**.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

CMB/OF/N. 181/2006, da Câmara Municipal de Brasília, falando da insatisfação e da não aceitação em relação à nova divisão do Zoneamento Ecológico do Estado do Acre, onde o Município de Brasília perde para os municípios vizinhos da região do Alto Acre, quase 50 mil hectares de terra;

Ofício n. 027/2006, do Procurador da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, Senhor Israel Ferreira Nunes Neto, enviando os nomes das Comissões Permanentes desta Assembléia:

Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Titulares: Deputado **Paulinho Freire** (PMN) – Presidente; Deputado **Ezequiel Ferreira** (PMN) – Vice; Deputado **Elias Fernandes** (PMDB); Deputado **Getúlio Rego** (PFL); Deputada **Márcia Maia** (PSB); Suplentes: Deputado **Dadá Costa** (PDT); Deputado **Wober Júnior** (PPS); Deputado **José Dias** (PMDB); Deputado **José Adécio** (PFL); Deputada **Gersane Marinho** (PDT); **Comissão de Defesa do Consumidor, Meio ambiente e Interior: Titulares:** Deputado **Fernando Mineiro** (PT) – Presidente; Deputado **Joacy Pascoal** (PSB) – Vice; Deputado **Francisco José** (PMN); Suplentes: Deputada **Márcia Maia** (PSB); Deputado **Ezequiel Ferreira** (PMN); Deputado **Elias Fernandes** (PMDB); **Comissão de Administração, Serviços Públicos e Trabalho: Titulares:** Deputado **Luiz Almir** (PSDB) – Presidente; Deputado **Francisco José** (PMN) –

Vice; Deputada **Márcia Maia** (PSB); Suplentes: Deputado **Wober Júnior** (PPS); Deputado **Nelson Freire** (PSB); Deputado **Ezequiel Ferreira** (PMN); **Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Social: Titulares:** Deputado **Ruth Ciarlini** (PFL) – Presidente; Deputado **Gersane Marinho** (PDT) – Vice; Deputado **Nelson Freire** (PSB); Suplentes: Deputado **José Adécio** (PFL); Deputado **Dadá Costa** (PDT); Deputado **Francisco José** (PMN); **Comissão de Finanças e Fiscalização: Titulares:** Deputado **Nelter Queiroz** (PMDB) – Presidente; Deputado **Wober Júnior** (PPS); Suplentes: Deputado **Luiz Almir** (PSDB); Deputado **Paulinho Freire** (PMN); Deputado **José Dias** (PMDB); **Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania: Titulares:** Deputado **Dadá Costa** (PDT) – Presidente; Deputado **Paulinho Freire** (PMN) – Vice; Deputada **Tuth Ciarlini** (PFL); Suplentes: Deputado **Joacy Pascoal** (PSB); Deputado **Fernando Mineiro** (PT); Deputado **José Adécio** (PFL);

Indicação n. 103/2006, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado José Luis, solicitando ao Governador do Estado do Acre, para junto ao Deracre providenciar a recuperação dos trechos críticos da estrada do Amapá e a melhoria do acesso ao Ramal do Lago do Amapá;

Indicação n. 104/2006, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado José Luis, solicitando à Mesa Diretora, que seja endereçado expediente a empresa de Telefonia Brasil Telecom, para que dentro do plano de expansão de telefonia fixa, instale quatro telefones públicos, tipo “orelhão”, no município de Capixaba, sendo dois na avenida Governador Edmundo Pinto e dois no bairro Paraíso;

Indicação n. 105/2006, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado José Luis, solicitando ao Governador do Estado do Acre, para junto a Secretaria Estadual de Saúde, reative e coloque em funcionamento os três leitos que estão sem uso, da Unidade de Terapia Intensiva – UTI do Hospital Geral de Clínicas de Rio Branco, e que dentro das disponibilidades orçamentárias, crie leitos nesta unidade de UTI;

Indicação n. 106/2006, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, solicitando ao Governador do Estado do Acre, para que estude a possibilidade da criação do Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre;

Mensagem n. 896/2006, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar N. 39, de 29 de Dezembro de 1993”;

Resolução n. 4/2006, de autoria da Mesa Diretora, o qual “Altera o art. 14, da Resolução n. 97 de 1º de junho de 2006”.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Suspendemos a presente Sessão por tempo indeterminado. (PAUSA)

Reaberta a Sessão, consideramos prejudicados o Pequeno e o Grande Expediente.

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 41/2006, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, “Solicitando à Mesa Diretora, a realização de uma Sessão Solene no dia 28/06/2006 (quarta-feira), em homenagem ao 37º aniversário do 7º Batalhão de Engenharia de Construção – 7º BEC”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos a plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 40/2006, de autoria do Deputado José Luis, que “Solicitando à Mesa Diretora, que seja realizado uma Sessão especial, em homenagem a Liga das Quadrilhas de Festas Juninas, no mês de junho em data a ser definida pela Mesa Diretora”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 39/2006, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando à Mesa Diretora, que seja realizada uma Sessão Solene, no dia 20 de junho (terça-feira) em homenagem aos funcionários aposentados da Assembléia Legislativa”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, os Senhores Deputados que forem a favor, permaneçam sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.
Está encerrada a Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Ordinária e convocamos uma Extraordinária para às treze horas.

25ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 21 de junho de 2006
Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**
Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

AUSENTE: Deputado LUIZ GONZAGA, do **PSDB**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 7/2006, de autoria do Poder Executivo, que “Autera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com a Matéria permaneçam sentados; Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 21 de junho de 2006
Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**
Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

AUSENTE: Deputado LUIZ GONZAGA, do **PSDB**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 19/2006, de autoria do Deputado José Luis, que “Dispõe sobre a comercialização de materiais de metal usados no Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 21 de junho de 2006
Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**
Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.
AUSENTE: Deputado LUIZ GONZAGA, do **PSDB**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 31/2006, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Autoriza as Escolas Públicas Estaduais do Estado do Acre a receberem doações e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 21 de junho de 2006
Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**
Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

AUSENTE: Deputado LUIZ GONZAGA, do **PSDB**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 34/2006, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Institui o Dia do Deficiente Surdocego”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 21 de junho de 2006
Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**
Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

AUSENTE: Deputado LUIZ GONZAGA, do **PSDB**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 38/2006, de autoria do Deputado José Luis, que “Institui o Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao Projeto de Resolução n. 4/2006, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera o art. 14, da Resolução n. 97 de 1º de junho de 2006”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

**30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 21 de junho de 2006
Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**
Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS, do **BPM**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES, do **PMDB**; HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA, do **PSDB**; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA, do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, do **PSB**; DINHA CARVALHO, do **PL**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**.

AUSENTE: Deputado LUIZ GONZAGA, do **PSDB**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 19/2006, de autoria do Deputado José Luis, que “Dispõe sobre a comercialização de materiais de metal usados no Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 38/2006, de autoria do Deputado José Luis, que “Institui o Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 34/2006, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Institui o Dia do Deficiente Surdocego”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Projeto, permaneçam sentados; os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 31/2006, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Autoriza as Escolas Públicas Estaduais do Estado do Acre a receberem doações e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com a Matéria, permaneçam sentados; os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 7/2006, de autoria do Poder Executivo, que “Autera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.

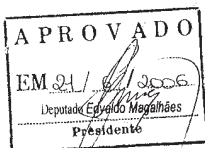
O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos uma Ordinária para dia e hora regimental.

Subsecretaria de Atividades Legislativas



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PARECER N. 35 / 2006
PROJETO DE LEI N.19/2006
AUTORIA: Deputado JOSÉ LUIZ
EMENTA: "Dispõe sobre a comercialização de materiais de metal usados no Estado do Acre."

RELATORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

I - RELATÓRIO

Conforme preceitua o art. 24 do Regimento Interno desta Corte de Leis, tramita nas Comissões de Constituição e Justiça e de Redação para a devida apreciação e emissão de parecer, o Projeto de Lei n. 19/2006, de autoria do ilustre Deputado José Luis, cuja ementa "Dispõe sobre a comercialização de materiais de metal usados no Estado do Acre."

Nos termos da Carta Magna Estadual no seu art. 54, dispõe, *in verbis*:

"A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição."

A presente proposição visa coibir o crescente número de furtos e danificações às redes de transmissões, principalmente no que diz respeito aos fios e cabos de cobs, que tem causado elevado prejuízo financeiro para a população e para as empresas concessionárias.

Dados apresentam um gasto de dez milhões de reais, somente com a reposição do material furtado das doze maiores empresas do mercado de eletricidade do país, totalizando 1,5 mil quilômetros de cabos condutores e outros equipamentos. Segundo estudos da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em dois anos, foi furtado em condutores metragem suficiente para ir e voltar de Porto Alegre-RS a Belém-PA. Isto é, chegou a ser furtados 10 mil cabos telefônicos por ano, de onde são extraídos duas mil toneladas de cobre.

Evidencia-se, assim, a necessidade da aprovação do projeto de lei em tela.

II - PARECER

Não havendo óbices à propositura analisada, e por considerar que a matéria em tela não fere dispositivos constitucionais, jurídicos e legais, recomendamos a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 19/2006, na forma do **SUBSTITUTIVO N. 1/2006**, primando pela boa técnica legislativa, submetendo-o à decisão do Plenário desta Augusta Casa Legislativa.

É o Parecer.
S.M.J.

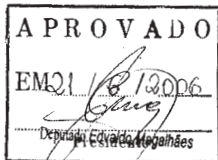
Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
21 de junho 2006.

Deputado CHAGAS ROMÃO
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908-040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223-2010



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



SUBSTITUTIVO N. 1/2006
PROJETO DE LEI N. 19/2006
AUTORIA: Deputado JOSÉ LUIZ
EMENTA: "Obriga os estabelecimentos que comercializam materiais usados de metal a manterem cadastro atualizado e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os estabelecimentos que comercializam materiais usados de metal ficam obrigados a manterem cadastros atualizados de pessoas físicas ou jurídicas que efetuarem compras ou vendas nos referidos estabelecimentos.

Art. 2º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação da presente lei para que os estabelecimentos comerciais se adaptem nos termos desta.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho 2006.

Deputado CHAGAS ROMÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908-040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)

JOSÉ LUIS (BPM)

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 21/06/2006
Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 7/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993."

PARECER N. 36/2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei Complementar n. 7/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993."

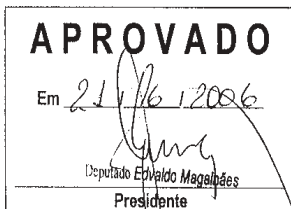
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908-040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejr.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 7/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 43. Redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, ou do cargo de provimento efetivo vago, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, observados os seguintes preceitos:

- I - interesse da administração;
- II - equivalência ou similitude de vencimentos;
- III - manutenção da essência das atribuições do cargo;
- IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;
- V - mesmo nível de exigência de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e
- VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as atividades meio ou finalísticas do órgão ou entidade.

§ 1º A redistribuição poderá ocorrer *ex officio*, para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º A redistribuição de cargos efetivos vagos dar-se-á mediante ato conjunto entre a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e os órgãos ou entidades da administração pública estadual envolvidos.

§ 3º Não havendo identidade de nomenclatura do cargo a ser redistribuído com os existentes no plano que passará a integrar, deverão ser observados os preceitos estabelecidos nos incisos deste artigo para verificação de sua pertinência, possibilitando novo enquadramento com a renomeação, de acordo com a estrutura que passará a integrar, aplicável ao órgão ou entidade."

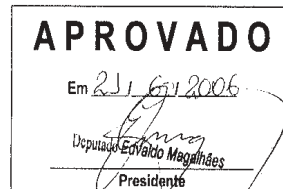
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 19/2006
AUTORIA: Deputado JOSÉ LUIS
EMENTA: "Obriga os estabelecimentos que comercializam materiais usados de metal a manter cadastros atualizados e dá outras providências."

PARECER N. 37/2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 19/2006, de autoria do Deputado José Luis, que "Obriga os estabelecimentos que comercializam materiais usados de metal a manter cadastros atualizados e dá outras providências."

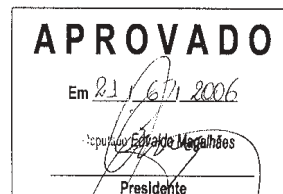
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado CHAGAS ROMÃO
Relator

Asssembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Afonso Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejra.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 19/2006
AUTORIA: Deputado JOSÉ LUIS
EMENTA: "Obriga os estabelecimentos que comercializam materiais usados de metal a manter cadastros atualizados e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos que comercializam materiais usados de metal ficam obrigados a manter cadastros atualizados de pessoas físicas ou jurídicas que efetuarem compras ou vendas nos referidos estabelecimentos.

Art. 2º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação da presente lei, para que os estabelecimentos comerciais se adaptem aos termos desta.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado CHAGAS ROMÃO
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTEs:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



APROVADO

Em 21/06/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 31/2006

AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

EMENTA: "Autoriza as escolas públicas estaduais do Estado do Acre a receberem doações e dá outras providências."

PARECER N. 38 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 31/2006, de autoria do Deputado Chagas Romão, que "Autoriza as escolas públicas estaduais do Estado do Acre a receberem doações e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro -CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alesc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejra.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



APROVADO

Em 21/06/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 31/2006

AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

EMENTA: "Autoriza as escolas públicas estaduais do Estado do Acre a receberem doações e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As escolas públicas estaduais do Estado do Acre ficam autorizadas a receber doações de pessoas físicas e jurídicas.

Art. 2º Os bens permanentes doados às escolas serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o patrimônio do estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. As escolas que receberem doações de empresas, nos termos do

caput deste artigo, poderão afixar, em local visível, a identificação dos doadores, para conhecimento da comunidade.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro -CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alesc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejra.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTEs:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 21/06/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 34/2006

AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

EMENTA: "Institui o "Dia do Deficiente Audiovisual."

PARECER N. 39/2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 34/2006, de autoria do Deputado Chagas Romão, que "Institui o "Dia do Deficiente Audiovisual."

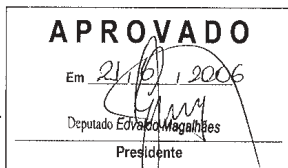
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado TAUMATURGO LIMA
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro -CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alesc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejra.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 34/2006
AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO
EMENTA: "Institui o "Dia do Deficiente Audiovisual."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Estadual do Deficiente Audiovisual", que será comemorado no último domingo de novembro e passará a integrar o calendário oficial de eventos do Estado.

Art. 2º Os objetivos do "Dia Estadual do Deficiente Audiovisual" são:

- I - estimular ações educativas visando à prevenção de rubéola durante a gestação;
- II - promover debates sobre políticas públicas voltadas à atenção integral ao portador de deficiência audiovisual;
- III - apoiar os portadores da deficiência, seus familiares e educadores;
- IV - sensibilizar todos os setores da sociedade para que compreendam o se solidarizem com os deficientes audiovisuais, combatendo qualquer forma de discriminação; e
- V - informar os avanços técnico-científicos relacionados à educação e inclusão social do portador de deficiência audiovisual.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado TAUMATURGO LIMA
Relator

Assimilation Legislativa do Estado do Acre
Rua Artêmio Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleuc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

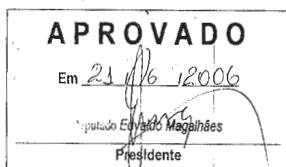
SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 38/2006
AUTORIA: Deputado JOSÉ LUIS
EMENTA: "Institui o Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde."

PARECER N. 40/2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 38/2006, de autoria da Deputado José Luis, que "Institui o Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde."

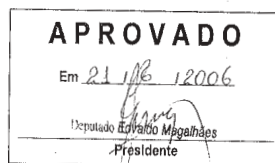
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado FERNANDO MELO
Relator

Assimilation Legislativa do Estado do Acre
Rua Artêmio Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleuc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 38/2006
AUTORIA: Deputado JOSÉ LUIS
EMENTA: "Institui o Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006

Deputado FERNANDO MELO
Relator

Assimilation Legislativa do Estado do Acre
Rua Artêmio Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleuc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

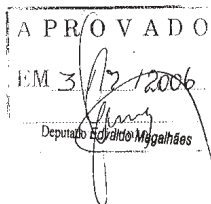
Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



PARECER N. 41/2006
PROJETO DE LEI N. 18/2006
AUTORIA: Deputado JOSÉ LUÍS
EMENTA: "Altera a Lei n. 5, de 4 de dezembro de 1963."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Subscrito pelo Ilustre Deputado José Luís tramita ordinariamente na Comissão de Constituição e de Redação, o incluso Projeto de Lei n. 18/2006, acima ementado e que por distribuição coube-me a relatoria.

O Projeto de Lei que nos chega para apreciação tem por objetivo central, tão somente, modificar a Lei acima referida limitando o número de concessão de título de cidadão acreano por parlamentar anualmente.

A legitimidade da propositura do Projeto de Lei em exame encontra esteio no art. 54, caput, da Constituição Estadual, que trata da competência da iniciativa do ilustre parlamentar sobre a matéria em epígrafe.

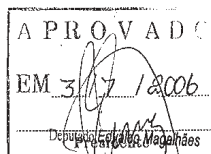
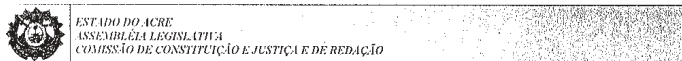
II - PARECER

À luz do exposto e tendo em vista que a matéria objetiva apenas, modificar a Lei acima referida limitando o número de concessão de título de cidadão acreano por parlamentar anualmente, e por entender que a mesma está escoimada de qualquer pecha de inconstitucionalidade, opino por sua admissibilidade e conseqüente **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 18/2006, juntamente com a Emenda Modificativa n. 15/2006, objetivando alterar de dois para dez o número de projetos de título de cidadão acreano a ser apresentado, anualmente, por cada parlamentar, respeitando, todavia, a soberana decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
3 de julho de 2006
Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br



PROJETO DE LEI N. 18/2006
AUTORIA: Deputado JOSÉ LUÍS
EMENTA: "Altera a Lei n. 5, de 4 de dezembro de 1963"

EMENDA MODIFICATIVA N. 15/2006

O art. 1º do Projeto de Lei n. 18, de 11 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º...

"Art. 2º ...

Parágrafo único. O parlamentar terá direito a apresentar, anualmente, até dez projetos de que trata esta Lei, os quais dependerão de 2/3 dos votos dos membros da Assembleia para aprovação."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
3 de julho de 2006
Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

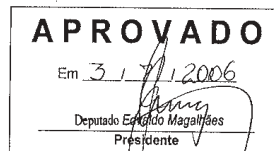
Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUÍS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 8/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993."

PARECER N. 42/2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei Complementar n. 8/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 31/7/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 8/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 16 da Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. Os auditores, em número de dois, serão nomeados pelo governador do Estado, dentre os cidadãos que satisfaçam aos requisitos exigidos para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, mediante concurso público de provas e títulos promovido pelo Tribunal, observada a ordem de classificação." (NR)

Art. 2º O art. 96 da Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96. O quadro de provimento em comissão e o de funções gratificadas de preenchimento em confiança compreende:

- a) grupamento de classe de Cargos de Confiança - CC; e
- b) grupamento de classe de cargos de Funções Gratificadas - FG.

§ 1º Os cargos de que trata este artigo serão de nomeação do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, cujo ato de escolha deverá obedecer aos requisitos de formação universitária para os integrantes da alínea "a", e da capacitação e comprovada experiência funcional, de acordo com a formação inerente ao cargo, para os integrantes da alínea "b".

§ 2º Caberá ao presidente do Tribunal, mediante proposta dos respectivos titulares, a nomeação e exoneração dos detentores dos cargos em comissão existentes nos gabinetes dos conselheiros e do procurador-chefe do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Acre.

§ 3º Os servidores no exercício de cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração, não poderão perceber quaisquer outras vantagens, sob qualquer título, além da remuneração estabelecida em lei própria." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

3 de julho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 31/7/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 8/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993."

EMENDA DE REDAÇÃO 2/2006

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei Complementar n. 8/2006 a seguinte redação:

"Art. 2º ...

Art. 96 ...

...

§ 2º Caberá ao presidente do Tribunal, mediante proposta dos respectivos titulares, a nomeação e exoneração dos detentores dos cargos em comissão existentes nos gabinetes dos conselheiros e do procurador-chefe do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Acre."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

3 de julho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 31/7/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 18/2006

AUTORIA: Deputado JOSÉ LUIS

EMENTA: "Altera a Lei n. 5, de 4 de dezembro de 1963."

**PARECER N. 43 /2006
REDAÇÃO FINAL**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 18/2006, de autoria do Deputado José Luis, que "Altera a Lei n. 5, de 4 de dezembro de 1963."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006Deputado TAUMATURGO LIMA
RelatorAssembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**APROVADO**

Em 31/7/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 18/2006

AUTORIA: Deputado JOSÉ LUIS

EMENTA: "Altera a Lei n. 5, de 4 de dezembro de 1963."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 2º da Lei n. 5, de 4 de dezembro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º..

...

Parágrafo único. Anualmente, cada parlamentar poderá apresentar até dez projetos a que se refere este artigo, cuja aprovação dar-se-á pelo voto de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa."

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006Deputado TAUMATURGO LIMA
RelatorAssembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

2

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)**SUPLENTES:**

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**APROVADO**

Em 31/7/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 56/2006

AUTORIA: Deputado VALMIR FIGUEREDO

EMENTA: "Amplia o mix de produtos comercializados pelas farmácias e drogarias do Estado do Acre."

PARECER N. 44 /2006**REDAÇÃO FINAL**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 56/2006, de autoria do Deputado Valmir Figueredo, que "Amplia o mix de produtos comercializados pelas farmácias e drogarias do Estado do Acre."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

3 de julho de 2006

Deputado CHAGAS ROMÃO
RelatorAssembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**APROVADO**

Em 31/7/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 56/2006

AUTORIA: Deputado VALMIR FIGUEREDO

EMENTA: "Amplia o mix de produtos comercializados pelas farmácias e drogarias do Estado do Acre."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica permitida aos estabelecimentos licenciados para exercício das atividades de farmácias, drogarias e congêneres a prática suplementar de comércio dos seguintes produtos:

I - perfumes, cosméticos e outros de higiene pessoal, além do álcool;

II - dietéticos;

III - alimentos para desportistas e atletas;

IV - líquidos e comestíveis de fácil manipulação e armazenagem, tais como biscoitos, doces, chocolates, confeitos, temperos, farinhas, cereais, massas, açúcar mascavo, arroz integral, café, chá, leite em pó e longa vida, laticínios, sopas, água mineral e refrigerantes;

V - aparelhos e acessórios para bebês, tais como fraldas, chupetas, alfinetes e urinol;

VI - acessórios para testes físicos e exames patológicos; e

VII - itens diversos de pequenas dimensões, tais como aparelhos de barbear, caixas de fósforos, isqueiros, canetas, lápis, pilhas, cartões telefônicos, velas e filmes fotográficos.

Parágrafo único. É proibida a venda de bebidas alcoólicas e de cigarros nos estabelecimentos de que trata esta lei.

Art. 2º Os produtos relacionados no artigo anterior só poderão ser expostos em prateleiras, estantes ou balcões separados das instalações utilizadas para o comércio e

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

armazenamento de medicamentos, de modo que não se confundam os dois gêneros de atividade e se atenda às normas de controle sanitário.

Art. 3º Os estabelecimentos que usufruam os benefícios desta lei poderão ser fiscalizados, a qualquer tempo, para fins de verificação do cumprimento das condições do exercício das atividades suplementares.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

3 de julho de 2006

Deputado CHAGAS ROMÃO
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arturdo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69008 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br

3

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 31/7/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 60/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre a instituição do Plano de Cargos, Funções, Carreira e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE, e dá outras providências."

PARECER N. 45/2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 60/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a instituição do Plano de Cargos, Funções, Carreira e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE, e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

3 de julho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 31/7/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 60/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre a instituição do Plano de Cargos, Funções, Carreira e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE, e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Carreira dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE, bem como os cargos, funções e suas atribuições, remuneração e outros pertinentes, de acordo com esta lei.

Parágrafo único. O disposto nesta lei será aplicado a todos os servidores efetivos e integrantes do quadro de Direção, Chefia e Assessoramento - CC/FG.

Art. 2º Para efeitos da presente lei, considera-se:

I - Cargo - o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor público, com denominação própria, número certo e retribuição pecuniária, vinculado a um nível e faixa de remuneração;

II - Nível - o conjunto de cargos agrupados/classificados segundo similaridades quanto à escolaridade, especialização, capacitação e aptidões específicas;

III - Função - o conjunto de atividades iguais ou semelhantes desempenhadas por um ou mais servidores;

IV - Faixa de Vencimento - atribuição de valor pecuniário para cada cargo, estabelecido segundo a pontuação recebida por avaliação específica, considerando o nível de escolaridade e critérios de complexidade, responsabilidade por erros, responsabilidade por contatos, supervisão recebida, supervisão exercida e esforço mental/visual, conforme Anexo I;

V - Subfaixa de Vencimento - a atribuição de valor pecuniário para cada cargo, determinado segundo os critérios de cada faixa, subdivididos em dez avanços para avaliação, com interstício de três anos, correspondendo a nove avaliações quadrimestrais, de acordo com tabela constante no Anexo VI;

VI - Promoção - a passagem do servidor de uma subfaixa para a seguinte, segundo os critérios de escolaridade previstos nesta lei e/ou avaliação de desempenho devidamente prevista em resolução, legislação própria e nos seus anexos; e

VII - Função de Confiança de que trata o inciso V do art. 37 da Constituição Federal, destina-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, pressupondo dedicação integral e serão exercidas exclusivamente por servidores efetivos, com acréscimo pecuniário à sua remuneração, em valor estabelecido nesta lei.

Art. 3º Aos servidores do TCE-AC aplicar-se-ão, no que couber e de forma complementar, as normas da Lei Complementar n. 39, de 1993, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre, e suas alterações.

CAPÍTULO II

DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL

Art. 4º O Quadro Permanente de Pessoal do TCE - AC é constituído de:

I - Cargos de Provimento sob Regime Especial

- a) Corpo deliberativo - conselheiros;
- b) Corpo especial - auditores; e
- c) Ministério Público Especial - procurador-chefe e procuradores.

II - Cargos de Provimento Efetivo

- a) Corpo técnico; e
- b) Corpo de apoio operacional.

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arturdo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69008 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arturdo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69008 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br

3

III - Cargos de Provimento em Comissão

§ 1º Cargo de Provimento Efetivo é o que detém o atributo de efetividade para seu provimento, mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com sua natureza e complexidade, criado nos quantitativos e denominações constantes nesta lei.

§ 2º Função Gratificada corresponde a função de confiança, constituindo-se em grupo de responsabilidades e atribuições adicionais, em caráter transitório, exercida exclusivamente por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo.

§ 3º Cargo de Provimento em Comissão é o de livre nomeação e exoneração, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos quantitativos e denominações constantes nesta lei.

§ 4º O enquadramento dos cargos nos níveis e respectivas faixas estão vinculados à sua descrição, avaliação e respectiva classificação.

Art. 5º Para efeito do enquadramento no presente Plano de Cargos, Funções, Carreira e Remuneração, as categorias funcionais do TCE - AC serão divididas em dois corpos de servidores efetivos: técnicos e de apoio operacional, com observância da qualificação profissional e do nível de escolaridade exigido para o desenvolvimento das atividades e ações, na forma do Anexo I e em resolução própria do TCE-AC.

Art. 6º O Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Acre está escalonado em três grupos, na forma a seguir elencada, de acordo com o Anexo II desta lei:

- I - Grupo de Nível Superior - Analista de Controle Externo;
- II - Grupo de Nível Médio – Auxiliar Técnico de Controle Externo; e
- III - Grupo de Nível Fundamental – Agente de Controle Externo.

Art. 7º O recrutamento de servidores para ocupação dos cargos efetivos ocorrerá sempre na subfaixa inicial de cada nível, sendo enquadrados através dos critérios previstos nos arts. 5º e 6º desta lei.

Parágrafo único. Os atuais ocupantes de cargos efetivos no TCE-AC serão enquadrados no nível, faixa e respectiva subfaixa inicial de vencimento.

Art. 8º Os servidores do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal de Contas serão nomeados e lotados por ato de seu presidente.

Art. 9º São requisitos básicos para ingresso no Quadro de Pessoal do TCE-AC, além dos exigidos pelas Constituições Federal e Estadual, a escolaridade especificada no Anexo II desta lei, atendida a necessária formação especializada.

Art. 10. O quadro de cargos efetivos do TCE-AC, com a previsão dos níveis e número de cargos, obedece a seguinte relação:

QUADRO DE CARGOS EFETIVOS

CARGOS	HORAS	NÍVEL	N. CARGOS
Analista de Controle Externo	40	Superior	60
Auxiliar Técnico de Controle Externo	40	Médio	29
Agente de Controle Externo	40	Fundamental	29

Parágrafo único. A discriminação por área de atuação está devidamente prevista no Anexo II da presente lei.

Art. 11. Os cargos constantes do grupo III desta lei serão extintos à medida que vagarem ou em decorrência das previsões desta lei.

Art. 12. Os atuais titulares dos cargos a seguir arrolados serão reenquadrados nos cargos criados pela presente lei, observada a seguinte correlação:

a) Cargos a serem reenquadrados como Agente de Controle Externo;

CARGO ATUALMENTE TITULADO	N. DE CARGOS
Agente de Portaria	01
Agente Administrativo Auxiliar	03
Auxiliar de Serviços Gerais	04
Copeiro	02
Operador de Som	02
Atendente de Plenário	02
Datilógrafo	05
Motorista Oficial	02
Telefonista	02
Escriturário	05
Bibliotecário Auxiliar	01

b) Cargos a serem reenquadrados como Auxiliar Técnico de Controle Externo: Auxiliar Técnico Administrativo/Instrutivo;

CARGO ATUALMENTE TITULADO	N. DE CARGOS
Agente de Administração	06
Técnico em Contabilidade	07
Taquígrafo	01
Auxiliar de Controle Externo	07

c) Cargos a serem reenquadrados como Analista de Controle Externo

CARGO ATUALMENTE TITULADO	N. DE CARGOS	FORMAÇÃO/CATEGORIA
Assistente Financeiro	05	Ciências Econômicas
Assistente Administrativo	01	Ciências Econômicas
Assistente Administrativo (Licenciatura Plena)	02	Analista de Controle Externo
Técnico de Controle Externo	01	Ciências Econômicas
Técnico de Controle Externo (Licenciatura Plena)	01	Analista de Controle Externo

Parágrafo único. Os atuais detentores dos cargos de Assistente Administrativo e Técnico de Controle Externo que possuem formação de nível superior em Licenciatura Plena, serão enquadrados como Analista de Controle Externo, cujos cargos, após a vacância, serão destinados, os dois primeiros à área de Ciências Contábeis e o de Técnico de Controle Externo, à área de Direito.

Art. 13. O quadro de Funções Gratificadas - FGs e de Cargos em Comissão - CCs, com a previsão de vencimento, obedece a relação constante do Anexo IV desta lei, observando-se os conceitos técnicos de formação e atribuições.

Parágrafo único. Ficam absorvidos, integrando o montante total da remuneração do cargo em comissão previsto neste artigo, os valores decorrentes das concessões relativas à representação, gratificação de nível superior, o percentual de 11,98% (onze ponto noventa e oito por cento) e o auxílio saúde, configurando parcela única, vedados quaisquer acréscimos adicionais.

Art. 14. Os Cargos em Comissão - CCs e as Funções de Confiança/Gratificadas – FGs poderão ser convertidos um em relação ao outro, tendo a FG remuneração equivalente a cinquenta por cento do valor legalmente fixado para os CCs.

§ 1º A conversão prevista no caput deste artigo somente poderá ocorrer nas funções de confiança conversíveis, com a simbologia CC/FG, quando da opção do servidor efetivo pela remuneração mista.

§ 2º O CC poderá ser titulado por servidor efetivo integrante do quadro de pessoal do TCE-AC, podendo optar exclusivamente pela remuneração correspondente ao CC, sem qualquer acréscimo pecuniário.

§ 3º O detentor de CC, independentemente de seu vínculo de origem, deverá titular curso superior, como requisito obrigatório para sua nomeação.

Art. 15. A titulação do cargo de Chefe de Inspetoria CC/FG-03, da Função Gratificada FG-02 e da Função Gratificada FG-01 é exclusiva de servidores públicos efetivos, incluindo os vinculados à União, Estados e Municípios.

CAPÍTULO III
DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 16. O vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras de Analista de Controle Externo, de nível superior e de Auxiliar Técnico de Controle Externo, de nível médio, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, será composto por uma parcela fixa e uma variável.

§ 1º A parcela fixa corresponderá a setenta por cento do montante máximo estabelecido para o vencimento básico do servidor, paga em caráter permanente;

§ 2º A parcela variável corresponderá a até trinta por cento do montante máximo estabelecido para o vencimento básico total, paga de acordo com a produtividade do servidor, avaliada a cada quadrimestre para o subsequente.

§ 3º A avaliação referida no parágrafo anterior será de responsabilidade de Comissão de Capacitação, Avaliação, de Desempenho e Qualidade do TCE-AC – COMPAQ, vinculada à Corregedoria, e será procedida de acordo com regimentos, metas e critérios instituídos por meio de resolução, em prazo máximo de seis meses da vigência desta lei.

§ 4º Até o regular funcionamento do sistema de avaliação e pagamento por produtividade, deverá o servidor perceber o percentual de cinquenta por cento do montante máximo fixado para a parcela variável.

Art. 17. O vencimento dos cargos efetivos com a previsão dos níveis e faixas obedece a Tabela constante do Anexo V desta lei, observando-se os conceitos técnicos da tabela de pontuação por atribuições.

CAPÍTULO IV
DA PROMOÇÃO E PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 18. Os servidores serão promovidos por avaliação de desempenho e/ou através de progressão funcional decorrente de escolaridade, devidamente comprovada.

Art. 19. Concorrem às promoções por avaliação de desempenho todos os servidores integrantes do quadro efetivo, conforme regulamento da COMPAQ.

Art. 20. A promoção dos servidores ocorrerá anualmente, com interstício mínimo de três anos para cada servidor, correspondendo a nove avaliações quadrimestrais, tendo como condição prévia a avaliação de desempenho segundo os critérios estabelecidos por regulamento da COMPAQ.

Parágrafo único. O número de servidores promovidos anualmente deverá respeitar o limite máximo de vinte e cinco por cento de cada nível funcional (fundamental, médio e superior).

Art. 21. A promoção por avaliação de desempenho resultará em acréscimo de cinco por cento sobre o vencimento básico, conforme art. 18 desta lei, na respectiva faixa de vencimento do servidor, utilizando-se para tanto as subfaixas de salário.

Art. 22. A promoção por avaliação de desempenho obedecerá aos preceitos regulamentados por resolução do TCE-AC, dentro de critérios técnicos de acompanhamento quadrimestral e aferição anual dos resultados.

Parágrafo único. A coleta de informações e dados poderá ser realizada mensalmente ou a cada bimestre, conforme resolução do TCE-AC.

Art. 23. Haverá, a título de incentivo, promoção por escolaridade dos servidores efetivos quando da conclusão do ensino superior, desde que a formação seja um complemento, e não aquela exigida pelo cargo que ocupa.

§ 1º A previsão do caput deste artigo será estendida ao servidor efetivo que concluir pós-graduação em nível de especialização ou curso de extensão com carga horária mínima de trezentas e sessenta horas, para ambos os casos, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC.

§ 2º O curso concluído deve estar vinculado à área de atuação específica do servidor, com efetivo aproveitamento pelo TCE-ACRE, previsão extensiva a cursos à distância, desde que a instituição seja reconhecida pelo MEC, com a respectiva portaria.

Art. 24. A apresentação de qualquer certificado de curso concluído após a edição desta lei, de acordo com os artigos anteriores, acompanhada de requerimento do servidor, implicará no reajuste de cinco por cento do vencimento básico, dentro de sua faixa respectiva, com avanço de uma subfaixa remuneratória, até o limite máximo de vinte por cento.

§ 1º A concessão do benefício somente contará seus efeitos a partir da data do protocolo dos documentos referidos no caput deste artigo, de acordo com o estabelecido no caput do art. 23 desta lei.

§ 2º O servidor efetivo do TCE-AC que já possui escolaridade prevista no artigo anterior será reequadrado na subfaixa correspondente.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. O reequadramento dos cargos de provimento efetivo neste Plano de Cargos e Salários ocorrerá em janeiro de 2007.

Art. 26. A parcela fixa do vencimento básico estabelecido nesta lei incorpora e absorve os valores atualmente pagos em decorrência de sentença judicial transitada em julgado e as parcelas que compõem a remuneração atual do servidor: o adicional de tempo de serviço; a gratificação de nível superior de que trata a Lei n. 1.089, de 1º de outubro de 1993; o auxílio-saúde de que trata a Lei n. 1.686, de 14 de outubro de 2005; o Plano Bresser e outras vantagens adquiridas, integrando o montante total percebido pelo servidor, vedado qualquer adicional de mesma natureza.

§ 1º Nos casos em que o somatório da remuneração superar a parcela fixa do vencimento estabelecido por esta lei, será paga a diferença apurada entre esta e aquela em separado, como parcela autônoma de natureza pessoal, sujeita à correção pela revisão geral anual.

§ 2º Aplicam-se as disposições deste artigo aos vencimentos dos detentores dos cargos em extinção previstos nesta lei.

Art. 27. Os servidores que, em janeiro de 2007, estiverem afastados do cargo para tratar de assunto de interesse particular, deverão reassumir as suas atribuições em prazo máximo de trinta dias, sendo reequadrados automaticamente.

Art. 28. Ficam extintos todos os cargos e funções gratificadas existentes na administração pública do TCE-AC a partir de 31 de dezembro de 2006.

Art. 29. Fica vedada qualquer redução de remuneração decorrente do reequadramento, sendo assegurada ao servidor a percepção da diferença como vantagem pessoal nominalmente identificada, conforme art. 26 desta lei, sobre a qual incidirá a correção futura, garantida a integração das parcelas na base de cálculo dos proventos de aposentadoria.

Art. 30. A revisão da remuneração dos cargos efetivos e em comissão do TCE-AC far-se-á na mesma data em que for feita a revisão geral anual dos servidores do Estado.

Art. 31. O Plenário do Tribunal de Contas, através de resolução própria, estabelecerá os critérios para aferição da produtividade, parcela do vencimento variável integrante da remuneração dos cargos efetivos, bem como a regulamentação das promoções por merecimento, através de avaliação.

Art. 32. O TCE-AC, por ocasião da aplicação da presente lei, deverá realizar a revisão legal da composição remuneratória individual dos servidores do órgão, procedendo os ajustes e adequações pertinentes, em prazo máximo de nove meses.

Art. 33. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações consignadas ao TCE-AC.

Art. 34. A regulamentação da presente lei, no que couber, inclusive a implementação do organograma funcional, far-se-á por meio de resolução do TCE-AC.

Art. 35. Os proventos, na aposentadoria do servidor efetivo, serão calculados levando em consideração a média percentual das produtividades percebidas após a implantação do plano.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2007, observadas as previsões da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e legislação pertinente.

Parágrafo único. A Lei n. 951, de 11 de julho de 1990; a Lei n. 1.120, de 19 de abril de 1994 e a Lei n. 1.686, de 14 de outubro de 2005, ficarão revogadas a partir de 31 de dezembro de 2006.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

ANEXO I
DA AVALIAÇÃO DOS CARGOS
TABELA DE CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

São atributos necessários ao desempenho das atividades/ funções, que podem variar segundo as exigências de cada cargo, com base na sua descrição:

a) Instrução

Este quesito avalia a instrução mínima requerida para o exercício da função. Não se leva em consideração a instrução do ocupante, e sim, a exigida pela função.

GRAU	DEFINIÇÃO	PONTOS
1	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO – Corresponde até a 6ª série – Saber ler e escrever, bem como efetuar cálculos aritméticos simples, utilizando as quatro operações.	10
2	ENSINO FUNDAMENTAL – Funções que envolvem o desempenho de tarefas simples, as quais exigem conhecimentos elementares de ortografia e gramática, bem como a realização de cálculos de pouca complexidade.	20
3	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO – Funções que requerem pequenos conhecimentos de assuntos de alguma especialização, tais como: Contabilidade, Administração, Secretariado, pessoal, etc.	30
4	ENSINO MÉDIO COMPLETO – Funções que requerem o conhecimento de assuntos com bom nível de especialização, domínio e uso de métodos adquiridos neste nível de escolaridade.	40
5	CURSO SUPERIOR – Funções que envolvem a aplicação de uma técnica profissional específica e conhecimentos adquiridos em áreas correspondentes, tais como: Engenharia, Ciências Contábeis, Administração, Sistemas, Psicologia, Medicina, etc.	50

b) Complexidade

Avalia-se, neste fator, o grau de complexidade exigido pelas tarefas executadas, bem como a rotina das mesmas e diversidade de problemas a serem resolvidos. Analisa-se, por outro lado, a importância das decisões tomadas, julgamentos exigidos para dar continuidade ao trabalho, assim como a capacidade para enfrentar problemas novos, emergências e situações inusitadas.

GRAU	DEFINIÇÃO	PONTOS
1	As tarefas são rotineiras, com reduzido teor de variedade. Não há dificuldade para a correta condução dos trabalhos.	10
2	Tarefas um tanto rotineiras e algumas variadas obedecendo, no entanto, a um padrão bem definido. Alguns problemas ocorrem, porém a solução é baseada em precedentes de fácil constatação.	20
3	Tarefas pouco rotineiras, as quais requerem a correta disposição dos elementos do trabalho e análises aprofundadas em alguns trechos. O ocupante lida com problemas e se baseia em precedentes para sua solução, desenvolvendo algumas idéias originais para o encaminhamento de pequenos detalhes incertos.	30
4	Tarefas desprovidas de rotina bem definida. O ocupante lida, com alguma frequência, com problemas variados, alguns deles complexos. Algumas soluções originais são exigidas para o encaminhamento de problemas técnicos.	40
5	Trabalho essencialmente complexo, onde surgem com frequência problemas originais. As tarefas são normalmente planejadas e analisadas com grande variedade de detalhes.	50

c) Responsabilidade por Erros

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur de Azevedo, n. 241 - Centro - CEP 69008 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cqj.ac.gov.br

Avalia-se, neste fator, a responsabilidade do ocupante do cargo por erros que possam ser cometidos com prejuízos para a Administração e/ou seus clientes. Ao avaliar este fator, considera-se:

- 1º - As oportunidades que o trabalho oferece para cometer erros; e
- 2º - As consequências dos erros.

NOTA: Os erros possíveis, porém altamente improváveis, não foram considerados.

GRAU	DEFINIÇÃO	PONTOS
1	Funções que oferecem mínimas possibilidades de cometer erros, os quais são facilmente localizáveis, podem causar pequenos atrasos no andamento do serviço, ou ainda, alguma insatisfação a colegas ou pessoas fora da administração.	10
2	Funções que oferecem algumas possibilidades de serem cometidos erros, que podem causar problemas administrativos, pequenas despesas adicionais ou perdas de materiais, ou ainda, insatisfação a colegas, superiores e pessoas de fora da administração.	20
3	Funções que oferecem possibilidades de cometer erros de consequências moderadamente sérias ou frequentes possibilidades de cometer erros de alguma importância, os quais não são facilmente localizáveis e podem causar perda de tempo, despesas adicionais, pequenos prejuízos e/ou resultar em problemas com colegas ou pessoas de fora da administração.	30
4	Funções que oferecem constantes oportunidades de cometer erros de importância, os quais podem causar consideráveis despesas adicionais e perda de prestígio à administração. O trabalho não está sujeito a verificações ou conferências constantes, exigindo, por isso, grande exatidão.	40
5	Funções especializadas, ou técnicas de considerável importância, nas quais há a possibilidade de que os erros cometidos não sejam localizados até que o trabalho ou projeto tenha sido executado completamente, resultando em prejuízos de vulto e/ou criando problemas graves com o público ou afetando o prestígio e reputação da administração.	50

d) Responsabilidade por Contatos

Avalia-se, neste fator, os contatos internos e/ou externos que o cargo exige, segundo a frequência, o nível de pessoas envolvidas e a importância e complexidade dos assuntos tratados.

GRAU	DEFINIÇÃO	PONTOS
1	Funções que envolvem alguns contatos sobre questões simples, nos quais a conduta e a aparência pessoal devem ter reflexos limitados sobre o nome da administração pública.	10
2	Funções que envolvem contatos, sobre assuntos de alguma importância, como parte regular das atividades, onde é necessária alguma habilidade para evitar mal entendidos. Contatos são mantidos apenas com a finalidade de obter ou prestar informações.	20
3	Funções que envolvem contatos frequentes sobre questões de rotina, que requerem alguma desenvoltura e tato. Contatos internos e externos sobre assuntos que envolvem esclarecimentos, baseados em normas e rotinas da cultura da administração e que admitem controvérsias.	30
4	Funções que envolvem contatos frequentes sobre questões que exigem considerável tato, desenvoltura e persuasão, a fim de obter pronta ação ou assentimento. Assuntos que envolvem explicações ou entendimentos sobre temas cuja solução está sujeita a orientação e aprovação prévia do superior imediato.	40
5	Funções que envolvem contatos sobre problemas importantes, tais como: negociações e acordos, contratos que abordam aspectos controversos. Mantém contatos externos, a fim de discutir problemas de natureza específica que envolvam interesses da administração pública.	50

e) Supervisão Recebida

Avalia-se, neste fator, a proximidade e a frequência da supervisão recebida, bem como a medida em que são confiados ao ocupante do cargo, as soluções de problemas pertinentes a sua função.

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur de Azevedo, n. 241 - Centro - CEP 69008 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cqj.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Considerou-se também, a intensidade e a extensão segundo as quais o trabalho está sujeito a procedimentos, normas, confrontos, conferências, verificações e inspeções.

GRAU	DEFINIÇÃO	PONTOS
1	Funções que envolvem tarefas reguladas por instruções específicas e minuciosas. Executa trabalhos simples e de curta duração, os quais são conferidos logo após sua realização. Reporte ao superior os problemas de qualquer natureza surgidos.	10
2	Funções que envolvem tarefas executadas segundo procedimentos definidos. O servidor público não necessita de controle severo quando da execução de suas tarefas normais, pois as mesmas são bastante rotineiras. Reporta ao superior a resolução dos problemas surgidos fora da rotina.	20
3	Funções que envolvem tarefas executadas segundo normas, diretrizes e procedimentos definidos, tendo o funcionário alguma opção sobre os meios a utilizar para observá-los. O trabalho é executado com certa autonomia, necessitando para isso conhecer os pormenores. Pode, por vezes, resolver ou colaborar nas soluções de casos fora da rotina.	30
4	Funções que envolvem tarefas executadas com relativa autonomia, para a execução das quais o ocupante do cargo pode proceder de maneira mais conveniente, porém sempre respeitando as normas técnicas empregadas na administração.	40
5	Funções que envolvem tarefas executadas com boa dose de autonomia e que nas quais preponderam os aspectos criativos e técnicos. Resolve, na maioria das vezes sem auxílio, os casos inusitados surgidos.	50

f) Supervisão Exercida

Avalia-se, neste fator, a extensão segundo a qual a função envolve a orientação e treinamento dos supervisionados e o planejamento, distribuição, coordenação e verificação dos serviços. Não se considera supervisão funcional, mas leva-se em conta o grau de complexidade das funções supervisionadas.

GRAU	DEFINIÇÃO	PONTOS
1	Funções que envolvem orientação e treinamento temporário e/ou verificação de poucas tarefas simples e repetitivas. Na maior parte do tempo, o ocupante do cargo executa as mesmas funções supervisionadas.	10
2	Funções que envolvem supervisão de funcionários que executam várias tarefas simples e rotineiras.	20
3	Funções que envolvem supervisão de funcionários que executam tarefas de alguma complexidade. A supervisão ocupa a maior parte do tempo de trabalho do ocupante do cargo.	30
4	Funções que envolvem supervisão de um grupo de técnicos que executam funções especializadas, poucas e complexas ou variadas, mas de menor complexidade. A supervisão ocupa todo o tempo de trabalho, incluindo a solução de problemas de caráter técnico.	40
5	Funções que envolvem a supervisão de profissionais, os quais executam tarefas especializadas e complexas.	50

g) Esforço Mental/Visual

Avalia-se, neste fator, a fadiga resultante do grau de esforço combinado mental/visual exigido no desempenho do cargo. Considere a frequência, a intensidade e a continuidade.

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur de Azevedo, n. 241 - Centro - CEP 69008 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cqj.ac.gov.br

GRAU	DEFINIÇÃO	PONTOS
1	Funções em que o ritmo de trabalho e a natureza das tarefas exigem pouca atenção visual e/ou mental.	10
2	Funções que requerem atenção mental e/ou visual apenas durante intervalos regulares, renovada nos períodos que permitem descanso relativo.	20
3	Funções em que o ritmo de trabalho e a natureza das tarefas requerem atenção visual e/ou mental contínua, e/ou razoavelmente intensa.	30
4	Funções que requerem grande continuidade e/ou intensidade de atenção mental e/ou visual, constantemente.	40
5	Funções que exigem alto grau de concentração mental e/ou visual, constantemente, e sujeitas a interrupções que prejudicam a execução do trabalho.	50

TABELA DE PONTUAÇÃO

Para cada critério, os cargos receberam uma pontuação de 10, 20, 30, 40 ou 50 pontos, sendo considerado 10 como a pontuação mínima e 50 como a pontuação máxima. Cada cargo obteve um somatório de pontos que determinou sua classificação em uma faixa de vencimento dentro de seu respectivo nível.

a) Cargos de Nível Fundamental

Cargo	Instrução	Complexidade	Respos por Erros	Respos por Contatos	Supervisão Recebida	Supervisão Exercida	Esforço Mental Visual	Total	Valor Total Vencimento
Agente de Controle Externo	20	20	20	20	20	20	20	140	600,00

b) Cargos de Nível Médio

Cargo	Instrução	Complexidade	Respos por Erros	Respos por Contatos	Supervisão Recebida	Supervisão Exercida	Esforço Mental Visual	Total	Valor Total Vencimento
Auxiliar Técnico de Controle Externo	40	30	30	30	20	20	30	200	1.445,00

c) Cargos de Nível Superior

Cargo	Instrução	Complexidade	Respos por Erros	Respos por Contatos	Supervisão Recebida	Supervisão Exercida	Esforço Mental Visual	Total	Valor Total Vencimento
Analista de Controle Externo	50	50	40	40	30	30	40	290	3.145,00

ANEXO II
DESCRIÇÃO DOS CARGOS

Cargo: Analista de Controle Externo

Número de Cargos Propostos – 60 cargos

Exigência de Escolaridade – Nível Superior

Carga Horária – 40 horas semanais

Forma de recrutamento – Concurso Público de Provas e Títulos

Descrição das atribuições do cargo - Executar trabalhos de nível técnico, de ampla complexidade, no âmbito interno e externo do Tribunal de Contas, consistindo no exame e análise de documentos e atos de gestão contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais, patrimoniais e ambientais e tudo mais que possa ser exigido para o desempenho do controle externo a que alude os arts. 70 e 71 da Constituição Federal e arts. 60 a 64 da Constituição do Estado do Acre. Emissão de relatórios de auditoria, emissão de pareceres e informações técnicas, análise de balanços, exame da legalidade dos atos praticados pelos gestores públicos jurisdicionados, bem como a fiscalização dos princípios constitucionais do art. 37 da Constituição Federal. Outras atividades que o exercício do controle externo exigir.

O exercício do cargo poderá demandar deslocamentos para a execução de atividades fora da capital.

Categoria de Formação Exigida - Ensino Superior = Bacharelado

CARGO	N. DE CARGOS CRIADOS
2. Analista de Controle Externo	Total: 60
2.1 Em Administração Pública e / ou Empresas	12
2.2 Em Ciências Contábeis	12
2.3 Em Ciências Econômicas	12
2.4 Em Direito	11
2.5 Em Engenharia Civil	03
2.6 Em arquitetura	01
2.7 Em Processamento de Dados	03
2.8 Em Engenharia Florestal	01
2.9 Em Biologia	01
2.10 Em Geografia	01
2.11 Em Licenciatura Plena (art. 12, Parágrafo único) – Assistente Administrativo	02
2.12 Em Licenciatura Plena (art. 12, Parágrafo único) – Técnico de Controle Externo	01

Cargo: Auxiliar Técnico de Controle Externo

Número de Cargos propostos – 29 cargos

Exigência de Escolaridade – Nível Médio.

1. Técnico Administrativo/Instrutivo
2. Técnico em Informática: serão exigidos conhecimentos específicos da área de microinformática.
3. Motoristas, além dos conhecimentos específicos, haverá prova prática.

Carga Horária – 40 horas semanais.

Forma de Recrutamento - Concurso Público

Descrição das atribuições do cargo - Todos realizarão atividades de média complexidade inseridas no contexto do Tribunal de Contas, tais como: recepção e encaminhamento de documentos, atividades de apoio logístico ao desempenho do Controle Externo, atividades de apoio e organização, digitação, montagem e autuação de processos, conferência de documentos, pesquisa de informações e outras atividades correlatas, além das específicas abaixo discriminadas:

a) Técnico Administrativo/Instrutivo: Realizar atividades de média complexidade

inseridas no contexto do Tribunal de Contas, tais como: arquivo, recepção e encaminhamento de documentos, atividades de apoio logístico ao desempenho do Controle Externo, atividades de apoio e organização da biblioteca, digitação, fotocópias, montagem e autuação de processos, conferência de documentos, pesquisa de informações e outras atividades correlatas.

b) **Técnico em Informática:** Realizar todas as atividades de apoio concernentes à área de informática. Auxiliar em tarefas de programação, operar computadores, sistemas periféricos e outras atividades correlatas, de complexidade média.

c) **Motoristas:** Dirigir os veículos integrantes da frota do Tribunal de Contas, mantendo-se à disposição dos passageiros que transportar durante o período em que os mesmos assim necessitarem, manter-se à disposição na sede do Tribunal de Contas para os deslocamentos que forem determinados por seus superiores, efetuar viagens para fora da sede do município, transportando equipes de auditorias ou autoridades e exercer outras atividades correlatas que o exercício exigir.

ESPECIFICIDADES EXIGIDAS NA FORMAÇÃO DOS CARGOS

Categoria de Formação Exigida - Ensino Médio	
CARGO	N. DE CARGOS CRIADOS E / OU MANTIDOS
1. Auxiliar Técnico de Controle Externo	Total: 29
Funções Específicas:	
1.1. Técnico Administrativo / Instrutivo	22
1.2. Técnico em Informática	02
1.3. Motorista	05

Cargo: Agente de Controle Externo

Número de Cargos propostos - 29 cargos

Exigência de Escolaridade - Nível Fundamental.

1. Agente de Controle Externo/Apolo
2. Motorista - além dos conhecimentos específicos, deverá apresentar Habilitação.

Carga Horária - 40 horas semanais.

Descrição das atribuições do cargo:

a) **Agente de Controle Externo/Apolo:** Realizar atividades de baixa complexidade inseridas no contexto do Tribunal de Contas, tais como: arquivo, recepção e encaminhamento de documentos, atividades de apoio logístico ao desempenho do Controle Externo, atividades de apoio e organização da biblioteca, digitação, fotocópias, montagem e autuação de processos, conferência de documentos, pesquisa de informações e outras atividades correlatas; apoiar as ações de plenário e de todas as atividades do Tribunal.

b) **Motoristas:** Dirigir os veículos integrantes da frota do Tribunal, mantendo-se à disposição dos passageiros que transportar durante o período em que os mesmos assim necessitarem, manter-se à disposição na sede do Tribunal para os deslocamentos que forem determinados por seus superiores, efetuar viagens para fora da sede do Município, transportando equipes de auditorias ou autoridades e outras atividades correlatas que o exercício exigir.

ESPECIFICIDADES EXIGIDAS NA FORMAÇÃO DOS CARGOS

Categoria de Formação Exigida - Ensino Fundamental	
CARGO	N. DE CARGOS CRIADOS E / OU MANTIDOS
1. Agente de Controle Externo	Total: 29
Funções Específicas:	
1.1. Agente de Controle Externo/Apolo	27
1.3. Motorista	02

ANEXO III

CARGOS EXTINTOS NA IMPLANTAÇÃO DESTA LEI

a) Cargos de Ensino Fundamental

CARGOS	HORAS	NÍVEL	N. CARGOS
Agente de Portaria	40	Ens. Fund. Inc.	06
Agente Administrativo Auxiliar	40	Ens. Fund. Inc.	05
Auxiliar de Serviços Gerais	40	Ens. Fund. Inc.	06
Copeiro	40	Ens. Fund. Inc.	04
Operador de Som	40	Ens. Fund. Inc.	04
Atendente de plenário	40	Ens. Fund. Inc.	04
Datilógrafo	40	Ens. Médio Inc.	10
Motorista Oficial	40	Ens. Fund. Inc.	05
Telefonista	40	Ens. Médio Inc.	03
Escriturário	40	Ens. Médio Inc.	12
Bibliotecário Auxiliar	40	Ens. Médio Inc.	03

b) Cargos de Nível Médio

CARGOS	HORAS	N. CARGOS
Agente de Administração	40	08
Técnico em Contabilidade	40	08
Taquilógrafo	40	03
Auxiliar de Controle Externo	40	10

c) Cargos de Nível Superior

CARGOS	HORAS	N. CARGOS
Assistente Administrativo	40	05
Assistente Jurídico	40	05
Técnico de Controle Externo	40	10
Bibliotecário	40	03
Assistente Financeiro	40	05

ANEXO IV
QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

CARGO	PROVIMENTO	N. DE CARGOS	VENCIMENTO
Diretor de Controle e Fiscalização	CC/FG-06	01	8.000,00
Diretor Administrativo	CC/FG-06	01	8.000,00
Secretário das Sessões	CC/FG-06	01	7.000,00
Chefe do Gabinete de Conselheiro	CC/FG-04	07	6.500,00
Assessor Técnico do Gabinete	CC/FG-04	14	6.500,00
Chefe do Gabinete do Procurador - Chefe do Ministério Público Especial	CC/FG-04	01	6.500,00
Chefe do Gabinete da Presidência	CC/FG-04	01	6.500,00
Assessor Técnico da Presidência	CC/FG-04	02	6.500,00
Chefe Técnico de Informática	CC/FG-04	01	6.500,00
Chefe Setor Financeiro	CC/FG-03	01	5.000,00
Chefe Serviços Administrativos	CC/FG-03	01	5.000,00
Chefe de Recursos Humanos	CC/FG-03	01	5.000,00
Chefe da Inspeção de Auditoria Externa	CC/FG-03	01	5.000,00
Chefe da Inspeção de Instrução Contas Municipais	CC/FG-03	01	5.000,00
Chefe da Inspeção de Instrução Contas Estaduais	CC/FG-03	01	5.000,00
Chefe da Inspeção de Admissão e Inativação	CC/FG-03	01	5.000,00
Membros da COMPAQ	FG-02	02	1.000,00
Assistente Administrativo	FG-01	02	300,00

ANEXO V
FAIXA E VENCIMENTO
A - NÍVEL FUNDAMENTAL

FAIXA	PONTOS	CARGOS	N. HORAS	VENCIMENTO FIXO
F I	140	Agente de Controle Externo	40	800,00

B - NÍVEL MÉDIO

FAIXA	PONTOS	CARGOS	N. HORAS	VENCIMENTO FIXO + VARIÁVEL
F II	200	Auxiliar Técnico de Controle Externo	40	1.011,60 + 433,50

C - NÍVEL SUPERIOR

FAIXA	PONTOS	CARGOS	N. HORAS	VENCIMENTO FIXO + VARIÁVEL
F III	290	Analista de Controle Externo	40	2.201,60 + 943,50

ANEXO VI
TABELA DE FAIXAS E SUB FAIXAS DE VENCIMENTO
CARGOS EFETIVOS

SUB FAIXAS										
FAIXA DE VENCIMENTO	BASE	1	2	3	4	5	6	7	8	9
F I	800,00	840,00	880,00	920,00	974,41	1.021,03	1.072,06	1.126,96	1.189,96	1.261,02
F II	1.440,00	1.517,26	1.598,11	1.672,71	1.754,41	1.844,23	1.944,44	2.032,26	2.134,92	2.241,67
F III	3.140,00	3.302,26	3.472,85	3.647,73	3.827,71	4.013,91	4.214,60	4.425,35	4.646,86	4.879,63
Tabela com vencimento de 10% + 30%										
SUB FAIXAS										
FAIXA DE VENCIMENTO	BASE	1	2	3	4	5	6	7	8	9
F I	1.071,50	1.092,06	1.115,18	1.139,94	1.226,48	1.290,96	1.355,51	1.423,32	1.494,45	1.568,17
F II	4.533,00	4.651,13	4.770,40	4.891,91	5.015,66	5.141,74	5.270,23	5.399,94	5.531,02	5.663,53
F III	11.440,00	11.717,26	11.998,11	12.272,71	12.551,41	12.834,23	13.121,44	13.412,26	13.706,92	14.005,67
Tabela com vencimento de 10% + 30%										
SUB FAIXAS										
FAIXA DE VENCIMENTO	BASE	1	2	3	4	5	6	7	8	9
F I	2.211,50	2.247,15	2.283,61	2.320,94	2.359,14	2.398,23	2.438,23	2.479,12	2.520,92	2.563,63
F II	5.433,00	5.608,13	5.785,40	5.964,91	6.146,66	6.330,74	6.517,23	6.706,94	6.899,02	7.093,53
F III	13.440,00	13.827,26	14.218,11	14.612,71	15.011,41	15.414,23	15.821,44	16.232,26	16.646,92	17.065,67

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUÍS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Pls. N.: 23

APROVADO
EM 21/6/2006
Deputado José Luís BPM
Presidente

PARECER N. 23 /2006
PROJETO DE LEI N. 31/2006
AUTOR: Deputado CHAGAS ROMÃO
EMENTA: "Autoriza as escolas públicas estaduais do Estado do Acre a receberem doações e dá outras providências."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO:

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, para emitir parecer ao Projeto de Lei n. 31/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente proposição tem por objetivo "Autorizar as escolas públicas estaduais do Estado do Acre a receberem doações.

Aduz o autor da matéria em sua justificativa, que "Estamos cada dia mais convencidos de que a melhoria da educação pública é fator de justiça social, uma vez que dá aos alunos, oriundos das classes menos favorecidas da população, possibilidade de competir em igualdade de condições com os demais.

De pouco, ou quase nada, adianta o governo criar programas de melhorias para as escolas, se as mesmas são carentes de equipamentos e material didático-pedagógico.

As necessidades são grandes e os recursos são insuficientes para atender toda a rede de ensino.

Por esta razão, nada mais justo do que a sociedade civil contribuir com o ensino público através da doação de equipamentos e material que facilite ao professor ensinar, e ao aluno aprender. Afinal, havendo uma melhoria na qualidade do ensino público, ganham todos: alunos, professores, as empresas, que terão mão de obra mais qualificada, e a própria sociedade, que verá serem reduzidos os níveis de violência, que é filha da ignorância e da falta de oportunidades.

Em contra partida o empresário doador teria o seu nome divulgado, de forma positiva, como uma empresa que está colaborando com a melhoria da educação dos filhos da classe trabalhadora."

A nível nacional este tipo de projeto busca melhora no ensino público com apoio do empresariado local, que apadrinha unidades, colaborando de modo voluntário com doações e apoio pedagógico ou na administração da escola. Em paralelo a esta iniciativa, Federações de indústrias estão engajando funcionários que participam do programa de estímulo ao voluntariado entre seus colaboradores. Em diversas tarefas agem os colaboradores, desde a organização da biblioteca, até serviços de limpeza, informática e cursos de capacitação.

II - PARECER

Ante o exposto, nada temos a objetar no tocante a admissibilidade da matéria que é uma praxe observada a nível nacional de escolas públicas estaduais serem apadrinhadas pelo empresariado local, contribuindo, assim, para a melhoria do ensino público e em contra partida com a divulgação das empresas envolvidas no projeto. Assim, estando a proposição da matéria em exame fulcrada no art. 54, caput da Constituição Estadual, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.31/2006, respeitando, todavia, a decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste parlamento.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro",
21 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69008 - 900 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alegac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cole.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

APROVADO
EM 21/6/2006
Deputado José Luís BPM
Presidente

PARECER N. 24 /2006
PROJETO DE LEI N. 34/2006
AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO
EMENTA: "Institui o Dia do Deficiente Surdocego."

RELATOR: Deputado TAUMATURGO LIMA

I - RELATÓRIO:

Nos termos do art. 24 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, para apreciação da presente matéria e que por distribuição coube-me a relatoria do presente Projeto de Lei n. 34/2006 de autoria do Exmo. Deputado Chagas Romão, que no seu bojo "Institui o dia do Deficiente surdocego".

Ao recebermos o presente projeto logo percebemos o objetivo principal da proposição que é: Integrar o indivíduo surdocego em programas educacionais especiais, tornando a vida do portador de surdocegueira menos dificultosa. Em alguns casos, a criança surdocega pode ser educada com surdos, comunicando-se em LIBRAS e usando o Braille para o conhecimento da leitura e escrita. Mais para que isso aconteça é necessário que a intervenção seja precoce. Por isso faz-se necessário a promoção do debate sobre a criação de políticas públicas multisetoriais que promovam a atenção integral aos portadores de surdocegueira.

Nos termos da Carta Magna Estadual no seu art. 54, in verbis:

"A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição".

II - PARECER

Não havendo óbices à proposição analisada, por considerar que o Projeto de Lei n. 34/2006, trará benefícios do ponto de vista educativo e social para o surdocego e para a sociedade em geral, recomendamos sua **APROVAÇÃO**, na forma do **SUBSTITUTIVO N. 2/2006**, respeitando, todavia, a sábia decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano Plenário desta Casa Legislativa.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro",
21 junho de 2006.

Deputado TAUMATURGO LIMA
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUÍS (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

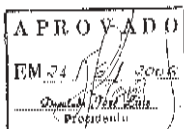
Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alesc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3223 6830 site: www.alesc.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO



SUBSTITUTIVO N. 2/2006
PROJETO DE LEI N. 34/2006
AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO
EMENTA: "Institui o Dia do Deficiente Auditivovisual."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Estadual do Deficiente Auditivovisual" que será comemorado na última domingo de novembro e passará a integrar o calendário oficial de eventos do Estado.

Art. 2º Os objetivos do "Dia Estadual do Deficiente Auditivovisual" são:

- I - estimular ações educativas visando a prevenção da surdez e à gestão;
- II - promover debates sobre políticas públicas voltadas à atenção integral ao portador de deficiência auditivovisual;
- III - apoiar os portadores da deficiência, seus familiares e educadores;
- IV - sensibilizar todos os setores da sociedade para que compreendam e solidarizem com os deficientes auditivos, combatendo qualquer forma de discriminação;
- V - informar os avanços técnicos científicos relacionados à educação e inclusão social do portador de deficiência auditivovisual.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
21 de junho 2006.

Deputado TAUMATURGO LIMA

Atividade Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alesc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3223 6830 site: www.alesc.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

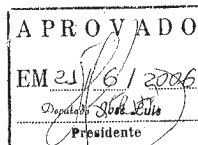
SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO



PARECER N. 25 /2006

PROJETO DE LEI N. 38/2006

AUTORIA: Deputado JOSÉ LUIZ

EMENTA: "Institui o Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde e dá outras providências."

RELATOR: Deputado FERNANDO MELO

I - RELATÓRIO:

Com fulcro no que preceitua o art. 65, da Resolução n. 86/90, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, para análise e parecer ao Projeto de Lei n.38/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente proposição tem por objetivo instituir o Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde a ser comemorado, anualmente no dia 14 de julho, para tanto justifica o autor da matéria que:

"A Pastoral da Saúde é um organismo de ação social da Igreja Católica, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, com participação de cristãos de outras confissões religiosas. A Pastoral da Saúde foi criada pelo papa João Paulo II no ano de 1985.

Os agentes da Pastoral da Saúde desenvolvem um trabalho solidário, comunitário e transformador, contribuindo para a saúde da população. Os agentes são sujeitos ativos e críticos na construção de uma sociedade com justiça e com igualdade, através de sua presença constante, com a marca das visitas aos doentes e enfermos nos hospitais e a domicílio, levando uma mensagem de conforto e de atenção integral às suas necessidades nas dimensões física, mental, social e espiritual. Para este trabalho da Pastoral da Saúde é fundamental a atuação de seus agentes que compõem um exército do bem.

O dia 14 de julho foi escolhido para ser o "Dia dos Agentes da Pastoral da Saúde" por ser o dia dedicado a Camilo de Lélis, Santo da Igreja Católica, considerado padroeiro dos profissionais da saúde, dos quais estão incluídos os agentes desta Pastoral, portanto, é uma forma de justiça e reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido por esta entidade, sempre de forma voluntária e gratuita."

Analisando a proposta pelo enfoque que nos é permitido pelo art. 24, § 1º do Regimento Interno, há a objetar sobre a admissibilidade e proposição da matéria que está fulcrada no caput do art. 54 da Constituição Estadual.

II - PARECER

Ante o exposto, nada tendo a opor no tocante à instituição do Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde a ser comemorado, anualmente no dia 14 de julho, dia que foi escolhido para homenagear os Agentes da Pastoral da Saúde por ser o dia dedicado a Camilo de Lélis, Santo da Igreja Católica, considerado padroeiro dos profissionais da saúde, dos quais estão incluídos os agentes desta Pastoral e por entender que esta homenagem é uma forma de justiça e reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido por esta entidade, sempre de forma voluntária e gratuita, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 38/2006, respeitando, todavia, a decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste parlamento.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
21 de junho de 2006.

Deputado FERNANDO MELO
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre:
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-940 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.cajr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:
Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

APROVADO

EM 21/6/2006

Deputado Helder Paiva
Presidente

PARECER N. 26/2006.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.7/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera e - acresce dispositivos à Lei
Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Caçado pela Mensagem n. 896, de 21 de junho de 2006, o Poder Executivo submete à análise destas Comissões o Projeto de Lei Complementar n.7/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

Com fulcro no art. 65 da Resolução n. 86/90 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças para exarar competente parecer à matéria.

Aduz o Chefe do Executivo na Mensagem que encaminha a esta Casa Legislativa que:

"O objetivo da proposta de lei aqui referida é atualizar e delinear da melhor forma o instituto da redistribuição para atender às reais necessidades do Estado, a fim de otimizar os recursos humanos, a troca de informações e experiências entre as secretarias e entidades, bem como propiciar ao próprio servidor sua realização profissional, através da efetivação de tarefas a que está afeito e possua experiência para tanto, sentindo-se útil e valorização em suas funções, ainda que um outro órgão ou entidade diverso de sua lotação inicial, ressaltando-se que de toda forma estará servindo a administração pública e principalmente à coletividade acreana.

Com as modificações ocorridas na estruturação dos planos de cargos, carreira e remuneração dos servidores do estado do Acre, consolidados a partir de 1999, a utilização do instituto da distribuição conforme sua previsão inicial não pode mais ocorrer, pois a identidade vencimental posta como requisito para a redistribuição não é aplicável, considerando que cada órgão ou entidade possui diferentes realidades.

É norma de observância ao princípio constitucional da economicidade, posto à administração pública, a possibilidade de redistribuir servidores, evitando-se sua disponibilidade ou a extinção de cargos, nas mais diversas lotações, observado sempre o interesse público primário, a essência das atribuições do cargo, correlação do grau de responsabilidade das funções a serem exercidas, bem como similitude vencimental e de qualificação profissional".

Destarte, que a presente alteração não gera despesas, uma vez que entre os preceitos a serem verificados para que se conforme a redistribuição está a necessária observância da equivalência ou similitude de vencimentos entre os cargos de órgãos e/ou entidades da administração pública e a manutenção da essência de atribuições e a qualificação profissional mínima, muito embora possa ocorrer divergência quanto à denominação dos cargos de diferentes planos de cargos, carreira e remuneração dos servidores do Estado do Acre, por seus órgãos e entidades.

Dai, nobres Deputados, numa visão global, o senhor governador observa ao princípio constitucional da economicidade, posto à administração pública, a possibilidade de aproveitar servidores, nas mais diversas lotações, observado sempre o interesse público primário, a essência das atribuições do cargo, correlação do grau de responsabilidade das funções a serem exercidas, bem como similitude vencimental e de qualificação profissional.

O objetivo proposto na presente matéria, é a alteração do artigo 43 da Lei Complementar n. 39/93, seguindo a simetria federal, adequando o instituto da redistribuição, contido no artigo 37, no bojo da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

No tocante a análise financeira, a proposta ora analisada, do ponto de vista de receita e despesa pública, não contraria nenhuma dispositivo legal, pois a presente alteração não gera despesas, uma vez que entre os preceitos a serem verificados para que se conforme a redistribuição está a necessária observância da equivalência ou similitude de vencimentos entre os cargos de órgãos e/ou entidades da administração pública.

Assim, dispõe a Carta Magna Estadual em seu art. 54, § 1º, incisos III e VII, in verbis:

Art. 54.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as Leis que dispõem sobre:

III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-940 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Secretaria de Atividades Legislativas

VI – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgão do Poder Executivo.

...

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

...

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

...

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da Lei.

II – PARECER

Do exposto e tendo em vista que a presente matéria encontra-se consubstanciada no disposto do art. 54, § 1º, incisos III e VI c/c art. 78, III e VI, ambos da Magna Carta Estadual, assim, não encontrando, entretanto, entraves de ordem legal, jurídica, constitucional e econômica opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar n. 7/2006, respeitando, todavia, decisão dos demais membros destas Comissões e do Soberano Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

21 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilado Legislativo do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leão, 241 - Centro - CEP 69008 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1787 Home page: alacac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:

Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

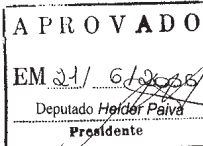
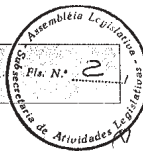
SUPLENTE:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PARECER N. 27/2006

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.04/2006

AUTORIA: MESA DIRETORA

EMENTA: "Altera o art. 14 da Resolução n. 97 de 1º de junho de 2006."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

RELATÓRIO:

Usando da faculdade regimental inserta no art. 65 da Resolução n. 86/90, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças para exarar parecer ao Projeto de Resolução n.4/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente proposição tem por objetivo modificar o art. 14 da Resolução n. 97, que "Dispõe sobre a concessão de Auxílio Bolsa de Estudo para cursos de Graduação e de Pós- Graduação a Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Acre". que na redação anterior determinava que a Assembleia creditasse o valor correspondente ao Auxílio Bolsa de Estudos na conta bancária do servidor, no prazo de dez dias após a apresentação do comprovante de quitação de débito à Escola do Legislativo, redação esta que fere de forma frontal a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desta feita, na mudança ora proposta os valores acima referidos serão agora creditados na conta corrente da Instituição educacional, na data definida no contrato firmado entre as partes.

É de clareza meridiana que o objetivo da presente proposição está justificado na forma acima transcrita.

Ressalte-se que, do ponto de vista econômico e financeiro a presente modificação a Resolução em tela, não implica o aumento da despesa pública, por tratar-se de uma simples adequação as exigências da Lei n. 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cristalino está que a proposição da presente matéria e sua consequente admissibilidade, encontra supedâneo no art. 44, inciso II, da Lei Maior do Estado, que prevê:

"Art. 44. Compete privativamente a Assembleia Legislativa:

II - elaborar e votar o seu Regimento Interno e dispor sobre sua organização, polícia, criação, extinção e provimento de cargos, fixando-lhes os respectivos vencimentos e vantagens;

..."

A propósito, a presente matéria tem ainda, sua reserva legal prelecionada nos dispositivos da Resolução n. 86/90, Regimento Interno, no comando a seguir transcrito:

"Art. 13 ...

..."

§ 3º Será privativa da Mesa Diretora a iniciativa de projetos que criem ou extingam cargos dos serviços da Assembleia e fixem ou modifiquem os respectivos vencimentos".

II - PARECER

Do Exposto e tendo em vista que a presente matéria encontra-se em estrita obediência aos ditames da Lei Maior Estadual, art. 44, inciso II, e da disposição regimental contida no art. 13, § 3º da Resolução n. 86/90, bem assim, com a legislação financeiro-orçamentária vigente, em consequência não encontrando nenhum óbice à sua proposição e admissibilidade, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Resolução n.04/2006, de autoria da Mesa Diretora, respeitando, todavia, decisão dos demais membros destas Comissões e do Soberano Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
21 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Real, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (66) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alesc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2810 Fax 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:
Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

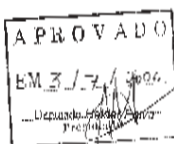
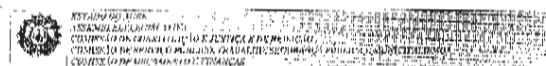
PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:
Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Cusado pela Mensagem Governamental n. 897, de 3 de junho de 2006, o Senhor Governador do Estado submete à consideração desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar n. 82/2006, adiante emendado e que foi distribuído conforme a matéria.

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, nomeou-se Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças para apreciar a matéria.

O Projeto em tela compõe-se de três artigos, tem o objetivo de alterar os arts. 16 e 68 da Lei Complementar n. 30/88, já alterada pelas Leis Complementares n. 48, de 13 de dezembro de 1996 e 59, de 15 de outubro de 1998, do Acre, levando-se em consideração a necessidade de uma revisão, imediata, para dispor sobre o Plano de Cargos, Funções, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre, nortear os requisitos de aplicabilidade, regulando a quantidade de Ajuizes e serem nomeados pelo Governador do Estado, nos Cargos de Confiança CC's e suas Funções Gratificadas FG's.

A matéria em exame está legitimada e atende ao disposto nos arts. 54, § 1º, I, IV e 78, III da Constituição Estadual.

Neste orden, o, estando conhecida ao comando constitucional a competência reservada ao Poder Executivo para propor a matéria, é imperioso reconhecer que a admissibilidade desta matéria legal está em perfeita sintonia com o ordenamento jurídico constitucional vigente.

Analisando a matéria pelo enfoque que nos é permitido na Comissão de Orçamento e Finanças, não encontramos obstáculos que inviabilizem sua aprovação, tendo em vista que investimento necessário à sua implementação encontra suporte nas Leis ns. 1.690, de 21 de dezembro de 2005 e 1.651, de 30 de junho de 2005.

A Assessoria Técnica deste Parlamento realizou estudos relativos à constitucionalidade, juridicidade e legalidade desta proposição, não encontrando entraves à mesma.

Dizemo-nos, por isso mesmo, inteiramente favoráveis à aprovação desta proposta.

À luz do direito, a admissibilidade da matéria está estribada na Constituição Estadual:

"Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica do Poder Executivo ou aumento de vencimento ou da despesa pública;

IV - servidor público do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar do Estado para inatividade; (negrito nosso)...

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

III - iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

Contudo, primando pela boa técnica legislativa sugerimos Emenda Modificativa à Emenda da proposição sob comento acostada a este.

II - VOTO DO RELATOR

Faço ao exposto e por estar a matéria cristalina quanto à sua proposição e fulcrada na reserva legal assegurada ao governador (art. 54, § 1º, I e IV e art. 78, III), ambos da Master Estadual, e em consequência, não encontrando impeditivo do ponto de vista constitucional, jurídico ou legal, e ainda, por ser compatível com as normas financeiras e orçamentárias, recomendo a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar n. 11/2006, juntamente com a **Emenda Modificativa n. 14/2006**, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário desta Corte de Leis.

É o Parecer.
S.M.J.

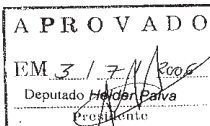
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho 2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Relator

Assessoria Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 940 - Fone (08) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alesc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 8/2006
AUTOR: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera os arts. 16 e 96 da Lei Complementar n.
38/93, e dá outras providências".



EMENDA MODIFICATIVA N. 14/2006.

A Ementa do Projeto de Lei Complementar n. 8, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Altera e acresce dispositivos da Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assessoria Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 940 - Fone (08) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alesc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:
Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:

Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

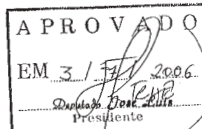


PARECER N. 29 /2006

PROJETO DE LEI N. 56/2006

AUTOR: Deputado VALMIR FIGUEREDO

EMENTA: "Amplia o mix de produtos comercializados pelas farmácias e drogarias no Estado do acre."



RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Com fulcro no que preceitua o art. 65, da Resolução n. 86/90, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, para análise e parecer ao Projeto de Lei n. 56/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

Para uma melhor compreensão do objetivado na presente matéria é que citamos seu teor:

"Art. 1º Fica permitido em estabelecimentos licenciados para exercícios das atividades de farmácias, drogarias e congêneres a prática suplementar de comércio dos seguintes produtos:

I - produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, além do álcool;

II - produtos dietéticos;

III - líquidos e comestíveis de fácil manipulação e armazenagem, tais como biscoitos, doces, chocolates, confeitos, temperos, farinhas, cereais, massas, açúcar mascavo, arroz integral, café, chá, leite em pó, laticínios, sopas, água mineral, refrigerantes, vedada a venda de bebidas alcoólicas;

IV - produtos, aparelhos e acessórios para bebês, tais como fraldas, chupetas, alfinetes e urinol;

V - produtos e acessórios para testes físicos e exames patológicos;

VI - produtos alimentícios para desportistas e atletas; e

VII - produtos diversos de pequenas dimensões, tais como aparelhos de barbear, caixas de fósforos isqueiros, canetas, lápis, pilhas, cartões telefônicos, velas e filmes fotográficos.

Parágrafo único. É vedada a venda de cigarros em estabelecimentos licenciados para o exercício de atividades de farmácia, drogaria e congêneres.

Art. 2º Os produtos relacionados no art. 1º só poderão ser expostos em prateleiras, estantes ou balcões, inequivocamente, separados das instalações utilizadas para o comércio e armazenamento de medicamentos, de modo que não se confundem os dois gêneros de atividade e que se atendam às normas de controle sanitário."

A Lei n. 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e a Lei n. 3.289-99, que também trata do assunto, proíbem a venda de produtos estranhos ao comércio farmacêutico no estabelecimento. Mas, na prática, a realidade é outra. Um grande número de farmácias hoje apela para a proposta da diversidade, dispondo um pouco de tudo nas prateleiras e 90% dos grandes estabelecimentos que descumprem a legislação que possuem liminar que os assegurem deste direito.

Com efeito, esta relatoria é favorável que as farmácias estabeleçam este mix de produtos para ampliar suas vendas, o que vem sendo uma exigência do mercado, não é o dono que decide. Desde que os produtos farmacêuticos sejam separados dos demais, não vejo problema em serem vendidos no mesmo lugar. Para muitos consumidores, pouco importa saber se é certo ou errado as farmácias dispõem em suas prateleiras outros produtos, o que querem é poder encontrar comodidade na hora de comprá-los.

Analisando a proposta pelo enfoque que nos é permitido pelo art. 24, § 1º, do Regimento Interno, nada há a objetar sobre a admissibilidade e proposição da matéria, que se justifica pelo atendimento à norma constitucional a seguir transcrita:

Constituição Federal:

"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

..."

Constituição Estadual:

Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

II - PARECER

À luz do exposto, a presente matéria não fere os ditames do ordenamento jurídico legal vigente, e encontra guarida no art. 54, caput, da Constituição Estadual e tendo em vista que as farmácias passaram a aumentar o seu mix de produtos depois da concessão da liminar a várias empresas a nível nacional das quais citamos os grupos Boa Farma, Redemed, Pague Menos, Rede Big Ben, que usufruem da medida judicial e sendo o mercado um regulador nato e natural de tudo e por considerarmos que o projeto traz em seu bojo a prestação de um serviço de utilidade pública, uma vez que existem locais do interior do Estado cujo comércio é deficiente, dificultando o acesso a diversos produtos e que a farmácia vai se tornar uma alternativa para a população, visto que nem todos os estabelecimentos são abertos de domingo a domingo, e por entender que este mix de produtos são as armas escolhidas pelas grandes redes de farmácias na disputa pela freguesia em 2006, e que é certa expansão para outras capitais, onde as principais redes com base em São Paulo começam a abrir lojas do ramo, é que opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 56/2006, respeitando, todavia, a soberana decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

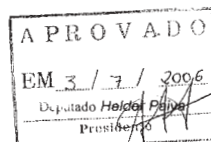
SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PARECER N. 30 /2006
PROJETO DE LEI N. 60/2006
AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre a instituição do Plano de Cargos, Funções, Carreira e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre, e dá outras providências."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se, as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças para analisar e, por fim, elaborar parecer ao Projeto de Lei acima ementado, de autoria do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que dispõe sobre a instituição do Plano de Cargos, Funções, Carreira e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado.

Com supedâneo no art. 37, inciso IV e V, da Lei Complementar n. 38/93, sabedor de sua competência, o Presidente do Tribunal de Contas, através do documento TCE-AC/GP/OF/N. 397/2006, datado de 26 de junho de 2006, encaminha ao Chefe do Executivo Estadual o Projeto de Lei em tela para ser aprovado pelo Poder Legislativo, com exposição de motivos que aduz o seguinte:

"O Tribunal de Contas do Estado do Acre aprovou, por unanimidade, os termos do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a instituição do Plano de Cargos, Funções, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre, que contempla de forma simples e econômica as principais necessidades desta Corte de Contas. Tal projeto torna possível a prestação jurisdicional do serviço que lhe é conferido pela Constituição Estadual de 1989 e pelas Leis Complementar Estadual e Federal, mormente, a Lei de Responsabilidade da Gestão Fiscal.

... para que seja levado em consideração na análise orçamentária para os próximos exercícios e submetido à aprovação da Assembleia Legislativa."

Portanto, conforme aduzido pelo Conselheiro Antônio Cristóvão Correia de Messias, a aprovação da proposição em tela, torna possível àquela Corte de Contas a prestação jurisdicional do serviço, dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que a mesma será inserida no processo orçamentário somente no próximo exercício.

Destarte, que a matéria em epígrafe encontra-se legitimada e obedece aos ditames do art. 54, § 1º, I, III e IV; art. 78, III, todos da Magna Carta Estadual.

Nesta ordem, e, estando consolidada ao comando constitucional a competência reservada ao Chefe do Poder Executivo Estadual para iniciar o processo legislativo, é imperativo reconhecer que a admissibilidade desta norma legal está em perfeita simetria com o ordenamento jurídico constitucional e regimental vigentes.

Apreciando este projeto sob seus aspectos orçamentários e financeiros, denota-se que haverá aumento da despesa pública com pessoal.

A Lei Orçamentária Anual em vigor, permite ao chefe do Executivo promover as adequações na estrutura de vencimentos e remuneração dos servidores públicos estaduais.

Com efeito, não vislumbramos nenhuma implicação que contrarie os dispositivos da Lei n. 4.320/64 e da Lei de Orçamento Anual em vigor, tendo em vista que a despesa decorrente da aplicação desta lei será para os próximos exercícios.

Dizemo-nos, por isto mesmo, inteiramente favoráveis à aprovação desta proposta, dela ressaltando, entre outros, seus fundamentos lógicos e sociais.

À luz do Direito, a admissibilidade da matéria está estribada na Constituição Estadual:

"Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I – criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica do Poder executivo ou aumento de vencimento ou da despesa pública;

III – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária; (grifo nosso).

IV – servidor público do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar do Estado para inatividade; (negrito nosso).

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

III – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

Na Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993, com alterações introduzidas pelas Leis Complementares ns. 48, de 13 de dezembro de 1995 e 59, de 15 de outubro de 1998, em seu art. 37, incisos IV e V, assim dispõe:

"Art. 37. Compete, ainda, ao Tribunal de Contas do Estado:..."

IV – organizar seus serviços auxiliares, na forma estabelecida no Regimento Interno, e prover-lhes os cargos e empregos, observadas a legislação pertinente;

V – encaminhar ao Poder Executivo, para apreciação pela Assembléia Legislativa, proposta de criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções do Quadro de Pessoal de sua Secretaria, bem como a fixação da respectiva remuneração.

II – VOTO DO RELATOR

Face ao exposto, a matéria em tela traduz-se cristalina quanto a sua propositura e está fulcrada na reserva legal assegurada ao governador (art. 54, § 1º, I e V e art. 78, III), ambos da Constituição Estadual, ao



Tribunal de Contas do Estado (art. 37, IV e V, da Lei Complementar n. 38/93), e em consequência, não encontrando óbices do ponto de vista constitucional, jurídico ou legal, declino-me pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 60/2006, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:
Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUÍS (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:
Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:
Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:
Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:

Deputados:


TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Ata da décima oitava reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, realizada em 14 de junho de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado JOSÉ LUÍS


Às dez horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Deputado **JOSÉ LUÍS (BPM)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; e da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo os Deputados **JOSÉ LUÍS (BPM)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)**, **JOSÉ VIEIRA (PSDB)** e **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, foi aberta a reunião com o objetivo de distribuir o **Projeto de Lei n. 53/2006**, oriundo do Poder Executivo, cuja ementa "Autoriza o Poder Executivo a realizar cessão de imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre ao município de Sena Madureira", sendo designado relator o Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida, a Presidência suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, juntamente com a **Emenda Supressiva n. 4/2006**, sendo encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S.S. Trisch**, , lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ata da décima nona reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e Comissão de Orçamento e Finanças, realizada em 14 de junho de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA


Às onze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo os Deputados **JOSÉ LUÍS (BPM)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **NOGUEIRA LIMA (PPS)**; e os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA** e **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** da Comissão de Orçamento e Finanças, foi aberta a reunião, com o objetivo de distribuir o **Projeto de Lei n. 54/2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo Estadual a alienar bens móveis inservíveis dos órgãos da Administração Pública direta e indireta", cuja relatoria coube ao Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida, a Presidência suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S.S. Trisch**, , lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ata da vigésima reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, realizada em 14 de junho de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA


Às doze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, foi aberta a reunião com a presença dos Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA** e **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**. Em seguida, o Senhor Presidente designou o Deputado Edvaldo Magalhães para relatar o **Projeto de Lei n. 55/2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974", momento em que interrompeu a reunião pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade e encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S.S. Trisch**, , lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Ata vigésima primeira reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, realizada em 21 de junho de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado JOSÉ LUÍS

Às dez horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado **JOSÉ LUÍS (BPM)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **JOSÉ LUÍS (PMN)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)**, **JOSÉ VIEIRA (PSDB)** e **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, foi aberta a reunião com o objetivo de distribuir os **Projetos de Lei**, de autoria do Deputado Chagas Romão, **ns. 31/2006**, que "Autoriza as escolas públicas estaduais do Estado do Acre a receberem doações e dá outras providências" e **34/2006**, que "Institui o Dia do Deficiente Surdocego", sendo designados relatores, respectivamente, os Deputados Edvaldo Magalhães e Taumaturgo Lima. Também constava na pauta de distribuição o **Projeto de Lei n. 38/2006**, de autoria do Deputado José Luis, que "Institui o Dia Estadual do Agente da Pastoral da Saúde e dá outras providências", cuja relatoria coube ao Deputado Fernando Melo. Em seguida, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para que os relatores emitissem seus Pareceres. Reabertos os trabalhos, foram os Pareceres favoráveis colocados em discussão e votação e aprovados por unanimidade. O parecer favorável ao Projeto de Lei n. **34/2006**, foi aprovado com Substitutivo. Após serem aprovados foram encaminhados à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, , lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



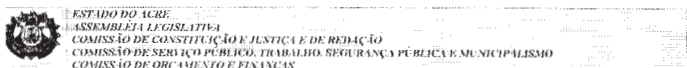
ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ata da vigésima segunda reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, realizada em 21 de junho de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às onze horas e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, foi aberta a reunião com a

presença dos Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**. Em seguida, o Senhor Presidente designou o Deputado Edvaldo Magalhães para relatar o **Projeto de Resolução n. 04/2006**, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera o art. 14 da Resolução n. 97, de 1º de junho de 2006". Em seguida, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade e encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S.S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



Ata vigésima terceira reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, realizada em 21 de junho de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às onze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **JOSÉ LUÍS (BPM)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)** e **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo; e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, foi aberta a reunião. A Presidência informou que encontrava-se na pauta de distribuição o **Projeto de Lei Complementar n. 7/2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993" e designou o Deputado Edvaldo Magalhães para relatar a matéria. Em seguida, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reaberto os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade e encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



Ata vigésima quarta reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, realizada em 3 de julho de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

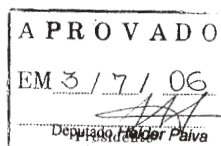
Às treze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **LUIZ GONZAGA**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **JOSÉ LUÍS (BPM)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)**, **JOSÉ VIEIRA (PSDB)** e **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo; e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)**, **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, foi aberta a reunião, com o objetivo de distribuir os **Projetos de Lei Complementar ns. 8/2006**, que "Altera os arts. 16 e 96 da Lei Complementar e dá outras providências" e **9/2006**, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre e dá outras providências", além do **Projeto de Lei n. 60/2006**, que "Dispõe sobre a instituição do Plano de Cargos, Funções, Carreira e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre, e dá outras providências", todos oriundos do Poder Executivo, para os quais foi designado relator o Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário para que o relator emitisse seus Pareceres. Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente informou que o Projeto de Lei Complementar n. 8/2006 recebeu uma Emenda Modificativa n. 14; o 9/2006 recebeu nove emendas, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, sendo as **Substitutivas de ns. 1 e 2**; as **Modificativas de ns. 16, 18 e 19**; e **Aditivas de ns. 5 a 8/2006**, além das emendas apresentadas pelo relator, a **Modificativa n. 17** e **Supressivas ns. 5 e 6/2006**. Iniciada a leitura dos Pareceres favoráveis, os mesmos foram colocados em discussão e votação e aprovados por unanimidade, sendo rejeitadas as **Emendas Modificativas ns. 16 e 19** e **Aditivas ns. 5 e 6**. Ato seguinte, referidas matérias foram encaminhadas à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a

tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata vigésima quinta reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, realizada em 3 de julho de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado JOSÉ LUÍS

Às quatorze horas e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **JOSÉ LUÍS (BPM)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **LUIZ GONZAGA**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **JOSÉ LUÍS (BPM)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)**, **JOSÉ VIEIRA (PSDB)** e **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, foi aberta a reunião com o objetivo de distribuir o **Projeto de Lei n. 56/2006**, de autoria do Deputado Valmir Figueredo, que "Amplia o mix de produtos comercializados pelas farmácias e drogarias no Estado do Acre", sendo designado relator o Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reaberto os trabalhos foi o Parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



PARECER N. 1/2006
PROJETO DE LEI N. 43/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES**I - RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão de Orçamento e Finanças, a Mensagem Governamental n. 881 de 15 de maio de 2006, que submete à apreciação desta Casa Legislativa, o Projeto de lei n. 43/2006.

A matéria é de suma importância porque estabelece as orientações e as diretrizes legais para elaboração do Orçamento para o exercício de 2007, considerando as metas e prioridades da Administração Pública cuja as ações estão voltadas para o crescimento, desenvolvimento do Estado e bem estar da população acreana.

Da análise da matéria, observa-se que o Executivo Estadual delinea ações de políticas públicas que visam a otimização dos gastos públicos em programas que dêem respostas imediatas buscando a satisfação maior da nossa comunidade.

Nota-se claramente a procura incessante cada vez maior da autoridade governamental buscando o equilíbrio entre a Despesa e a Receita Pública.

II - PARECER

Diante do exposto, recomendamos aos membros desta Comissão de Orçamento e Finanças, a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 43/2006, submetendo nossa Decisão ao Plenário Maior desta Casa de Leis.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
3 de julho de 2006

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE:Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**
VICE-PRESIDENTE: Deputado **FRANCISCO VIGA (PT)**

TITULARES:

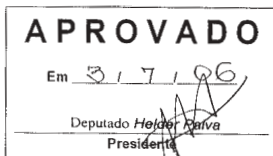
Deputados:

EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
VALMIR FIGUEREDO (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



PROJETO DE LEI N. 43/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências."

PARECER N. 2 /2006

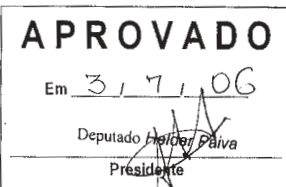
REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Orçamento e Finanças apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 43/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado **ILSON RIBEIRO**",
3 de julho de 2006

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur da Costa Lima, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 040 - Fone (68) 3223 1740 - 3223 1797 home page: alesc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ceja.ac.gov.br



PROJETO DE LEI N. 43/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇA SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Cumprindo o disposto nos arts. 150, 152 e 159 da Constituição Estadual, esta lei estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública estadual;
- II - as diretrizes gerais para a elaboração da proposta orçamentária;
- III - a organização e estrutura da lei orçamentária;
- IV - as diretrizes do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado; e
- VI - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Estadual

Art. 2º Em consonância com os arts. 150, 152 e 159 da Constituição Estadual e Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio 2000, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2007 são as especificadas nos anexos de metas e prioridades que integram esta lei.

CAPÍTULO II

Das Diretrizes Gerais para Elaboração da Proposta Orçamentária

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual para o ano 2007 será elaborada conforme esta lei, observadas as normas da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964; a Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e a Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

Art. 4º No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas e despesas serão orçadas a preço de agosto de 2006.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual indicará o limite da variação de preços a partir do qual poderá ser feita a atualização monetária do orçamento, bem como os indicadores econômicos a serem utilizados.

Art. 5º Não poderão ser apresentadas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária que anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - recursos vinculados por lei;
- III - recursos próprios de entidades da administração indireta;
- IV - contrapartida obrigatória do Tesouro Estadual a recursos transferidos ao Estado;
- V - recursos destinados a obras não concluídas ou não iniciadas, da administração direta e indireta, consignados no orçamento anterior;
- VI - juros e encargos da dívida; e
- VII - recursos de convênios, doações e operações de créditos com entidades nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III

Da Organização e Estrutura da Lei Orçamentária

Art. 6º O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro do ano de 2007 será encaminhado pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa, em estrita observância aos arts. 150, 153 a 159 e 165 da Constituição Estadual; art. 22 da Lei n. 4.320, de 1964; Lei Complementar Federal n. 101, de 2000 e Portaria n. 42, de 1999, do Ministério de Estado de Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária relação das entidades contempladas com subvenção social.

Art. 7º Na Lei Orçamentária Anual constará demonstrativo das emendas aprovadas pela Assembleia Legislativa, detalhando o órgão, número do projeto ou atividade, elemento de despesa, fonte e valor.

Parágrafo único. As propostas de modificação ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas da mesma forma e nível de detalhamento estabelecido no projeto de lei.

Art. 8º Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações despesas à conta de investimentos em regime de execução especial, ressalvados:

- I - os casos de calamidade pública, na forma do art. 162, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- II - os créditos reabertos de acordo com o que dispõe o art. 162 da Constituição Estadual; e
- III - os fundos, excetuados no art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 9º A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência, em montante que poderá ser de zero vírgula um até um por cento da receita corrente líquida.

Art. 10. O valor das emendas individuais dos parlamentares que indiquem como fonte os recursos da reserva de contingência será limitado a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que deverão ser liberadas até agosto de 2007.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes do Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e Investimento

SEÇÃO I

Das Diretrizes Comuns

Art. 11. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto

e que dela recebam recursos do tesouro estadual.

§ 1º Excluem-se do disposto neste artigo as empresas e sociedades de economia mista que recebam recursos do Estado apenas sob a forma de:

- I - participação acionária;
- II - pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços; e
- III - pagamento de empréstimos, aval e financiamentos concedidos.

§ 2º Os investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista a que se refere este artigo constarão, também, do orçamento previsto no art. 153, inciso II, da Constituição Estadual.

Art. 12. As despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo obedecerão ao limite estabelecido na Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

Art. 13. Constarão do projeto de lei orçamentária anual as despesas com juros, encargos e amortizações das dívidas, das operações contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas pela Assembleia Legislativa.

Art. 14. A transferência de recursos para municípios, em virtude de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, ressalvada a destinada a atender casos de calamidade pública, somente poderá ser realizada se o município beneficiado comprovar que:

- I - instituiu e regulamentou todos os tributos que lhe cabe, previstos nos arts. 137 e 144 da Constituição Estadual;
- II - arrecada todos os impostos que lhe cabem, previstos no art. 144 da Constituição Estadual, exceto, se for o caso, as contribuições de melhoria; e
- III - atende ao disposto no art. 197 da Constituição Estadual.

Art. 15. O Poder Executivo poderá destinar, na Lei Orçamentária Anual, dotação orçamentária para manter as unidades descentralizadas sediadas nos municípios interioranos, exclusivamente para atender a execução orçamentária e financeira no cumprimento das metas e prioridades dos planos de governo.

Art. 16. As receitas próprias de órgãos, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com juros, encargos e amortizações da dívida, contrapartida de financiamentos, outros de sua manutenção e investimentos prioritários, respeitadas as peculiaridades de cada um.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas para os Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e para o Ministério Público Estadual

Art. 17. As propostas orçamentárias da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Estado do Acre referem-se a percentuais das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS e das demais receitas tributárias líquidas, deduzidos os repasses aos municípios, as transferências e obrigações constitucionais e a do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, ou instrumento legal que vier a substituir, sendo: Assembleia Legislativa do Estado do Acre - 5,3% (cinco inteiros e três décimos por cento); Tribunal de Contas do Estado do Acre - 1,9% (um inteiro e nove décimos por cento); Tribunal de Justiça do Estado do Acre - 8% (oito por cento); e Ministério Público do Estado do Acre - 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 18. O orçamento fiscal e os próprios da administração indireta para o exercício de 2006 estimarão as receitas de recolhimento centralizado do tesouro estadual e de recolhimento descentralizado relativo às autarquias, fundações e fundos e empresas públicas e de economia mista, em conformidade com art. 3º desta lei.

Art. 19. Constarão do projeto de lei orçamentária anual os recursos do tesouro estadual destinados às autarquias, fundações, empresas públicas e de economia mista, e serão apresentados nos orçamentos próprios dessas instituições.

Art. 20. Os recursos do tesouro estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de programas financeiros e de convênios.

Art. 21. A proposta de lei orçamentária anual poderá estabelecer a abertura de créditos adicionais suplementares, de acordo com o disposto nos arts. 7º e 43 da Lei Federal n. 4.320, de 1964.

Art. 22. As programações custeadas com recursos de operações de créditos não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 23. As dotações para formação de estoques reguladores e para aquisição de bens serão orçadas considerando a disponibilidade de recursos do governo estadual, buscando a estabilização da oferta e da disponibilidade estratégica de produtos essenciais ao abastecimento interno.

Art. 24. O projeto de lei orçamentária anual destinará recursos para pagamento de sentença judicial, quando for o caso, obedecido ao disposto no art. 100 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

SEÇÃO IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 25. O orçamento da seguridade social obedecerá ao definido nos arts. 194, 196, 201 e 203 da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I - das contribuições sociais a que se refere o art. 195, inciso I, II e III da Constituição Federal;
- II - das receitas de quaisquer órgãos, fundos e entidades classificadas como de serviços de saúde;
- III - da contribuição para plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Estado;
- IV - do orçamento fiscal;
- V - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento; e
- VI - das operações de créditos, transferências e doações destinadas aos órgãos, fundos e entidades que devam integrar, exclusivamente, este orçamento.

Art. 26. O orçamento da seguridade social discriminará a transferência de recursos do Estado aos Municípios, para execução descentralizada das ações de saúde, educação e assistência social, conforme estabelecido nos arts. 198 e 204 da Constituição Federal.

SEÇÃO V

Das Diretrizes do Orçamento de Investimento

Art. 27. O orçamento de investimento previsto no art. 153, II, da Constituição Estadual, será apresentado para cada empresa pública e para cada sociedade de economia mista em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º O projeto de lei orçamentária anual será acompanhado de um demonstrativo, por empresa, de origem das receitas esperadas, bem como da aplicação destas.

§ 2º O demonstrativo a que se refere o parágrafo anterior indicará, pelo menos:

- I - os investimentos correspondentes à aquisição de direitos do ativo imobilizado; e
- II - quando for o caso, os investimentos financiados com operações de crédito, especificamente vinculados ao projeto.

Art. 28. Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superior aos das respectivas receitas.

CAPÍTULO V

Das Disposições Sobre Alterações na Legislação Tributária do Estado

Art. 29. Na ocorrência de alterações na legislação federal ou na necessidade de modificação na legislação tributária estadual, o Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa, até o final de cada exercício, projeto de lei dispoendo sobre as alterações na legislação de tributos e de contribuições econômicas e sociais.

Art. 30. A concessão ou ampliação de incentivos, isenções ou benefícios, de natureza tributária ou financeira, deverá constar do projeto de lei orçamentária e observar o disposto na Lei Complementar n. 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 31. O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa, de acordo com o que dispõe o art. 158 e seu parágrafo único, da Constituição Estadual.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais e privadas, nacionais e internacionais.

Art. 33. A Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável divulgará, para cada unidade orçamentária dos órgãos, fundos e entidades que integram os orçamentos de que trata esta lei, os quadros de detalhamento de despesas, especificando, para cada categoria de programação, os valores fixados na forma que dispõe o art. 3º desta lei.

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

Art. 34. Na ocorrência em que o projeto de lei orçamentária anual não seja encaminhado para sanção governamental até o dia 31 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 158, parágrafo

único da Constituição do Estado do Acre, a execução orçamentária poderá ser realizada em cada mês, até a competente sanção governamental, para as despesas relativas a pessoal e encargos sociais, dos serviços da dívida e dos projetos e atividades em execução no exercício de 2006.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária Anual a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais, com base em remanejamento de dotações, cujos atos serão publicados antes da divulgação dos quadros de detalhamento da despesa a que se refere o art. 32 desta lei.

Art. 35. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no orçamento 2006, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos efetivamente arrecadados e alocados também proporcionalmente em relação à dotação inicial destinada a cada poder e ao Ministério Público Estadual.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais poderes e ao Ministério Público Estadual o montante que caberá a cada um tomar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O chefe de cada poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual não destinará recursos para atender ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cujas legislações que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenha como pré-condição o sigilo.

Art. 37. A reserva de contingência do orçamento poderá ser reforçada por recursos de outros órgãos e unidades administrativas, como também pela reestimativa da receita e pelo excesso de arrecadação.

Art. 38. Na elaboração da Lei Orçamentária Anual fica garantida, em regime de colaboração, a participação popular, através de fóruns regionais e audiências públicas.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empréstimos com instituições nacionais e internacionais, no âmbito das normas legais vigentes.

Art. 40. Fica autorizada a realização de concurso público para provimento de cargos, observando-se o disposto nos arts. 37 e 169 da Constituição Federal; art. 27 da Constituição Estadual e arts. 21 e 22 da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

Art. 41. Fica autorizada a adequação e modernização nos planos de cargos e salários, bem como ajustar os salários correspondentes em conformidade com a Lei Complementar n. 101, de 2000.

Art. 42. As despesas com publicidade de qualquer órgão ou entidade na administração direta ou indireta deverão correr à conta de dotação orçamentária própria e atender especialmente nos programas e campanhas educativas e de alcance popular.

Parágrafo único. As despesas com publicidade de qualquer órgão da administração direta e indireta deverão ser coordenadas pela Assessoria de Comunicação Social.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n. 1.651, de 22 de julho de 2005.

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro",
3 de julho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

ANEXO I

Área de Atuação: Legislativa

Programa: Execução da Ação Legislativa

Objetivo: Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais dos órgãos e dos seus membros.

Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção, modernização e adequação da sede do Legislativo.	Sede reformada	Unidade	1
Atividade	Comunicação e divulgação institucional	Materia veiculada	Unidade	35
Atividade	Capacitação de recursos humanos	Servidor capacitado	%	40
Atividade	Gestão do processo legislativo	Manutenção do processo legislativo	%	100

ANEXO I

Área de Atuação: Legislativa

Programa: Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa

Objetivo: Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais dos órgãos e dos seus membros.

Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção, ampliação e reforma da sede do Tribunal de Contas do Estado	Sede reformada	Unidade	1
Projeto	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios - PROMOE	Projeto implantado	Unidade	1
Atividade	Gestão e administração do Tribunal de Contas	Gestão dos programas finalísticos	%	100
Atividade	Capacitação de recursos humanos	Servidor capacitado	%	25

ANEXO I

Área de Atuação: Judiciária

Programa: Execução da Ação Judiciária

Objetivo: Garantir o pleno exercício do direito no Estado do Acre por meio da prestação dos serviços jurisdicionais de acordo com a competência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção, ampliação e reforma dos prédios do Poder Judiciário	Prédios adequados	%	20
Atividade	Capacitação de recursos humanos	Servidor capacitado	Unidade	100
Atividade	Gestão e administração do Tribunal de Justiça do Acre	Gestão dos programas finalísticos do Tribunal de Justiça	%	100

ANEXO I

Área de Atuação: Ministério Público

Programa: Execução da Defesa e Acompanhamento dos Interesses da Sociedade e do Patrimônio Público

Objetivo: Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais individuais e indisponíveis

Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção, ampliação e reforma da sede do Ministério Público	Prédios adequados	%	25
Atividade	Capacitação de recursos humanos	Servidor capacitado	Unidade	80
Atividade	Gestão e administração do Ministério Público do Acre	Gestão dos programas finalísticos do Ministério Público do Estado	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação:	Governadoria, Vice- Governadoria e órgãos essenciais à administração da justiça			
Programa:	Supervisão e Coordenação Administrativa			
Objetivo:	Promover a proteção e defesa do consumidor, garantir a prestação de assistência jurídica gratuita, reparar danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, de portadores de deficiência, crianças, adolescentes, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos e a gestão dos programas finalísticos da administração governamental.			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção, reforma e modernização.	Prédios estruturados	%	5
Projeto	Aquisição de equipamentos, veículos, móveis	Órgãos estruturados	%	10
Projeto	Aquisição e locação de Imóveis	Prédios estruturados	%	5
Projeto	Capacitação de recursos humanos	Servidor capacitado	%	50
Atividade	Gestão e administração dos órgãos	Gestão dos programas finalísticos	%	100
Atividade	Apoio a entidades da sociedade civil e movimentos sociais	Entidades apoiadas	Unidade	50
Atividade	Defesa dos direitos difusos	Projetos apoiados	Unidade	5
Atividade	Proteção dos interesses e direitos dos consumidores	Consumidores atendidos	Unidade	20.000
Atividade	Prestação de assistência jurídica ao cidadão	Cidadãos atendidos	Unidade	60.000
Atividade	Gestão da Dívida Pública (Lei Estadual 1.481/03)	Precatórios de pequeno valor	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação:	Gestão e Segurança Institucional			
Programa:	Justiça e Segurança			
Objetivo:	Contribuir com o processo de reintegração do detento e do interno à sociedade.			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção, ampliação e reforma da infraestrutura do sistema penitenciário	Demanda de infraestrutura atendida	%	25
Projeto	Capacitação profissional do servidor de estabelecimentos penais	Servidores capacitados	Unidade	30
Atividade	Reintegração de reeducandos	Reeducandos atendidos	Unidade	1.142
Projeto	Aparelhamento e reaparelhamento dos estabelecimentos do sistema penitenciário	Unidades aparelhadas e reaparelhadas	%	25
Projeto	Construção, reforma e modernização da estrutura de segurança e melhoria nos quartéis e unidades policiais e administrativas	Quartéis e unidades estruturadas	Unidade	25
Atividade	Manutenção do sistema de segurança, suprimento de munições, material bélico, fardamento e equipamentos	Organização de segurança mantida	%	100
Atividade	Segurança de Autoridades	Autoridades protegidas	%	100
Atividade	Manutenção de suprimento de material contra incêndio	Organização militar mantida	%	50
Atividade	Manutenção e suprimento de material para as unidades de resgate	Unidades supridas	%	50

ANEXO I				
Área de Atuação:	Gestão e Segurança Institucional			
Programa:	Justiça e Segurança			
Objetivo:	Intensificar o combate à criminalidade no Estado mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e da demais operações policiais de competência estadual, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio às ações preventivas e de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes	Índice de exploração sexual reduzido	%	30
Atividade	Treinamento, capacitação e melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública	Profissionais treinados e capacitados	%	80
Projeto	Apoio a serviços de assistência a proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas	Pessoas protegidas	%	15
Projeto	Programa Polícia da Família	Famílias protegidas	Unidade	6.000
Projeto	Programa de segurança nas escolas	Escolas protegidas	%	100
Projeto	Programa Integrado de Proteção à Vida - Pró-Vida	Base do Pró-Vida estruturada	Unidade	10

ANEXO I				
Área de Atuação:	Gestão e Segurança Institucional			
Programa:	Justiça e Segurança			
Objetivo:	Contribuir para defesa do cidadão e promoção da Defesa Civil do Estado.			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Realização de perícias e convênios com entidades públicas e privadas	Demandas Atendidas	%	100
Atividade	Programas de apoio e atendimento a crianças e adolescentes carentes, idosos, portadores de necessidades especiais, dependentes químicos e minorias	Programa implementado	Unidade	1
Atividade	Programa de racionalização, ampliação e aprimoramento das atividades ligadas a defesa civil	Defesa Civil estruturada	%	100
Projeto	Programa de criação, cadastro e promoção do recrutamento de monitores voluntários para a defesa civil do Estado	Programa implementado	Unidade	1
Projeto	Programa de prevenção da violência	Demanda atendida	%	100
Projeto	Programa de estruturação do Corpo de Bombeiros do Estado do Acre	Programa implementado	Unidade	1
Projeto	Habilitação, registro, licenciamento, emplacamento de veículos, modernização do sistema de sinalização, fiscalização e educação de trânsito.	Demanda atendida	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação:	Gestão e Desenvolvimento Econômico-Sustentável			
Programa:	Florestas Sustentáveis			
Objetivo:	Aumentar a escala, produtividade e qualidade dos produtos e serviços que compõem a cadeia da produção familiar.			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de apoio aos Pólos Agroflorestais	Famílias beneficiadas	Unidade	365
Projeto	Apoio a programas de incremento da produção padronizada e com controle de qualidade de farinha do Vale do Juruá, Vale do Purus e Vale do Acre	Acréscimo na produção e comercialização de farinha	%	40
Projeto	Apoio a programas de incremento da produção de safrol e de derivados de cana-de-açúcar	Famílias beneficiadas	Unidade	150
Projeto	Revitalização de Centros de Referência das Comunidades Agroflorestais e Florestais – Centros de Florestania	Centros revitalizados	Unidade	5

ANEXO I				
Área de Atuação:	Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável			
Programa:	Florestas Sustentáveis			
Objetivo:	Aumentar a escala, produtividade e qualidade dos produtos e serviços que compõem a cadeia da produção familiar.			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF	Produtores familiares	Unidade	11.000
Projeto	Modernização e industrialização da cadeia produtiva da mandioca	Famílias beneficiadas	Unidade	400
Projeto	Programa quintais agro-florestais	Famílias beneficiadas	Unidade	50

ANEXO I				
Área de Atuação:	Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável			
Programa:	Florestas Sustentáveis			
Objetivo:	Aumentar escala, produtividade e qualidade dos produtos e serviços que compõem a cadeia produtiva extrativista			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio a produção de Borracha Natural Bruta (BNB) padronizada	Borracha natural bruta	Tonelada	3.700
Projeto	Apoio à Fábrica de Preservativos	Fábrica	Unidade	1
Projeto	Apoio a Fábricas e Usinas de Castanha	Produção anual do estado beneficiada	Tonelada	11.000
Projeto	Fortalecimento de programas de diversificação e processamento da produção de produtos florestais não madeireiros (PPFNM) manejados	Famílias beneficiados	Unidade	1.000
Projeto	Remuneração dos serviços ambientais	Remuneração à produção de borracha	Tonelada	3.700
Projeto	Implantação do sistema de informação e comunicação do setor agroflorestal	Sistema incluído	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação:	Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável			
Programa:	Florestas Sustentáveis			
Objetivo:	Estabelecer serviços de excelência nas áreas de comercialização e logística			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Promoção da produção sustentável de produtos estratégicos certificados com selo "merce acre" e comercialização no mercado nacional e/ou internacional	Incremento das exportações	%	10
Atividade	Programa de escoamento e armazenamento da produção	Produção agroflorestal escoada e armazenada	%	100
Atividade	Programa de formação e informação para produtores	Produtores beneficiados	Unidade	2.000
Projeto	Garantia da Produção e Comercialização	Demanda atendida	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação:	Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável			
Programa:	Florestas Sustentáveis			
Objetivo:	Fomentar a produção industrial e agroindustrial, a partir de produtos agroflorestais e florestais			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Diversificação da Produção Agroflorestal	Famílias beneficiadas	Unidade	691
Projeto	Programa de Fomento a Empreendimentos Agroextrativistas.	Famílias beneficiadas	Unidade	700

ANEXO I				
Área de Atuação:	Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável			
Programa:	Florestas Sustentáveis			
Objetivo:	Estabelecer serviços de excelência na certificação, marcas, patentes, pesos e medidas			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Implementação de sistema de classificação vegetal	Sistema implementado e em funcionamento	Unidade	1
Projeto	Apoio a programas de certificação de empresas e produtos com selo de qualidade do INMETRO	Aumento do número de empresas com selo do INMETRO	%	10

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Florestas Sustentáveis				
Objetivo:				
Dispor de um conjunto de políticas que viabilizem a criação de parques e florestas estaduais				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Implementação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP)	Sistema implementado	Unidade	1
Projeto	Ampliação e estruturação da área estadual sob regime de conservação e preservação florestal, com oferta de novos produtos e serviços ambientais.	Áreas implantadas e estruturadas	%	75
Projeto	Programa de fortalecimento da gestão ambiental do Estado, incluindo o entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD).	Programa implementado	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Promoção da Produção Vegetal				
Objetivo:				
Aumentar escala, produtividade e qualidade dos produtos e serviços que compõem a cadeia produtiva agropecuária (bovinos, aves e peixes)				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Assistência técnica aos produtores	Propriedades beneficiadas	Unidade	4.000
Projeto	Promoção da produção, industrialização e comercialização	Programa implementado	Unidade	1
Projeto	Promoção e realização de eventos agropecuários	Exposição/Eventos realizados	Unidade	2
Projeto	Produção de mudas arbóreas-arbopasto	Mudas	Unidade	40.000
Projeto	Fomentar a produção avícola no Estado	Aves	Unidade	168.000

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Promoção da Produção Vegetal				
Objetivo:				
Aumentar escala, produtividade e qualidade dos produtos e serviços que compõem a cadeia produtiva do manejo florestal				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Incremento do número de empresas da área madeireira e moveleira e o aproveitamento de resíduos florestais através de Projetos de Manejo Florestal	Acréscimo de empresas e de áreas licenciadas para conversão	%	10
Projeto	Apoio a programas de créditos e incentivos para estabelecimento de novas empresas/indústrias.	Acréscimo do PIB Estadual	%	20
Projeto	Reestruturação dos acessos e instalações de gerenciamento, ampliar e disponibilizar áreas para pesquisa e manejo empresarial na Floresta Estadual do Antimary.	Acessos e instalações reestruturadas e áreas para pesquisa e manejo implementadas	%	100
Projeto	Promoção de programas de concessão florestal em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Estado	Programa implementado	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Desenvolvimento da Produção Animal				
Objetivo:				
Aumentar a Escala, produtividade e qualidade dos produtos e serviços que compõem a cadeia produtiva animal				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Implantação de unidade de produção e abate de aves no Estado do Acre	Famílias Atendidas	Unidade	46
Projeto	Controle da Anemia infecciosa Equina	Realização de exames em todos os animais que participam de aglomeração	Exame	2.000
Projeto	Controle da Raiva Bovina	Diminuição dos focos de raiva	Vacinação	1.200.000
Projeto	Controle da Sigatoka na banana	Distribuição de mudas resistentes	Mudas	10.000
Projeto	Controle e Monitoramento da Mandarova na Cultura da Mandioca	Controle biológico do mandarova	Pulverização	01
Projeto	Controle da Afobaxina da castanha do Brasil	Emissão de certificados fitossanitários de origem	%	10

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Desenvolvimento da Produção Animal				
Objetivo:				
Consolidar os Programas de Defesa Sanitária Animal e Vegetal				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Programa de controle sanitário da produção animal	Produção livre de aftosa com vacinação	%	100
		Controle e/ou erradicação da brucelose e tuberculose	%	100
Atividade	Programa de Certificação Sanitária	Propriedades com certificação sanitária de origem	Unidade	300
		Abate bovino com certificação sanitária de origem	%	100
Atividade	Programa de controle sanitário da produção vegetal de produtos e culturas prioritárias	Culturas e produtos prioritários com controle de sanidade	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Desenvolvimento da Produção Animal				
Objetivo:				
Consolidar os programas de defesa sanitária animal e vegetal.				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio à implantação de criatórios de animais silvestres	Criatórios implantados	Unidade	03
Projeto	Apoio à implantação da estação de melhoramento genético animal	Estação implantada	Unidade	01
Projeto	Apoio à criação alternativa de suínos, ovinos e caprinos	Produtores beneficiados	Unidade	300

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Desenvolvimento Regional				
Objetivo:				
Fomentar o Desenvolvimento do Ecoturismo				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Promoção dos Pólos Turísticos de Xapuri e do PNSD – Parque Nacional da Serra do Divisor	Pólo consolidado	Unidade	2
Projeto	Apoio à implantação de infra-estrutura turística em parceria com o setor público e privado, a partir de plano de desenvolvimento turístico do Estado	Pousadas construídas	Unidade	2
Projeto	Apoio no estabelecimento de Circuito Interno de Turismo	Circuitos consolidados	Unidade	1
Projeto	Apoio no estabelecimento de Circuito Turístico Aéreo e Terrestre com países fronteiriços.	Circuitos consolidados	Unidade	2
Projeto	Apoio na implantação de programa efetivo de informação e marketing dos circuitos turísticos	Programa implantado	Unidade	1
Projeto	Promoção da melhoria da qualidade de atendimento aos turistas nos hotéis, restaurantes, agências de viagens, transportadoras e realizadoras de eventos.	Trabalhadores do setor capacitados e treinados	%	25
Projeto	Promoção da Produção, divulgação e comercialização de artesanatos	Aumento da comercialização do artesanato	%	25
Projeto	Apoio a feiras, exposição e intercâmbio cultural.	Eventos consolidados	Unidade	04

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Geração de Emprego e Renda				
Objetivo:				
Qualificar recursos humanos envolvidos nos diferentes segmentos dos setores de produção e serviços				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Capacitação de trabalhadores, gerentes e empresários para promover a diversificação e aumento da qualidade da produção animal e vegetal, de serviços e outros produtos.	Trabalhadores beneficiados	Unidade	3.000
Projeto	Assessoria de cooperativas de produção, associações, cooperativas de crédito rural solidária e grupos informais em gestão sustentável.	Cooperativas, grupos e associações beneficiadas	Unidade	350
Projeto	Capacitação, reciclagem e inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho	Trabalhadores beneficiados	Unidade	500

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Recuperação Industrial				
Objetivo:				
Estabelecer serviços de excelência nas áreas de Fomento Industrial e Promoção de Negócios Sustentáveis				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio a programas de incentivo às atividades industriais / negócios sustentáveis.	Programa implementado	Unidade	1
Projeto	Apoio a política de incentivos e competitividade para a atividade florestal	Aumento de empreendimentos florestais	%	13
Projeto	Apoio a programas de fortalecimento da iniciativa privada local e atração de novos investimentos	Empresas implantadas e beneficiadas	Unidade	25
Projeto	Promoção do desenvolvimento de novos empreendimentos através de incubadora de negócios	Empreendimentos agroindustriais desenvolvidos na incubadora	Unidade	5
Projeto	Apoio a projeto ALCOBRÁS	Indústria apoiada	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa:				
Gestão de Política Fundiária				
Objetivo:				
Dispor de uma política fundiária e de ordenamento territorial que facilite e promova o desenvolvimento sustentável				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Campanha para incentivo / esclarecimento do registro de imóveis	Campanha divulgada em rádio, TV, jornais, cartilhas e folder.	%	100
Projeto	Identificação, cadastramento e georreferenciamento dos imóveis rurais, bem como das ocupações e posses rurais de boa fé.	Imóveis rurais dos proprietários e posseiros identificados, Levantados e georreferenciados.	%	100
Projeto	Regularização fundiária das áreas dominicais do Estado do Acre	Áreas dominicais do estado regularizadas	%	100
Projeto	Concessão de créditos de instalação aos ocupantes das florestas Públicas Estaduais	Acesso aos créditos de instalação para os ocupantes das florestas públicas estaduais	Unidade	800

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas				
Objetivo: Consolidar programas de intermediação e concessão de crédito				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Promoção, apoio, execução e intermediação da concessão de micro-crédito e crédito rural, adequadas as necessidades locais com responsabilidade social e ambiental.	Famílias beneficiadas	Unidade	750
Atividade	Programa de apoio aos produtores agroflorestais – Pró-Floresta.	Famílias beneficiadas	Unidade	10.000
Atividade	Programa de Apoio à Promoção de Negócios	Programa consolidado	Unidade	1
Projeto	Apoio ao Banco do Povo	Programa consolidado	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Informação Científica e Tecnológica				
Objetivo: Estabelecer serviços de excelência em desenvolvimento tecnológico				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio às comunidades tradicionais e o setor produtivo com o Laboratório de Tecnologia de Desenvolvimento de Produtos Naturais.	Produtos naturais desenvolvidos e disponibilizados Atendimento da demanda por emissão de certificados das espécies estudadas	Unidade	5
Projeto	Modernização do Laboratório Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	Demandas de análises geográficas do estado atendidas	%	50
Projeto	Apoio a programas de melhoramento e certificação da produção de sementes e mudas de espécies nativas	Produção comunitária de sementes certificadas	%	100
		Pesquisa de tecnologia de sementes realizadas	Comunidade	5
			Espécies Nativas	3

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Informação Científica e Tecnológica				
Objetivo: Estabelecer serviços de excelência em desenvolvimento tecnológico				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio no desenvolvimento de Laboratórios de Pavimento, Concreto, Solos, Madeira e Cerâmica.	Laboratórios credenciados e certificados Novos produtos cerâmicos desenvolvidos	%	100
Atividade	Apoio a Programas de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FDCT)	Fundo de DCT consolidado	Unidade	2
Atividade	Apoio a programas tecnológicos para consolidar o manejo florestal e o processamento da produção.	Empresas e produtores do setor beneficiados	Unidade	1
			%	50

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Gestão de Política de Meio Ambiente				
Objetivo: Contribuir com o estabelecimento da política de desenvolvimento dos povos indígenas.				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Plano de mitigação para terras indígenas da área de confluência direta das BR's 364 e 317.	Plano implementado	Unidade	1
Projeto	Apoio na assistência técnica e extensão agroflorestal em terras indígenas impactadas pelas BR's 364 e 317.	Terras indígenas beneficiadas	Unidade	8
Projeto	Desenvolvimento da Produção em Terras Indígenas e Artesanato	Terras indígenas beneficiadas	Unidade	8

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Dispor de um conjunto integrado de políticas de gestão ambiental que assegurem o desenvolvimento sustentável				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	ZEE (Zoneamento Econômico-Ecológico) como subsídio na implementação de políticas públicas no Acre	Professores, técnicos, gestores governamentais e não governamentais utilizando o ZEE	%	100
Projeto	Implantação e controle de áreas de proteção integral estadual.	Áreas implantadas e controladas	Unidade	5
Projeto	Promoção da utilização do SEIAM (Sistema da Informações Ambientais) nos setores de Governo e sociedade em geral	Geração e difusão de informações ambientais	%	80
Projeto	Controle de Destinação final dos resíduos sólidos urbanos	Municípios beneficiados	Unidade	10
Projeto	Campanhas de controle dos gases poluentes emitidos por veículos e queimadas urbanas	Redução da emissão dos gases poluentes	%	80
Projeto	Programa de qualidade e viabilidade econômica de rios acreanos	Exatidão de areia e captação de água licenciada e monitorada	%	30
		Redução do lançamento de efluentes in natura nos corpos d'água	%	25

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Dispor de um conjunto integrado de políticas de gestão ambiental que assegure o desenvolvimento sustentável				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de controle e monitoramento do desmatamento e queimadas	Matas ciliares e áreas de nascentes no Alto e Baixo Acre recuperadas	%	30
		Programas implementados	Unidade	1
Projeto	Apoio a programas de controle e monitoramento dos impactos ambientais das grandes obras da construção civil e pavimentação das estradas e ramais	Obras controladas, monitoradas, licenciadas e regularizadas	%	60
Projeto	Controle do passivo ambiental dos Projetos de Assentamentos Humanos Rurais	Passivo resolvido	%	50
Projeto	Identificar, caracterizar e mapear as áreas de risco com acidentes com produtos químicos perigosos	Levantamento das áreas de risco	Unidade	6
Projeto	Normalização e implementação do sistema de licenciamento ambiental.	Sistema implementado	Unidade	1
Projeto	Capacitação em monitoramento da qualidade de água, associada a programas de controle ambiental	Programa de capacitação implantado	Unidade	1
Projeto	Recuperação e preservação de nascentes de rios e Igarapés	Nascentes identificadas e recuperadas	Unidade	6
Projeto	Capacitação, educação ambiental e divulgação	Programa Implantado	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Dispor de um conjunto de políticas de manejo florestal de uso múltiplo				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Programa de monitoramento, controle e licenciamento dos planos de manejo de uso múltiplo	Planos licenciados, monitorados e controlados	%	25
Atividade	Licenciamento / Autorização de desmate e queimada a produtores - até 3 hectares	Produtor atendido	Unidade	15.000

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Cooperação Técnica Internacional				
Objetivo: Estabelecer relações internacionais que apoiem o processo de desenvolvimento sustentável				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Promoção da cooperação técnica internacional nas áreas de educação, saúde, comércio exterior, tecnologia e esporte	Cooperações técnicas estabelecidas e metas alcançadas	%	25
Projeto	Promoção da reinserção comercial do Acre com países fronteiriços	Aumento da exportação acreana para os países fronteiriços	%	13
Projeto	Programa de desenvolvimento sustentável do Estado do Acre em parceria com o Banco Internacional de Desenvolvimento – BID	Projeto executado	Unidade	1
Projeto	Programa de Desenvolvimento sustentável do Estado do Acre em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES	Projeto executado	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Administração Governamental				
Objetivo: Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Estado, com racionalização dos custos				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Acompanhamento e controle da execução orçamentária de todos os órgãos do Estado	Orçamento acompanhado	%	100
Atividade	Elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos diversos projetos prioritários	Demanda atendida	%	100
Atividade	Orçamento Participativo	Processo realizado participativamente	%	100
Atividade	Gestão e Administração dos órgãos do sistema SEPLANDS	Órgãos mantidos	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Administração Governamental				
Objetivo: Qualificar e valorizar os instrumentos de gestão				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Elaboração de prioridades e metas setoriais para compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias	Prioridades e metas elaboradas	%	100
Projeto	Modernização dos Processos de Planejamento e Administração – PNAGE	Projeto	Unidade	2
Atividade	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos dos órgãos do sistema de Desenvolvimento Econômico Sustentável	Serviços mantidos	%	100
Atividade	Acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual	Compatibilização do plano plurianual	%	100
		Acompanhamento do plano plurianual	%	100
		Consolidação do plano plurianual	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Gestão de Política Fundiária				
Objetivo: Dispor de uma política fundiária e de ordenamento territorial que facilite e promova o desenvolvimento sustentável				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de ampliação do patrimônio fundiário do Estado	Redução dos latifúndios improdutivos	%	13
		Aumento dos imóveis rurais titulados e registrados	%	13

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Gestão da Política Fundiária				
Objetivo: Dispor de uma política fundiária e de ordenamento territorial que facilite e promova o desenvolvimento sustentável				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Promoção da melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo ITERACRE	Manual técnico-operativo para normatização de procedimentos e regularização fundiária	Unidade	1
Projeto	Apoio na redefinição do perímetro urbano do município de Rio Branco	Perímetro urbano redefinido	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Gestão e Desenvolvimento Econômico Sustentável				
Programa: Gestão da Política Fundiária				
Objetivo: Dispor de uma política fundiária e de ordenamento territorial que facilite e promova o desenvolvimento sustentável				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Demarcação de unidades de conservação de uso direto e parques	Unidades demarcadas	Km	1.880

ANEXO I				
Área de Atuação: Finanças e Gestão Pública				
Programa: Administração Governamental				
Objetivo: Garantir Recursos para a manutenção da máquina administrativa, racionalizar e otimizar a utilização dos imóveis pertencentes ao Estado.				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de manutenção do equilíbrio fiscal e garantia de capacidade de captação de recursos voluntários e operações de crédito	Programa elaborado e operações realizadas	%	100
Projeto	Programa de apoio aos processos do COMPREV – Compensação Previdenciária	Processos pendentes encaminhados	%	100
Projeto	Sistema integrado de informações previdenciárias – SIPREV	Informações de previdências dos servidores	%	100
Atividade	Programa de gestão de empresas e fundações	Programa de gestão implantado	Unidade	1
Atividade	Administração do patrimônio do Estado	Imóvel administrado	%	25
Atividade	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos do Estado	Serviços mantidos	%	100
Atividade	Manutenção, coordenação e controle da gestão dos órgãos de administração indireta do Estado	Órgãos monitorados	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação: Finanças e Gestão Pública				
Programa: Administração Governamental				
Objetivo: Melhorar a qualidade do gasto público e das compras governamentais, racionalizar a despesa e recuperar a receita				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de redução dos gastos	Gasto reduzido	%	20
Projeto	Programa de pregão Presencial e Eletrônico	Compras efetuadas por pregão eletrônico ou leilão e relação ao menor preço de compra reduzido	%	100
Projeto	Programa de Administração Tributária	Tributos estaduais fiscalizados	%	100
		Cadastro e informações econômico-fiscais levantados	%	100
Atividade	Programa de Administração Financeira e controle interno	Sistemas contábeis padronizados e sistematizados	%	100
Atividade	Programa de auditoria geral	Auditoria realizada	%	100
Atividade	Alienação de Bens Móveis do Estado através de Leilão Público	Bens móveis inservíveis e/ou obsoletos vendidos	%	100
Projeto	Implantação do Sistema de Cadastro e Pesquisa de Mercado	Sistema de Cadastro e pesquisa do mercado implantado	Unidade	1
Projeto	Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Licitações	Sistema implantado	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Finanças e Gestão Pública				
Programa: Administração Governamental				
Objetivo: Contratar e capacitar recursos humanos, otimizar a gestão de acesso à informação aos dados do servidor público e melhoria do ambiente de trabalho				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Programa de Melhoria de Ambiente e Relações Humanas de Trabalho	Programa implementado	Unidade	1
Atividade	Programa de Formação de Gestores	Gestores capacitados	%	100
Atividade	Apoiar campanhas educativas para Servidores	Campanha realizada	Unidade	1
Atividade	Programa de Gestão de Recursos Humanos	Núcleo de capacitação estruturados	%	100
		Gestão de recursos humanos implementado	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação: Finanças e Gestão Pública				
Programa: Administração Governamental				
Objetivo: Contratar e Capacitar recursos humanos, otimizar a gestão de acesso à informação aos dados do servidor público e melhoria do ambiente de trabalho				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Programa de apoio e assistência ao servidor e melhoria de qualidade de vida	Programa de aposentadoria humanizada implantado	Unidade	1
Atividade	Sistema de educação e aprimoramento para os servidores estaduais	Sistema implantado	Unidade	1
Atividade	Pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista do Estado	Servidor beneficiado	%	100
Atividade	Gestão de acesso à informação do servidor público	Sistema de digitalização, recuperação e armazenamento dos prontuários e dados do arquivo implantado	Unidade	1
		Imagens dos prontuários cadastrados	%	20
Atividade	Concursos Públicos para provimento de cargos	Abertura de editais para concurso público	Unidade	3
Projeto	Modernização do Sistema de Administração e Planejamento – PNAGE	Projetos implantados	Unidade	2
Projeto	Modernização do Arquivo Geral e Setoriais	Acervo documental catalogados, digitalizados e organizados	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação: Finanças e Gestão Pública				
Programa: Administração Governamental				
Objetivo: Estimular o incremento da receita do Estado e da receita própria dos órgãos estaduais				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção de postos fiscais	Postos construídos	Unidade	3
Atividade	Administração da receita e despesa pública	Tributação, fiscalização e arrecadação controlados	%	100
		Supervisão técnica executada	%	30
Atividade	Modernização da Administração Fiscal do Estado	Programa implementado	Unidade	1
Atividade	Programa de Estruturação e Implantação de Banco de Dados por Produtos que Poderão ser Produzidos Internamente e Atendimento ao Empresário	Programa implantado e estruturado	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação: Finanças e Gestão Pública				
Programa: Informática				
Objetivo: Modernizar os processos administrativos e de gestão				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de Gestão de Informações e Processos relativos aos servidores	Modelo implementado	%	100
		Processos de pagamento da folha automatizados	%	100
		Empenho on-line da folha de pagamento	%	100
		Cadastro dos sistemas SIAT-E e SAFIRA integrados	%	100
		Saldo dos credores / devedores cruzados	%	100
Projeto	Apoiar a integração dos sistemas corporativos e próprios de forma a proporcionar informações gerenciais e implementação do portal eletrônico	Portal eletrônico implementado	Unidade	1
Projeto	Programa de gestão do patrimônio público e dos arquivos	Lancamento do crédito tributário contabilizados automaticamente	%	100
		Patrimônio Público inventariado e contabilizado	%	100
Projeto	Projeto de inclusão digital – Informação para a cidadania	Implantação de tele-centros	%	40

ANEXO I				
Área de Atuação: Finanças e Gestão Pública				
Programa: Informática				
Objetivo: Modernizar os processos administrativos e de gestão				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Projeto SIGA (Sistema Integrado de Gestão Administrativa)	Implementação de módulos básicos do SIIG WEB ACRE: ADA – controle de documentos; ARF – controle de frota; AES – controle de estoque	%	40

ANEXO I				
Área de Atuação: Finanças e Gestão Pública				
Programa: Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas				
Objetivo: Aprimorar, agilizar e descentralizar os serviços de registro de comércio, em consonância com a legislação federal				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Execução do registro de comércio	Processos de registro de comércio aprovados	%	30
		Serviços na internet implementados e disponibilizados	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Finanças e Gestão Pública				
Programa: Gestão de Políticas de Extensão Financeira, Contábil e de Controle Interno				
Objetivo: Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Estado				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Gestão da dívida pública do Estado	Contratos geridos	%	100
Projeto	Plano de recuperação e renegociação de créditos	Processos analisados	Unidade	961

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Formação e Capacitação de Recursos Humanos para o Setor Público				
Objetivo: Ampliar a oferta de vagas, melhorar a qualidade da educação profissional e expandir a oferta de cursos profissionais no interior do Estado				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Capacitação de recursos humanos para a educação profissional	Profissionais capacitados	Unidade	90
Projeto	Apoio ao ensino superior	Projetos apoiados	Unidade	1
Projeto	Apoio à implantação de centros de educação profissional	Centros implantados	Unidade	3
Projeto	Apoio à realização de cursos profissionalizantes no interior do Estado	Cursos realizados	Unidade	20
Projeto	Implantação de centros de formação de tecnologia da floresta	Centros implantados	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental				
Objetivo: Assegurar equidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental e infantil				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Adequação dos prédios escolares aos padrões básicos definidos para as escolas de zona rural e urbana	Escolas adequadas	Unidade	141
Atividade	Apoio à descentralização de recursos financeiros e materiais para as escolas	Escolas atendidas	Unidade	296
Atividade	Apoio a programas de alimentação escolar	Alunos beneficiados	%	100
Atividade	Apoio a programa de transporte escolar	Alunos beneficiados	Unidade	9.757
Atividade	Apoio a programas de assistência médica e odontológica a alunos no ensino fundamental (saúde do escolar)	Alunos beneficiados	%	100
Atividade	Apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental	Alunos beneficiados	%	91
Projeto	Implantação de bibliotecas escolares	Bibliotecas instaladas	Unidade	74
Projeto	Implantar projeto de reestruturação do ensino de língua estrangeira nas escolas	Ensino estruturado	Unidade	233

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental				
Objetivo: Contribuir para a oferta de vagas do ensino médio e promover a melhoria de sua qualidade				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Expansão e melhoria da rede escolar estadual do ensino médio	Alunos atendidos	Unidade	31.500
		Escolas beneficiadas	Unidade	12
		Escolas construídas	Unidade	3
Atividade	Capacitação de recursos humanos para o ensino médio	Profissionais capacitados	Unidade	1.200
Projeto	Estudos e pesquisas para implantação das políticas para o ensino médio	Estudos realizados	Unidade	1
Projeto	Apoio ao projeto de implementação da reforma do ensino médio	Projetos executados	%	13

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental				
Objetivo: Aperfeiçoamento às ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais em turmas comuns das escolas da rede estadual.				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Capacitação e especialização de técnicos em acessibilidade docente para atuar com portadores de necessidades especiais	Professores e técnicos capacitados	Unidade	4.300
Projeto	Apoio à garantia da qualidade no ensino de língua portuguesa e matemática	Alunos atendidos	Unidade	68.177
Projeto	Apoio à reorganização do ensino na zona rural a partir das características das diversas regiões	Escolas beneficiadas	Unidade	135
Projeto	Avaliação da qualidade da educação básica através do monitoramento das escolas e da implantação de um sistema de avaliação de ensino	Escolas monitoradas e avaliadas	Unidade	182
Projeto	Intensificar ações para corrigir a distorção idade-série na educação básica	Professores capacitados	Unidade	1.000
Projeto	Apoio à implantação de novos projetos de formação inicial e continuada	Professores e alunos capacitados	Unidade	3.000

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Acesso, Manutenção e Qualificação da Educação Infantil				
Objetivo: Assegurar o Atendimento à Criança				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Atendimento a crianças em educação infantil em parceria com as prefeituras	Crianças atendidas	Unidade	21.700

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Educação de Jovens e Adultos				
Objetivo: Contribuir para a educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental na idade própria.				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio à garantia de padrão mínimo de qualidade para o ensino fundamental de jovens e adultos (recomeço – programa supletivo)	Alunos matriculados	Unidade	21.000
		Alunos matriculados	Unidade	21.000
Projeto	Fomento a projetos especiais para oferta de ensino fundamental a jovens e adultos	Alunos matriculados	Unidade	8.000
Projeto	Apoio ao programa alfabetização solidária para jovens e adultos	Alunos beneficiados	Unidade	37.000
Atividade	Material didático-pedagógico para educação de jovens e adultos	Alunos beneficiados	Unidade	37.000
Projeto	Programa de formação continuada de professores de jovens e adultos	Professores capacitados	Unidade	2.000

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Desenvolvimento das Sociedades Indígenas				
Objetivo: Atender professores indígenas com programas de formação inicial e continuada, prover as escolas de materiais bilíngües e assegurar a equidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno indígena				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Apoio à capacitação de pessoal para ampliação da educação básica nas populações indígenas	Pessoal capacitado	Unidade	219
Atividade	Apoio à sistematização e publicação de materiais em língua indígena	Material publicado	Unidade	10.000
Atividade	Adequação e manutenção das escolas indígenas	Escolas beneficiadas	Unidade	56
Atividade	Oferecer o ensino médio e fundamental às comunidades indígenas	Pessoas capacitadas	Unidade	620

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa:				
Administração do Sistema Educacional				
Objetivo:				
Reduzir a violência entre jovens e adolescentes nas escolas				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio à implantação e execução de projetos que desenvolvam ações complementares de combate à violência nas escolas	Projetos apoiados	Unidade	1
Projeto	Apoio ao fortalecimento de grêmios estudantis	Associações apoiadas	Unidade	40
Projeto	Capacitação de educadores para o enfrentamento da violência nas escolas	Profissionais capacitados	Unidade	120
Projeto	Apoio à edição, cópia e distribuição de material didático para atuação no combate à violência nas escolas	Material distribuído	Unidade	120

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento e Inclusão Social				
Programa:				
Desenvolvimento da Educação Profissional				
Objetivo:				
Ampliar a oferta de vagas, melhorar a qualidade da educação profissional				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Programa	Ampliação da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial nas unidades descentralizadas em operação	Cursos realizados	Turma	40
Programa	Implantação de unidades descentralizadas fora da Regional do Baixo Acre	Unidades descentralizadas em operação	Unidade	2
Programa	Implantação de programas especiais de educação profissional, em parceria com outras instituições	Programas implantados	Programas	3
Programa	Manutenção das estruturas físicas, didático-pedagógicas e instrumentais da unidade central e unidades descentralizadas	Unidades plenamente operacionais	Unidades	7

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento e Inclusão Social				
Programa:				
Administração do Sistema Educacional				
Objetivo:				
Aperfeiçoar a gestão da Secretaria de Estado de Educação e das escolas				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio ao Plano Estadual de Educação	Plano aprovado e reproduzido	Unidade	750
Projeto	Apoio à Lei de Gestão das Escolas	Lei aprovada e reproduzida	Unidade	750
Projeto	Apoio à implantação da nova estrutura da Secretaria de Estado de Educação	Estrutura implantada	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa:				
Administração Governamental				
Objetivo:				
Promover políticas públicas para a juventude e divulgação dos atos oficiais				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Elaboração e promoção de políticas públicas para a juventude	Monitoramento e fórum de políticas públicas realizados e levantamento estatístico e banco de dados elaborados	%	100
Projeto	Realização de Fóruns, Assembleias, Seminários e Orçamentos Participativos na Busca de Soluções Sustentáveis para os Problemas da Comunidade	Fóruns, assembleias, seminários e orçamentos participativos realizados	Unidade	13
Projeto	Programas de multiplicação de voluntários e organizações, jovens atuantes e promoção de ações para uma sociedade sustentável	Jovens realizando ações solidárias, debates e movimentos	Unidade	500
Atividade	Publicidade de utilização pública	População informada	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa:				
Administração Governamental				
Objetivo:				
Promover políticas públicas para a juventude e divulgação dos atos oficiais				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programas de TV, Rádio, material escrito e eventos públicos / sociais	Programas de rádio e matérias veiculadas, TV jovem e oficinas de convivência implementadas	Unidade	100
Projeto	Difusão dos conceitos de "Protagonismo Juvenil" e valores da cidadania entre a juventude acreana	Organizações juvenis cadastradas e realizando ações solidárias	Unidade	200
Projeto	Implantação do "Movimento de Valorização da Vida"	Campanhas publicitárias "Quero Viver" realizadas	Unidade	5

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa:				
Administração Governamental				
Objetivo:				
Garantir os recursos necessários para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde no Estado do Acre				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Dimensionamento da necessidade e alocação de Recursos Humanos conforme demanda da necessidade de organização da assistência e administração central da SESACRE.	N. de unidade com recursos humanos dimensionados e alocados	Unidade de saúde	38
Projeto	Apoio à implantação e operacionalização dos sistemas de informação utilizados na SESACRE.	Sistema de informações instalado e operacionalizado nas unidades	Unidade de Saúde	38
Projeto	Realização de Conferência Estadual de Saúde e de Fórum de Debates de Interesse do SUS	Garantido o controle social de execução da política de saúde	Eventos	8
Projeto	Realização de programa de capacitação de gestores e conselheiros de saúde	Gestores e conselheiros capacitados	Curso	02
Projeto	Fortalecimento das Atividades de Regulação, controle, avaliação e auditoria nos serviços de saúde	Controle e avaliação contínua das ações e serviços de saúde nos municípios	Municípios	8
Projeto	Efetivação e revisão periódica da PPI – Plano Pactuação Integrado – da assistência epidemiológica e Vigilância Sanitária.	Atualização, controle e garantia do acesso aos serviços de saúde	Encontro	4

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa:				
Administração Governamental				
Objetivo:				
Garantir os recursos necessários para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde no Estado do Acre				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Implantação de programa de gerenciamento de material	Abastecimento adequado às necessidades, controles eficientes e otimização de recursos	Unidade de Rede	20

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa:				
Combate à violência contra a mulher				
Objetivo:				
Garantir a transversalidade nas ações do Governo em Segurança e Justiça				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Humanização das DEAM's – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher	DEAM's e postos policiais humanizados	%	100
Projeto	Programa de Apoio a Centros de Referência	Centros implantados	Unidade	1
Projeto	Programa de Enfrentamento, Prevenção e Combate à Violência Intrafamiliar e ao abuso sexual com crianças, adolescentes e mulheres nos Centros de Florestaia	Programa implantado	%	70
Projeto	Apoio ao programa "Homens de Bem" e "REVIVA"	Programas elaborados	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa:				
Assistência Social Geral				
Objetivo:				
Garantir a transversalidade nas ações do Governo em Saúde				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa Estadual de parcerias estaduais	Programa elaborado	Unidade	1
Projeto	Programa Saciando a Fome de Saber, Aletos e Sonhos	Programa implementado	Unidade	1
Projeto	Programa de educação e campanha para saúde, direitos sexuais e reprodutivos	Programa implementado	Unidade	1
Projeto	Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher – PAISM	Programa implementado	Unidade	1
Projeto	Apoiar a rede de colaboradores para à Gerência de Saúde	Rede implantada	Unidade	1
Projeto	Programa Parto Humanizado	Demanda pelo atendimento humanizado atendida	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação:				
Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa:				
Assistência Social Geral				
Objetivo:				
Garantir a transversalidade nas ações do Governo em produção e renda, em educação e em pesquisa e capacitação				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa Casa da Produtora Acreana	Produtoras capacitadas	Unidade	1.500
Projeto	Programa de Transversalidade, Gênero, Raça e Etnia	Programa elaborado	Unidade	1
Projeto	Programa Tecendo a Igualdade com Respeito às Diferenças	Programa implantado e indicadores definidos	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Assistência Social Geral				
Objetivo: Fortalecer as parcerias com a sociedade civil organizada				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de Apoio ao CEDIM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	CEDIM Implementado	Unidade	1
Projeto	Apoio na implementação de canal permanente de comunicação com os movimentos da sociedade civil organizada e parlamentares	Plenárias e audiências públicas realizadas	Unidade	7
Projeto	Programa de Enfrentamento às Discriminações Étnicas, Raciais, de Gênero e Sexuais	Programa elaborado	Unidade	1
Projeto	Plano de Comunicação	Plano elaborado	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Assistência Social Geral				
Objetivo: Garantir a Consolidação da Rede Estadual de Assistência Social				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Capacitação de Conselheiros e Gestores em Gestão de Fundos	Programa Implementado	Unidade	1
Projeto	Atendimento e inclusão de demandatários na rede de assistência social	Demandatários atendidos e incluídos	%	25
Projeto	Monitoramento e avaliação das ações e aplicação de recursos destinados à rede de assistência social	Programas e projetos da rede de assistência social monitorados	%	25
Projeto	Fortalecimento do Sistema Estadual de Atendimento Sócio-Educativo	Sistema fortalecido	Unidade	1
Projeto	Apoio a Programas de benefícios eventuais	Programas atendidos	%	100
Projeto	Implantação de abrigo para idosos	Abriço implantado	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Assistência Social Geral				
Objetivo: Humanizar os ambientes de privação de liberdade				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Consolidação de políticas de ressocialização, redução do índice de violência nas penitenciárias, profissionalização de sentenciados e inserção no mercado de trabalho dos apenados em liberdade assistida	Índice de violência reduzido, apenados profissionalizados e inseridos no mercado de trabalho	Unidade	1
Projeto	Acompanhamento dos processos dos apenados e funcionamento da Escola da Penitenciária de Rio Branco	Processos acompanhados e escola da penitenciária funcionando	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Assistência Social Geral				
Objetivo: Implantar, estruturar e readequar centros, conselhos e unidades de assistência social				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Implantação do Centro de Convivência e Radequação - Centros da Juventude	Centros implantados e readequados	Unidade	9
Projeto	Estruturação física e funcional dos Conselhos Estaduais	Conselhos estaduais estruturados e atuantes	%	25
Projeto	Melhoria e reaparelhamento das unidades de assistência social	Unidades reformadas e reequipadas	%	25
Projeto	Apoio a Gestão de Tele-Centros	Tele-Centros	Unidade	01

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Apoio às comunidades indígenas				
Objetivo: Apoiar os povos indígenas em capacitação profissional e desenvolvimento da produção familiar, cultura, educação, saúde e esporte				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio a capacitação profissional dos povos indígenas, priorizando ações básicas para desenvolvimento sustentável	Povos indígenas com formação profissional	Cursos	30
Projeto	Fomento de ações de produção familiar e apoio / incentivo à produção do artesanato indígena	Núcleos de produção familiar implementados	Unidade	63
Projeto	Criação de escolas indígenas com grade curricular própria, equipe técnica (professores) de origem indígena com formação em nível médio e superior	Escolas indígenas implantadas	Unidade	3
Projeto	Apoio a promoção de ações e programa de desenvolvimento comunitário e fortalecimento da cultura	Olimpíada indígena realizada	Unidade	2
Projeto	Promoção de ações em saúde nas comunidades indígenas	Demandas atendidas	%	13
Projeto	Capacitação de professores e técnicos em educação indígena e de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	Pessoas capacitadas	Unidade	125
Projeto	Garantia dos direitos e afirmações dos povos indígenas	Indígenas atendidos	%	100
Atividade	Assistência e extensão rural em áreas indígenas	Comunidades assistidas	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Apoio às comunidades indígenas				
Objetivo: Apoiar os povos indígenas em capacitação profissional e desenvolvimento da produção familiar, cultura, educação, saúde e esporte				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Levantamento, acompanhamento de atividades nas terras indígenas do Estado	Terras indígenas atendidas	Unidade	24
Projeto	Valorização da cultura Tradicional	Comunidades atendidas	Unidade	28
Projeto	Fortalecimento das organizações indígenas	Organizações atendidas	Unidade	6
Projeto	Execução de etnomapeamento de terras indígenas do Vale do Juruá	Programas atendidos	Unidade	4
Projeto	Implantação e regionalização da merenda escolar indígena	Escolas indígenas atendidas	Unidade	4
Projeto	Discussão do ecoturismo em terras indígenas	Seminário	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Apoio ao desenvolvimento do esporte comunitário				
Objetivo: Contribuir com o desenvolvimento social, esportivo, cultural e integração com o meio ambiente relacionado a práticas esportivas				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Desporto para portadores de necessidades especiais	Programa reformulado	Unidade	1
Projeto	Programa Esporte Comunitário com Qualidade Social	Crianças e adolescentes beneficiados	Unidade	20.000
Projeto	Apoio ao Programa Pintando a Liberdade	Pessoas atendidas	Unidade	800
Projeto	Maratona das Cidades	Atividades realizadas	Unidade	5
Projeto	Apoio aos Jogos dos Povos da Floresta do Acre	Jogos apoiados	Unidade	1
Projeto	Apoio às Práticas Esportivas para o Ecoturismo e Arborismo	Projetos de modalidade esportiva viabilizando o Ecoturismo	Unidade	2
Projeto	Implantação de pólos sócio-esportivos e culturais	Eventos esportivos e culturais realizados	Unidade	8

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Apoio ao desenvolvimento do esporte comunitário				
Objetivo: Contribuir com o desenvolvimento social, esportivo, cultural e integração com o meio ambiente relacionado a práticas esportivas				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Fomento a atividades esportivas	Pessoas atendidas	Unidade	60.000
Projeto	Integração comunitária e social ao desporto	Atletas apoiados	Unidade	13
		Eventos esportivos promovidos	Unidade	5
		Entidades beneficiadas com auxílios e subvenções	Unidade	8
		Pessoas beneficiadas	Unidade	20.000

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Esporte solidário				
Objetivo: Apoio ao desenvolvimento dos atletas e de políticas esportivas				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de Ação para Alto Rendimento	Profissionais capacitados	Unidade	13
Projeto	Programa Bolsa Atleta	Atletas atendidos	Unidade	25
Projeto	Jogos Escolares da Juventude, dos Povos da Floresta, Especiais, Intersecretarias, Indígenas, Interbairros, Intercolonial, Corrida Chico Mendes e Campeonato Acreano de Bandas e Fanfarras	Eventos realizados	Unidade	10
Projeto	Programas Políticos de Esportes de Competição e Rendimento e Operacionalização da Infra-Estrutura	Projetos implementados	Unidade	5

ANEXO I				
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social				
Programa: Esporte solidário				
Objetivo: Revitalizar e otimizar os espaços públicos de esporte e lazer existentes, envolvendo a comunidade civil organizada				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Programa de Mobilização e Comunicação – PMC	Conselhos criados	Unidade	5
Projeto	Esporte Comunitário com Qualidade Social, Esporte na Escola e Convênios e Lei de Incentivo ao Esporte	Programas implementados	%	25
Projeto	Apoio a Lei de Incentivo ao Esporte e Campanha sobre Marketing Esportivo para o 3º Setor	Campanha realizada	Unidade	1
Projeto	Convênios com Clubes Profissionais, Federações, Associações e Ligas	Demandas atendidas	%	25
Projeto	Programa de Revitalização dos Centros de Convivência	Centros criados e revitalizados	Unidade	12
Projeto	Programa de Revitalização de Ginásios e Quadras Poliesportivas	Ginásios e quadras revitalizadas	Unidade	4
Projeto	Programa Lazer no Parque e Academia no Parque	Programas implementados	Unidade	2
Projeto	Campeonato Intersecretarias de Futebol Society	Pessoas atendidas	Milhar	2
Projeto	Academia da Cidade	Pessoas atendidas	Unidade	900
Projeto	Esporte e Aventura	Jovens atendidos	Unidade	200
Projeto	Mais Saúde na Terceira Idade	Idosos atendidos	Unidade	350
Projeto	Lei de incentivo ao Esporte	Programa implantado	Milhar	30
Atividade	Esporte Rural	Pessoas atendidas	Milhar	2

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento humano e Inclusão Social			
Programa:	Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Objetivo:	Reduzir o número de crianças e adolescentes em situação de risco e promover a defesa dos direitos da criança e humanização do ambiente de internação			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Atividade	Ações de Proteção Social Básica – Infância e Adolescência	Programas e serviços acompanhados	%	100
Atividade	Ações de Proteção Social de Média e Alta Complexidade – Infância e Adolescência	Programas e serviços acompanhados	%	100
Atividade	Adequação das Unidades de Atendimento Sócio-Educativo ao SINASE	Unidade adequada	%	100
Atividade	Capacitação e Formação Continuada dos Gestores e Operadores dos Programas de Atendimento Sócio-Educativo	Gestores e operadores capacitados	Capacitação/ Treinamento	02
Atividade	Criação de um Sistema de Informação para Medidas Sócio-Educativas	Sistema criado	Unidade	01
Atividade	Implementação da proposta pedagógica nas unidades MSE restritiva e em meio aberto	Implementação	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento Humano e Inclusão Social			
Programa:	Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Objetivo:	Reduzir o número de crianças e adolescentes em situação de risco e promover a defesa dos direitos da criança e humanização do ambiente de internação			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio a campanhas de difusão de informações sócio-educativas e de serviços sobre HIV, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e drogas e política de proteção à criança e ao adolescente	Crianças e adolescentes de rua assistidos	%	100
Projeto	Garantia dos direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA nas unidades de internação	Ambiente de internação humanizados	%	100
Projeto	Proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco	Índice do mau trato e violência reduzido	%	100
Projeto	Atenção às crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais	Crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais atendidos	%	100
Projeto	Apoio a projetos sociais para crianças de 0 a 5 anos	Projetos apoiados	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento Humano e Inclusão Social			
Programa:	Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Objetivo:	Reduzir o número de crianças e adolescentes em situação de risco e promover a defesa dos direitos da criança e humanização do ambiente de internação			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Implementação do Programa Escola da Família	Famílias atendidas	Unidade	2.000
Projeto	Inclusão do adolescente em situação de risco social e programas destinados a juventude	Adolescentes incluídos	%	100
Projeto	Assistência aos municípios na implementação de programas de proteção à criança e do adolescente	Municípios atendidos	Unidade	22

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento Humano e Inclusão Social			
Programa:	Assistência Social Geral			
Objetivo:	Reduzir os índices de violência e de exclusão social			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio a programas de atendimento e reabilitação decorrente da violência intra-familiar e do analfabetismo nas unidades de internação, semi-liberdade, Centros Dia e Abrigos	Demanda atendida	%	100
Projeto	Inclusão de portadores de necessidades especiais beneficiados da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e/ou familiares nos programas de reabilitação o inserção no mercado de trabalho	Casos de reabilitação incluídos nos programas	%	100
Projeto	Apoio no atendimento aos portadores de HIV e doenças crônicas	Portadores de HIV e doenças crônicas atendidos	%	100
Atividade	Ações de proteção social básica, de média e alta complexidade	Programas e serviços acompanhados	%	100
Projeto	Construção de uma casa de passagem para famílias migrantes e em situação vulnerável	Casa construída	Unidade	01

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento Humano e Inclusão Social			
Programa:	Geração de Emprego e Renda			
Objetivo:	Articular e integrar serviços de atendimento a partir das reais demandas da população			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Proteção, promoção e auxílio à família	Famílias avaliadas e com acompanhamento psicossocial	Unidade	500
		Famílias beneficiadas pelo atendimento especializado de apoio psicossocial	Unidade	500
Projeto	Promoção de Geração de Emprego e Renda	Cursos livres e itinerantes realizados	Unidade	25
Atividade	Adjunto da Solidariedade / Fome Zero	Famílias assistidas	Unidade	25.000
Atividade	Inclusão de Adolescentes em MSE e famílias em programas de qualificação profissional e geração de renda	Adolescentes	%	100
Atividade	Promover ações de inclusão produtiva / FUNBESA	Ações implementadas	%	100

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento Humano e Inclusão Social			
Programa:	Gestão da Política de Cultura			
Objetivo:	Garantir a Continuidade da Política de Incentivo à Cultura com Novas Instâncias e Instrumentos de Gestão			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio a programas para criação de novas instâncias e instrumentos de gestão da política cultural	Demandas referentes ao tombamento do Conselho de Patrimônio Histórico, Conselho de Cultura Constituído e casas de espetáculos com administração sistematizada	%	19

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento Humano e Inclusão Social			
Programa:	Produção e Difusão Cultural			
Objetivo:	Valorizar, promover e incentivar as manifestações artísticas e culturais das diferentes regiões do Estado e a circulação da produção cultural			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Integração cultural do Estado	Eventos realizados	Unidade	4
Projeto	Apoio a programas de feiras e festivais estaduais	Eventos no cenário nacional	Unidade	4
Projeto	Apoio a festivais, eventos municipais de música, tradições, teatro e mostra de arte	Festivais e eventos realizados	Unidade	3
Projeto	Apoio ao encontro de culturas indígenas no âmbito amazônico	Encontro realizado	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento Humano e Inclusão Social			
Programa:	Produção e Difusão Cultural			
Objetivo:	Promover a produção de bens culturais e o estabelecimento de mercados consumidores otimizados qualitativamente e quantitativamente			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio a programas de oficinas de arte	Oficinas de arte desenvolvidas	Unidade	4
Projeto	Implementação da política de formação continuada para profissionais e professores	Política formulada e discutida	Unidade	2
Projeto	Apoio ao Salão de Artes Plásticas	Eventos realizados	Unidade	1
Projeto	Apoio na edição de obras regionais (livros, contos e revistas)	Livros editados	Unidade	6
Projeto	Valorização do artesanato regional	Artesanato valorizado e comercializado	%	25

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento humano e Inclusão Social			
Programa:	Produção e Difusão Cultural			
Objetivo:	Promover o acesso à leitura e informação pela população do Estado			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Revitalização e implantação de bibliotecas	Bibliotecas implantadas/ revitalizadas	Unidade	3
Projeto	Elaboração do Projeto da "Biblioteca Modelo"	Projeto elaborado	Unidade	1
Projeto	Projeto "Paneiro de Leitura"	Projeto implementado	Unidade	1
Projeto	Edição da Revista "Outras Palavras"	Revista publicada	Milhar	30
Projeto	Elaboração e confecção de boletins temáticos	Boletins distribuídos	Milhar	125
Projeto	Realização do inventário do patrimônio histórico-cultural do Estado	Banco de dados elaborados	Unidade	1
Projeto	Elaboração do calendário artístico	Calendário elaborado e divulgado	Unidade	4

ANEXO I				
Área de Atuação:	Desenvolvimento humano e Inclusão Social			
Programa:	Produção e Difusão Cultural			
Objetivo:	Estabelecer espaços artístico-culturais dinamizados para exibição de vídeos e mostras de arte			
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio na criação de espaços de memória e culturais no Estado	Espaço revitalizado e instalados	Unidade	5
Projeto	Apoio no desenvolvimento da cidadania cultural pela população das ZAP's	Círculo de vídeos e espetáculos realizados	Unidade	2

ANEXO I					
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social					
Programa: Gestão da Política de Cultura					
Objetivo: Valorizar, promover e incentivar as manifestações artísticas e culturais das diferentes regiões do Estado e a circulação da produção cultural					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Atividade	Artesanato regional valorizado e comercializado	Palestras e seminários	Unidade	02	
Atividade	Revitalização do Cine Teatro Recreio	Obra de revitalização	Unidade	01	
Atividade	Realização da Semana de Museus	Palestras, oficinas, exposições e documentários	Unidade	11	
Atividade	Usina de Comunicação e Arte	Implementação de espaço de memória	Unidade	01	
Projeto	Revitalização da Sala Memória de Porto Acre, Imagens da História e Memória Acreana e Centro de Documentação Casa Txai Terry Aquino (Programa Pontos de Cultura do Ministério da Cultura)	Construção de obras e aquisição de móveis e equipamentos	Unidade	3	

ANEXO I					
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social					
Programa: Gestão da Política de Cultura					
Objetivo: Valorizar, promover e incentivar as manifestações artísticas e culturais das diferentes regiões do Estado e a circulação da produção cultural					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Projeto	Aquisição de acervo e equipamentos de conservação para o Museu da Borracha	Adquirir acervo representativo das culturas materiais e imateriais das populações indígenas do Acre, bem como espaço a ser destinado à conservação e restauração dos acervos existentes no Museu da Borracha	Unidade	01	
Projeto	Construção de museu, Teatro José de Alencar e Memorial José Augusto	Espaço cultural implementado	Unidade	03	
Projeto	Registro de referências culturais de comunidade das populações tradicionais do município de Xapuri	Catálogo cultural implantado	Unidade	01	
Projeto	Reconstituição da mesa de renda de Porto Acre	Mesa de renda implantada	Unidade	01	
Projeto	Construção do Memorial Chico Mendes	Memorial instalado	Unidade	01	

ANEXO I					
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social					
Programa: Gestão da Política de Cultura					
Objetivo: Valorizar, promover e incentivar as manifestações artísticas e culturais das diferentes regiões do Estado e a circulação da produção cultural					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Projeto	Modernizando espaços de memória	Espaços implementados	Unidade	01	
Projeto	Apoio à preservação de culturas tradicionais do Acre	Culturas tradicionais preservadas	Unidade	01	

ANEXO I					
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social					
Programa: Produção e Difusão Cultural					
Objetivo: Implementar ações voltadas para a pesquisa e preservação do patrimônio cultural e histórico do Estado					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Projeto	Apoio na preservação e pesquisa do patrimônio cultural	Prédios restaurados	Unidade	2	

ANEXO I					
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social					
Programa: Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar					
Objetivo: Promover o processo de prevenção como principal política de saúde					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Projeto	Fortalecimento das ações de vigilância sanitária e epidemiológica	Risco de agravos à saúde da população reduzidos	%	20	
Atividade	Manutenção do Centro Estadual de Formação de Pessoal em Saúde da Família / Policlínica do Tucumã	Centro funcionando regularmente	Unidade de Saúde	1	
Projeto	Estruturação de Rede de Atendimento a Dependentes Químicos	Assistência garantida às pessoas com dependência química	Unidade de Saúde	2	
Projeto	Apoio às ações programáticas de saúde	Cooperação técnica estabelecida e atividades executadas	Município	22	

ANEXO I					
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social					
Programa: Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar					
Objetivo: Promover políticas articuladas e inter-setoriais para segmentos específicos da população					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Projeto	Regionalização das ações de serviços de média e alta complexidade	Serviços ampliados e facilitados	Município	02	
Projeto	Implantação e funcionamento dos complexos reguladores	Municípios com oferta de serviços garantida	Município	02	
Projeto	Contratação de serviços de caráter complementar	Integralidade da assistência garantida	Serviços	10	
Projeto	Apoio aos municípios para habilitação em gestão básica ampliada e da gestão plena do sistema municipal	Municípios habilitados em gestão básica ampliada	Município	22	
Projeto	Apoio à implantação e funcionamento de Centros de Atenção Psicossocial – CAP's nas unidades de saúde	CAP's implantados nas unidades de saúde	Centros	02	
Projeto	Co-financiamento da assistência farmacêutica básica	Repasse dos recursos financeiros per capita aos Municípios garantido	Município	16	
Projeto	Assistência farmacêutica/ medicamento excepcional (auto custo)	Demanda de oferta de medicamento atendida	%	100	
Projeto	Estruturação e implementação de centros de controle oncológico	Diagnóstico oncológico realizado	Unidade de Saúde	1	

ANEXO I					
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social					
Programa: Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar					
Objetivo: Promover políticas articuladas e inter-setoriais para segmentos específicos da população					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Projeto	Modernização e expansão da rede de laboratório de saúde pública	Laboratórios beneficiados e seus serviços ampliados	Unidade	4	
Projeto	Modernização e expansão da Rede HEMOACRE	Centro modernizado	Unidade	4	
Atividade	Manutenção da rede estadual de Saúde e sede administrativa da SESACRE	Rede beneficiada	Unidade	38	

ANEXO I					
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social					
Programa: Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar					
Objetivo: Estruturar e equipar a Secretaria de Estado de Saúde visando uma assistência de qualidade e humanizada					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Projeto	Modernização e reaparelhamento dos estabelecimentos assistenciais de saúde e sede administrativa SESACRE	Unidade e serviço de saúde equipados e reaparelhados	Unidade	38	
Projeto	Adequação da estrutura física dos estabelecimentos assistenciais de saúde e sede administrativa da SESACRE	Estabelecimentos assistenciais de saúde e sede administrativa construída, ampliada e/ou reformada	Unidade	38	

ANEXO I					
Área de Atuação: Desenvolvimento Humano e Inclusão Social					
Programa: Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar					
Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade da assistência, no âmbito do Sistema Único de Saúde					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Projeto	Educação permanente para profissionais do SUS	Pólo de capacitação permanente implantado	Pólo	1	
		Profissionais capacitados e requalificados	Unidade	720	

ANEXO I					
Área de Atuação: Infra-Estrutura e Integração					
Programa: Construção, restauração e conservação de rodovias					
Objetivo: Adequar, construir, restaurar e conservar rodovias federais e estaduais, anéis viários e pontes, contextualizadas na política de desenvolvimento do Estado, visando dotar a malha rodoviária de boas condições operacionais					
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta	
Projeto	Construção de trechos rodoviários, anel e pontes na BR-364	Rodovias, anel e pontes construídos	Km	78	
Projeto	Construção de trechos rodoviários e pontes na BR-317	Rodovias e pontes construídas	Km	20	
Projeto	Restauração e conservação da Rodovia BR-364/AC	Rodovia restaurada	Km	101	
Projeto	Restauração e conservação da Rodovia BR-317/AC	Rodovia restaurada	Km	86	
Projeto	Construção, restauração, conservação, implantação e pavimentação de rodovias estaduais	Rodovias construídas, restauradas, conservadas, implantadas e pavimentadas	Km	102	
Projeto	Estudo, pesquisa e levantamento no sub-sistema rodoviário	Estudo, levantamento realizado	Unidade	4	
Projeto	Aquisição de máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos adquiridos	Unidade	13	
Projeto	Construção, restauração, conservação, implantação e pavimentação de estradas vicinais	Estradas vicinais construídas, restauradas, conservadas, implantadas e pavimentadas	Km	213	
Projeto	Estudo e levantamento da malha municipal	Estudo, levantamento realizado	Unidade	1	

ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-estrutura e Integração				
Programa: Hidrovias				
Objetivo: Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do transporte fluvial				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Modernização, construção e manutenção de portos, terminais, rampas atracadouros e escadarias.	Porto/ Rampa atendido e construído	Unidade	5
Projeto	Aquisição, construção e manutenção de embarcações	Embarcações adquiridas, construídas e beneficiadas	Unidade	5
Projeto	Estudo e pesquisa no sub-sistema hidroviário	Estudo e pesquisa realizado	Unidade	1
Projeto	Desobstrução e dragagem de rios	Rios desobstruídos, dragados	Km	1.500

ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-estrutura e Integração				
Programa: Infra-estrutura aeroportuária				
Objetivo: Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do transporte aéreo				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção e manutenção de aeroportos e aeródromos	Aeroportos / aeródromos construídos, beneficiados	Unidade	4
Projeto	Integração aérea com municípios notadamente isolados	Município beneficiado	Unidade	2

ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-Estrutura e Integração				
Programa: Melhoramento da infra-estrutura urbana				
Objetivo: Melhorar as condições de vida das famílias carentes que vivem em assentamentos subnormais nas aglomerações urbanas, por meio de ações integradas de habitação, saneamento, infra-estrutura urbana, regularização fundiária e redução do déficit habitacional				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Melhoria das condições habitacionais, de infra-estrutura e saneamento básico nos municípios	Família beneficiada	Unidade	750
Projeto	Melhoria em unidades habitacionais	Unidades habitacionais	Unidade	2.500
Projeto	Produção de lotes urbanizados	Lote urbanizado	Unidade	500
Projeto	Regularização fundiária de áreas urbanas de interesse social	Área regularizada	Gleba	6
Projeto	Construção de conjuntos habitacionais populares	Unidades habitacionais	Unidade	750
Projeto	Recuperação de áreas degradadas em fundos de vale com reassentamento de famílias	Áreas recuperadas	Unidade	3
Projeto	Implantação, ampliação ou melhoria de vias urbanas	Área atendida	Unidade	3
Projeto	Implantação de infra-estrutura urbana básica nos municípios	Municípios atendidos	Unidade	6
Projeto	Construção de calçadas nas cidades	Municípios atendidos	Unidade	3

ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-estrutura e Integração				
Programa: Saneamento Geral				
Objetivo: Adequar e complementar a infra-estrutura urbana básica com ações de implantação e redimensionamento de equipamentos urbanos				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção e ampliação ou melhoria do sistema de coleta e tratamento de esgoto	Município atendido	Unidade	2
Projeto	Construção e ampliação ou melhoria do sistema de abastecimento de água	Município atendido	Unidade	5
Projeto	Construção de Estação de Tratamento de Água	Município atendido	Unidade	2
Projeto	Construção de Estação de Tratamento de esgoto -ETE nos municípios	Município atendido	Unidade	2
Projeto	Implantação de poços artesianos para abastecimento de água nos municípios	Município atendido	Unidade	2
Projeto	Construção de obras de contenção de margens de rios para correção e prevenção de desbarrancamento	Município atendido	Unidade	2
Projeto	Saneamento básico em comunidades indígenas	Comunidade atendida	Unidade	7
Projeto	Saneamento básico em comunidades rurais	Comunidade atendida	Unidade	13

ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-Estrutura e Integração				
Programa: Distribuição de Energia Elétrica				
Objetivo: Assegurar o suprimento de energia elétrica às comunidades rurais, agroflorestais e indígenas.				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Atendimento das demandas por energia elétrica com fontes alternativas de energia em localidades isoladas não supridas por rede elétrica convencional	Comunidade atendida	Unidade	200
Projeto	Capacitação de usuários e de agentes das comunidades na instalação, operação e manutenção dos equipamentos de produção de energia elétrica alternativa	Agente capacitado	Agente	25
Projeto	Apoio ao atendimento das demandas por energia elétrica convencional	Comunidade atendida	Unidade	8
Projeto	Atendimento das demandas por energia elétrica com fontes alternativas de energia em prédios públicos e espaços comunitários não supridos por rede elétrica convencional	Espaço atendido	Unidade	50
Projeto	Implantação de unidades piloto para pesquisa de energia alternativa	Unidade implantada	Unidade	2
Projeto	Capacitação de técnicos para unidades piloto de energia elétrica alternativa	Técnico capacitado	Técnico	8


ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-estrutura e Integração				
Programa: Distribuição de Energia Elétrica				
Objetivo: Assegurar o suprimento de energia elétrica às populações urbanas e melhoria da iluminação pública				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio ao atendimento das demandas por energia elétrica convencional nos centros urbanos	Centros atendidos	Domicílios	2.500
Projeto	Apoio na ampliação e melhoria do sistema de iluminação pública nos municípios	Municípios atendidos	Municípios	6
Projeto	Apoio na interligação de rede de energia elétrica em alta tensão entre Rio Branco e Assis Brasil, Rio Branco e Sena Madureira e Rio Branco e Boca do Acre / AM	Rede interligada	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-estrutura e Integração				
Programa: Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Migrar as ações antrópicas nos ambientes urbanos e rurais, recuperando e prevenindo possíveis danos				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Recuperação e Urbanização de áreas degradadas em margens de rios localizadas dentro do perímetro urbano nos municípios	Áreas recuperadas	Área	1
Projeto	Limpeza, canalização ou retificação de córregos e igarapés em áreas degradadas, em margens de rios localizadas dentro do perímetro urbano nos municípios	Extensão atendida	Km	60
Projeto	Plano de gestão de resíduos sólidos urbanos nos municípios	Municípios atendidos	Unidade	1
Projeto	Construção e aparelhagem de aterros sanitários nos municípios	Municípios atendidos	Unidade	1
Projeto	Implantação de parques urbanos em áreas de mananciais	Parques instalados	Parques	3

ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-estrutura e Integração				
Programa: Melhoramento da Infra-estrutura Urbana				
Objetivo: Apoio à modernização institucional destinada às ações voltadas para o desenvolvimento urbano				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Apoio para estudo e pesquisa para o desenvolvimento urbano nos municípios (Plano diretor urbano de drenagem, de saneamento, instrumentos urbanísticos, bacias hidrográficas)	Estudo realizado	Estudo	6
Projeto	Levantamento de informações para gestão territorial (aerofotogramétricos e sistema de informações geográficas)	Levantamento elaborado	Levantamento	2
Projeto	Elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável local e integrado em áreas de expansão urbana	Projeto implantado	Projeto	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-estrutura e Integração				
Programa: Melhoria da Infra-estrutura Urbana				
Objetivo: Construir e recuperar prédios públicos para garantir o atendimento dos serviços públicos				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Construção de prédios públicos estaduais	Prédio construído	Unidade	20
Projeto	Recuperação e reforma de prédios públicos estaduais	Prédio recuperado	Unidade	100
Projeto	Construção, recuperação e manutenção de prédios públicos da educação	Prédio beneficiado	Unidade	300
Projeto	Construção de Centro Olímpico em Rio Branco	Centro Olímpico	Unidade	1

ANEXO I				
Área de Atuação: Infra-estrutura e Integração				
Programa: Gestão da política de cultura				
Objetivo: Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para sua sustentabilidade				
Ação	Título	Produto	Unidade	Meta
Projeto	Preservação de conjuntos históricos do patrimônio urbano	Conjunto preservado	Unidade	4
Projeto	Aparelhamento dos conjuntos e prédios históricos	Conjunto / prédio aparelhado	Unidade	2
Projeto	Construção de monumentos e marcos históricos	Monumento / marcos construído	Unidade	2



17

[Handwritten signature]

... e, portanto, a possibilidade de uma nova interpretação da história da literatura brasileira.

118

	REGIMEN PREVIDENCIARIO			
	2004	%	2003	%
PATRIMONIO LIQUIDO				
Patrimonio/Capital	Nada a declarar			
Reservas				
Resultado Acumulado				
Total				

Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature, a signature that appears to be 'J. A.', and the name 'R. Levine' written below.

20

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	%
Receita Total	1.232.074	1.756.419	37.00%	1.739.086	-0,68%	1.716.598	0,55%
Receita Não-Financieira - I	1.288.151	1.615.849	26,43%	1.652.714	4,14%	1.671.598	-0,85%
Despesa Total	1.240.425	1.590.103	28,19%	1.709.098	7,58%	1.733.598	1,95%
Despesa Não-Financieira - II	1.162.625	1.500.948	29,16%	1.620.699	7,78%	1.630.210	0,59%
Despesa Financeira - I e II	95.802	114.911	19,57%	68.092	-40,93%	41.380	-33,25%
Resultado Primário - I e II	62.869	220.016	35,01%	69.216	-58,46%	8.630	-79,50%
Resultado Nominal	52.869	62.609	19,03%	29.205	-54,05%	33.757	58,83%
Divida Líquida	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Divida Política Consolidada	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Divida Financeira Consolidada	742.516	883.838	19,03%	725.668	-11,11%	883.838	12,55%
Divida Financeira Líquida	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - I	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - II	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - III	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - IV	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - V	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - VI	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - VII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - VIII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - IX	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - X	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XI	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XIII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XIV	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XV	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XVI	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XVII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XVIII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XIX	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XX	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXI	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXIII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXIV	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXV	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXVI	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXVII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXVIII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXIX	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXX	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXXI	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXXII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXXIII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXXIV	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXXV	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXXVI	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXXVII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXXVIII	-	-	-	-	-	830.807	-6,00%
Divida Financeira Total - XXXIX	-	-	-	-	-		

Fonte: Balanço Geral de 2004, 2005 e Orçamento 2006

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arturdo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.caf.ac.gov.br

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALENAÇÃO DE ATIVOS
2007

LEI, art. 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2003	2004	2005	2006
RECEITAS DE CAPITAL				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	63	1	1	63
Alienação de Bens Móveis	63	1	1	63
Alienação de Bens Imóveis				
Total - I	63	1	1	63

DESPESAS LIQUIDADAS	2003	2004	2005	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALENAÇÃO DE ATIVOS				
DESPESAS DE CAPITAL	63	1	1	63
Investimentos	63	1	1	63
Amortização da Dívida				
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.				
Regime Geral de Previdência Social				
Regime Próprio dos Servidores Públicos				
Total - II				
SALDO FINANCEIRO - III = I - II	63	1	1	63

Fonte: Balanço Geral de 2003, 2004 e 2005

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur de Azevedo, n. 241 - Centro - CEP 69008-000 - Fone: (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone: 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.caj.ac.gov.br

ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITA E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2007

LEI, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2003	2004	2005
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuição	39.616	42.727	50.575
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITA DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuições Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSE PREVID. PARA COBERTURA DE DEFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - I	39.616	42.727	50.575

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur de Azevedo, n. 241 - Centro - CEP 69008-000 - Fone: (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone: 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.caj.ac.gov.br

ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2007

LEI, art. 4º, § 2º, inciso V

SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO	
	Tributos/Contribuição	2007	2008	2009	2009	2010
CESTA BÁSICA	ICMS	400,00	440,00	460,00		
INCENTIVO MICRO EMPRESAS	ICMS	2.200,00	1.000,00	1.000,00		
INCENTIVO PRODUTOR RURAL	ICMS	110,00	121,00	135,00		
INCENTIVO A INDÚSTRIA	ICMS	4.000,00	5.000,00	5.000,00		
INCENTIVO AO DESEMPREGO	ICMS	1.100,00	1.200,00	1.300,00		
PENALIDADES ACESSÓRIAS	ICMS	1.500,00	1.500,00	1.500,00		
TOTAL		10.410,00	10.461,00	10.715,00		

Fonte: Secretaria de Administração Tributária
Nota: Tratase de benefícios continuados há mais de dois anos já incluídos na previsão de receita.

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur de Azevedo, n. 241 - Centro - CEP 69008-000 - Fone: (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone: 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.caj.ac.gov.br

LEI, art. 4º, § 2º, inciso III

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2003	2004	2005
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
despesas Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previd. De aposent. RPPS e RGPS			
Compensação Previd. De Pensão RPPS e RGPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - II	84.133	97.871	115.789
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO I - II	(44.517,00)	(55.144,00)	(65.213)
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS			

Fonte: Balanço Geral de 2003, 2004 e 2005.

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur de Azevedo, n. 241 - Centro - CEP 69008-000 - Fone: (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone: 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.caj.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**
VICE-PRESIDENTE: Deputado **FRANCISCO VIGA (PT)**

TITULARES:
Deputados:

EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
VALMIR FIGUEREDO (PT)

SUPLENTES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

APROVADO
EM 31/7/2006
Deputado Helder Paiva
Presidente

PARECER N. 31/2006
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 9/2006
AUTOR: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."



RELATOR: Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**

I - RELATÓRIO

Capeado pela Mensagem Governamental de 3, de 3 julho de 2006, o Senhor Governador do Estado submete à consideração desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar n.9/2006, acima ementado e que por distribuição coube-me a relatoria.

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, para apreciar a matéria.

Com O Projeto de Lei em epígrafe, propõe o Senhor Governador do Estado a esta Corte de Leis, proposição que trata da estrutura da carreira dos militares estaduais, sua hierarquia, princípios de precedência, da remuneração, dentre outros e é fruto das discussões havidas entre a equipe de governo e os clubes que representam os militares e bombeiros militares estaduais.

Para tanto, o Senhor Governador, sabedor da competência que lhe consagra a Máster Estadual ao dispor sobre a fixação ou modificação dos efetivos da Polícia Militar, propõe a mesma embasada no texto constitucional in verbis:

"Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autarquia do Poder Executivo, ou aumento de vencimento e da despesa pública;

II - fixação ou modificação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do Estado;

Art. 78. Compete privativamente ao governador do Estado:

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

Ora, em se tratando de criação de cargos na Administração Pública, o Chefe do Poder Executivo, conhecedor das exigências constitucionais para tal prática recorreu ao nosso texto constitucional que, no elenco das prerrogativas do artigo acima supracitado, faculta-lhe a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autarquia do Poder Executivo, ou aumento de vencimento ou da despesa pública.

Aduz o autor da matéria em sua justificativa:

"Encaminho a Vossas Excelências o projeto de lei complementar que "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre e dá outras providências", acompanhado de Exposição de Motivos do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Acre, Cel. PM Leandro Rodrigues.

Esse projeto de lei complementar trata da estrutura da carreira dos militares estaduais, sua hierarquia, princípios de precedência, da remuneração, dentre outros e é fruto das discussões havidas entre a equipe de governo e os clubes que representam os militares e bombeiros militares estaduais.

A presente proposta para instituição do novo Estatuto PM-BM foi elaborado através de um estudo conjunto realizado entre os Comandos da Polícia Militar, Corpo de Bombeiro Militar e as Entidades que representam os Cabos e Soldados, Subtenentes e Sargentos, Oficiais e Inativos e Pensionistas das duas instituições, com a anuência do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que determinou tal procedimento, pois reconhecia a necessidade da formulação de um novo Estatuto. Entendia ele que legislação atual elaborada no ano de 1974, já se encontrava ultrapassada, pois a sociedade evoluiu, exigindo destas Corporações um maior preparo técnico-profissional para atender as necessidades da comunidade principalmente no combate à violência.

As instituições devem possuir um estatuto moderno e atual que acompanhe o desenvolvimento social e principalmente atenda esta nova filosofia do atual Governador do Estado, que estabelece para seus funcionários um plano de carreira que prioriza a valorização e motivação interna, dando oportunidade a todos aqueles que querem uma ascensão profissional, em reconhecimento ao seu trabalho bem desenvolvido ao longo da carreira, o que reflete diretamente em um melhor serviço prestado a toda comunidade Acreana."

A matéria em exame está legitimada e obedece ao disposto nos arts. 54, § 1º, I, V e 78, III da Constituição Estadual.

Nesta ordem, e, estando consolidada ao comando constitucional a competência reservada ao Chefe do Poder Executivo para propor a matéria, é imperativo reconhecer que a admissibilidade desta norma legal está em perfeita simetria com o ordenamento jurídico constitucional vigente.

Destacando, ainda, que dentro dessa filosofia estabelecida pelo Senhor Governador do Estado para elaboração do novo Estatuto, acompanha um desenvolvimento social, que estabelece uma nova legislação priorizando a valorização e motivação interna da corporação.

Analisando a matéria pelo enfoque que nos é permitido na Comissão de Orçamento e Finanças, não encontramos obstáculos que inviabilizem sua aprovação, tendo em vista que investimento necessário à implementação do Estatuto dos Militares do Estado encontra guarida na Lei n. 1.690, de 21 de dezembro de 2005 e Lei n. 1.651, de 30 de junho de 2005, em vigor, permitindo ao chefe do Executivo promover as adequações na Estrutura de vencimentos e remuneração dos servidores públicos.

Dizemo-nos, por isto mesmo, inteiramente favoráveis à aprovação dessa proposta.

II - VOTO DO RELATOR

À luz do exposto, a matéria em tela traduz-se cristalina quanto a sua propositura e está fulcrada na reserva legal assegurada ao governador (art. 54, § 1º, I e II e art. 78, III), ambos da Constituição Estadual e estar em perfeita sintonia com as normas financeiras-orçamentárias vigentes (Lei n. 1.651/2005 e Lei n. 1.690/2005), e em consequência, não encontrando óbices do ponto de vista constitucional, jurídico ou legal, declino-me pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar n. 9/2006, juntamente com as **Emendas Modificativas ns. 17 e 18/2006; Substitutivas ns. 1 e 2/2006; Aditivas ns. 7 e 8/2006 e Supressivas ns. 5 e 6/2006 e pela rejeição das Emendas Modificativas ns. 16 e 19/2006 e Aditivas ns. 5 e 6/2006**, a este acostadas, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado **ILSON RIBEIRO**",

3 de julho de 2006.

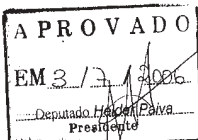
Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**

Relator

(Assinaturas manuscritas)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.9 /2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA SUBSTITUTIVA N. 2/2006

Substitui-se a palavra "Praça", pelas expressões "Soldados e 2º Tenente" do § 2º do art. 55 da Lei Complementar n. 9 de 3 de julho de 2006.

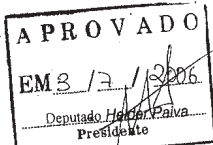
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputada NALUH GOUVEIA

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejr.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.9 /2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA SUBSTITUTIVA N. 1/2006

Substitui-se as expressões "subtenentes e sargentos" pela expressão "Os Praças" do art. 37 da Lei Complementar n. 9, de 3 de julho de 2006.

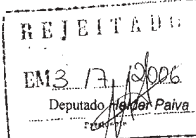
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputada NALUH GOUVEIA

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejr.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.9 /2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. 16/2006

O § 3º do art. 11 da Lei Complementar n. 9, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. ...

...

§ 3º O ingresso no Quadro da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar, de profissionais da área de Psicólogos e Assistentes Sociais.

..."

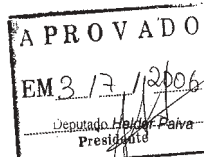
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputada NALUH GOUVEIA

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejr.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 9/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. 17/2006

O inciso II do art. 13 da Lei Complementar n. 9, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. ...

...

II - o militar estadual, para fins de promoção a graduação de 3º Sargento PM/BM, ao completar quinze anos de efetivo serviço prestado exclusivamente a corporação militar do Estado do Acre a qual integra será matriculado no Curso de Formação de Sargento, com duração mínima de cento e vinte dias."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejr.ac.gov.br

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



APROVADO
EM 3/7/2006
Deputado Helton Paiva
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.9/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. 18/2006

O caput do art. 145 da Lei Complementar n.9, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 145. Os Clubes, Círculos e Associações que congregam membro da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Acre se destinam, exclusivamente, a promover intercâmbio social, assistencial, Plano de Cargos, Carreira e Salário e representar judicialmente os associados quando forem prejudicados por atos superiores."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputada NALUH GOUVEIA

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleuc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



REJEITADO
EM 3/7/2006
Deputado Helton Paiva
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.9/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. 19/2006

O § 2º do art. 145 da Lei Complementar da n. 9, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 145...

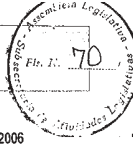
§ 2º Os presidentes, os tesoureiros e secretários eleitos das entidades representativas de classe e os cooperados ficarão à disposição das referidas entidades sem prejuízo de todos os direitos, não concorrendo aos serviços ordinários, exceto em situações de calamidade pública."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputada NALUH GOUVEIA

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleuc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



REJEITADO
EM 3/7/2006
Deputado Helton Paiva
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.9/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA ADITIVA N. 5/2006

Adite-se Parágrafo único ao art. 38 da Lei Complementar n.9, de 3 de julho de 2006.

"Art. 38...

Parágrafo único. Onde não houver Oficial, os Cabos e Soldados poderão exercer a função de comando."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputada NALUH GOUVEIA

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleuc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



REJEITADO
EM 3/7/2006
Deputado Helton Paiva
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.9/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA ADITIVA N. 6/2006

Adite-se alínea "n" ao inciso I do art. 55 da Lei Complementar n. 9, de 3 de julho de 2006.

"Art. 55...

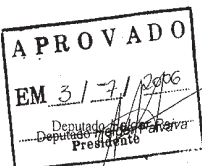
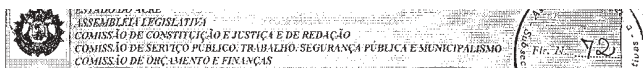
I -

n) anuênio."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputada NALUH GOUVEIA

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleuc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ccfj.ac.gov.br



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 9/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA ADITIVA N. 7/2006

Adite-se § 6º ao art. 61 da Lei Complementar n. 9, de 3 de julho de 2006.

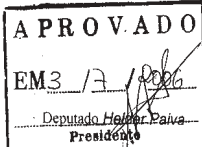
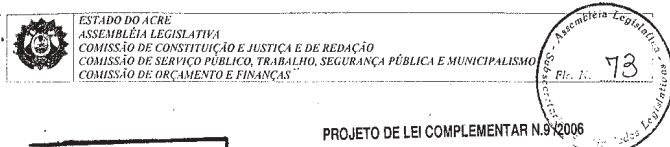
"Art. 61...

§ 6º O critério de merecimento será avaliado por uma Comissão composta por representantes de todos os Militares Estaduais, dos Praças aos Oficiais."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputada NALUH GOUVEIA

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alenc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 9/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA ADITIVA N. 8/2006

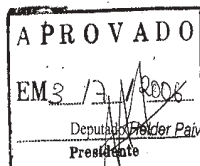
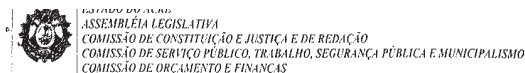
Adite-se art. 148-A ao Projeto de Lei Complementar n. 9, de 3 de julho de 2006.

"Art. 148-A. O Executivo terá o prazo de cento e vinte dias para apresentar um Quadro de Organização Geral dos Militares Estaduais a partir da publicação desta lei."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputado NALUH GOUVEIA

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alenc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 9/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

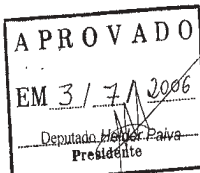
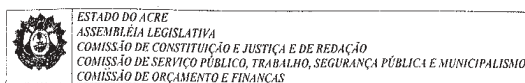
EMENDA SUPRESSIVA N. 5/2006

Suprima-se a palavra "Especial", do inciso I, do art. 13 da Lei Complementar n. 9 de julho de 2006.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alenc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 9/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre dá outras providências."

EMENDA SUPRESSIVA N. 6/2006

Suprima-se os §§ 3º e 4º do art. 47 da Lei Complementar n. 9, de 3 de julho de 2006.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de julho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alenc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:
Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:
Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:
Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

III - PARECER

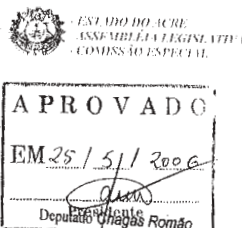
PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:
Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



Relator: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Chega para análise na Comissão Especial instituída pela Resolução n. 04, de dois de maio de 2006, do Presidente da Assembleia Legislativa, para escolha do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, em conformidade com o art. 108 da Lei Complementar Estadual n. 38/93, após proceder análise da documentação apresentada pelos candidatos e candidatas ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, REQUERIMENTO impetrado a esta Comissão, tendo como primeiro signatário o candidato ao cargo de Conselheiro do TCE VICENTE ARAGÃO PRADO JÚNIOR E OUTROS, em que requerem a esta Comissão o regular indeferimento das inscrições dos candidatos DULCINEIA BENÍCIO DE ARAÚJO, JOSÉ LUIZ SOMBRA RODRIGUES e DION CARVALHO GOMES DE SÁ por não atendimento ao edital correspondente ao certame, bem ainda as normas legais e constitucionais aplicáveis à espécie, alegando para tanto que aludidos candidatos em seu petição e documentos que o confortam, não comprovaram possuir os seguintes requisitos: mais de dez anos de efetiva atividade como profissional do direito, militando em pleno gozo de notórios conhecimentos jurídicos conforme exige os itens V e IV, do art. 2º e item XI do art. 3º, ambos da Resolução n. 120/2005, por fim, em caso de indeferimento do pedido por esta Comissão requerem ainda, inteiro teor do processo administrativo correspondente a esta comissão e à candidata em tela bem como cópias autenticadas de todas as atas de reuniões e deliberações da mesma como de direito a teor do art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal.

II - PARECER

Dentre outros requisitos exigidos pela Resolução n. 120/2005, para o preenchimento da vaga do cargo de Conselheiro do TCE, relacionamos os que motivaram o requerimento em análise:

"Art. 2º São requisitos básicos para a concorrência ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado:

"I - ...

IV - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e

V - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Art. 3º O pedido de inscrição deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - ...

XI - comprovação de que possuem mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso IV, do art. 2º, desta Resolução.

A exegese dos requisitos acima relacionada deixa cristalino que os notórios conhecimentos poderão ser jurídicos ou contábeis, ou econômicos e financeiros ou de administração pública, assim, em face de esses conhecimentos exige-se mais de dez anos de exercício de função em um dos cargos suscitados ou dez anos de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso IV acima citado, ou seja, a título ilustrativo quem possui nove anos de exercício na função de economista, por exemplo, e possui um ou mais anos de efetiva atividade profissional ou em direito ou de administração pública de certo estará apto a concorrer ao certame da vaga de conselheiro do TCE.

Ante as assertivas retromencionadas decide esta comissão pelo INDEFERIMENTO do pedido por considerá-lo insubsistente, mantendo-se, assim a decisão anteriormente tomada, que considerou os candidatos DULCINEIA BENÍCIO DE ARAÚJO, JOSÉ LUIZ SOMBRA RODRIGUES e DION CARVALHO GOMES DE SÁ, aptos a concorrer ao certame para o preenchimento da vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Por fim deferimos aos requerentes inteiro teor do processo administrativo correspondente a esta comissão e aos candidatos em tela bem como todas as atas de reuniões e deliberações da mesma como de direito a teor do art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, que se encontram nesta Comissão Especial nos horários de expediente a inteira disposição dos requerentes.

Esta é a decisão
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro"
25 maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)
VICE-PRESIDENTE: Deputado CHAGAS ROMÃO (PMDB)

TITULARES:

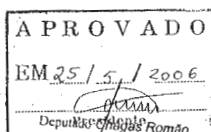
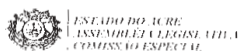
Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
HELDER PAIVA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
NALUH GOUVEIA (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



PARECER N. 3 /2006.

"Processo seletivo para escolha de Conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado do Acre em decorrência do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Com supedâneo no art. 3º da Resolução n. 120/2005 da Mesa Diretora desta Casa Legislativa e Edital publicado em 4 de maio de 2006, e demais disposições legais aplicáveis à espécie, chega para análise nesta Comissão Especial, instituída pela Resolução n. 04/2005, curriculum dos candidatos *Vicente Aragão Prado Júnior, Jônathas Santos Almeida de Carvalho, Franciberto Ferreira de Castro, Dion Carvalho Gomes de Sá, Dion Nóbrega Leal, Antônio Tavares Monteiro, Idelbrando da Rocha Menezes, Gessy Rosa Bandeira da Silva, José Luiz Sombra Rodrigues, João Manoel de Souza Mendes e Dulcinéia Benício de Araújo*, no desiderato de requererem suas regulares inscrições para o certame de concorrência ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na vaga decorrente do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO, Informada a esta Casa Legislativa pelo OF/TCE-AC/GP/n.248/2006, de 26 de abril de 2006.

À luz do direito compete a Assembleia Legislativa do Estado com base no art. 108, inciso I da Lei Complementar n. 38/93, apreciar o preenchimento da 5ª vaga para Conselheiro em decorrência do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO, pois a vaga pertence à Assembleia Legislativa do Estado do Acre por ordem da sucessão.

Francisco Diógenes de Araújo, foi o primeiro Conselheiro a ser indicado pela Assembleia Legislativa, portanto, o entendimento que temos é que a cadeira é a de número 1, que pertence ao Poder Legislativo, conforme dispõe a Lei Orgânica do Tribunal.

Destarte, a Carta Magna Acreana e Lei Orgânica do TCE, as vagas 1,2,4,5 e 7 pertencem ao Legislativo e às cadeiras 3 e 6 são de escolha do Governador do Estado.

Em análise preliminar aos curriculum verifica-se que o candidato DION NÓBREGA LEAL, não preenche os requisitos legais para concorrer ao certame, conforme a ordem que se segue:

Dion Nóbrega Leal, deixou de observar os requisitos previstos no inciso II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, e XI do art. 3º da Resolução n. 120/2005;

Compete a esta Comissão Especial, nos termos do que preceitua o art.272, inciso VI do Regimento Interno a apreciação da presente proposição.

O candidato JÔNATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO, é Pós-Graduado em Auditoria e Pós-Graduado em Direito Tributário pela Universidade de Cândido Mendes do Rio de Janeiro, Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal do Rondônia – UNIR, Graduado em Direito e Letras pela Uninorte de Rio Branco-Ac e Técnico em Contabilidade pelo Colégio do Rio Branco-Rio.

Dentre as funções desempenhadas pelo candidato, ressaltam-se as de Auditor Independente registrado na CVM, Sócio da AUDICON- Auditoria e Consultoria S/C LTDA, Responsável Técnico pelos serviços de auditoria de AUDICON, Analista Judiciário – Contador do TRE/AC, Assistente da Seção de Programação, Controle e Execução Orçamentária da Coordenadoria Orçamentária e Financeira do TRE/AC, Presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade do Acre, Membro Suplente da Fundação Brasileira de Contabilidade (entidade vinculada ao Conselho Federal de Contabilidade), Juiz Arbitral da Câmara de Arbitragem de Rio Branco-Ac e Perito Judicial e Extrajudicial, funções estas que exerce até a presente data.

O candidato VICENTE ARAGÃO PRADO JÚNIOR, é Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Acre, colou grau no período de 1996 – 1995.

Profissional do Direito militante desde 4 de junho de 1994, com escritório profissional especializado "PRADO & PRADO", escritório de Advocacia Plena e Consultoria Jurídica, sediado à Rua Manoel Rodrigues de Sousa, n. 195 – Bosque, com reconhecida experiência forense no Estado do Acre, nas seguintes áreas jurídicas: Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Civil; Direito Penal e Penal Militar; Direito Comercial de Trânsito; e Direito Trabalhista e previdenciário.

Dentre as funções desempenhadas pelo candidato, ressaltam-se as de: Assessor Jurídico Legislativo da Câmara Municipal de Jordão; Procurador Jurídico Autônomo do Departamento do Trânsito do Estado do Acre – DETRAN; Conciliador do 1º Juizado Especial Criminal – JECRIM, do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – TJ/AC; e, Exerceu cargos em comissão do Tribunal Regional Eleitoral do Acre – TRE/AC

O candidato IDELBRAUNO DA ROCHA MENEZES, é Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Estado do Acre, concluiu em 1987 com inscrição no Conselho Regional de Economia n.131; Pós graduado em Economia do Setor Público pela Universidade Federal do Estado do Acre, concluiu em 2005.

Dentre as funções desempenhadas pelo candidato, ressaltam-se as de Diretor Geral da Secretaria de Administração do Estado do Acre, em 1987; Membro da Equipe de Transição do Governo Edmundo Pinto, em 1990/1991; Diretor Geral da Secretaria de Transportes e Obras Públicas, em 1996; Presidente do Conselho Regional de Economia do Acre, em 1996; Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura de Sena Madureira, em 1997; e Presidente do Conselho Regional de Economia do Acre, em 2005.

A candidata GESSY ROSA BANDEIRA DA SILVA, é Bacharela em Direito, pela Universidade Federal do Estado do Acre-UFAC, 1990-1994; Pedagoga com Habilitação em Administração e Supervisão Escolar, pela Universidade Federal do Estado do Acre, 1984- 1988; Pós graduada em Direito Constitucional; Direito Tributário; Direito Processual Civil; e Direito Público; Direito do Trabalho.

Dentre as funções desempenhadas pela candidata, ressaltam-se as de Advogada Militante no Estado do Acre, desde março de 1995; Colaboradora, sem remuneração, desde a implantação do Juizado Especial Criminal na Justiça Comum do Estado do Acre, depois nomeada Conciliadora deste mesmo Juizado, tendo inclusive, recebido um certificado de reconhecimento do mérito pelos relevantes serviços prestados à Justiça Acreana; e Atuação como advogada da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Social do Estado do Acre - FADES (COLONACRE, CILA, CODISACRE), desde o ano de 2000.

O candidato JOSÉ LUIZ SOMBRA, é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Estado do Acre, concluiu em 1996; Bacharel em Ciências Econômica, pela Universidade Federal do Estado do Acre, concluiu em 1990.

Dentre as funções desempenhadas pelo candidato, destacam-se o de Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre- CODISACRE, desde o ano de 2005; Assessor Jurídico do Ministério Público, de 2003 a 2005; Diretor Presidente do Ministério Público, de 1999 a 2003; Diretor do Departamento de Transporte Públicos, de 1993 a 1996; e Assessor de Planejamento da Presidência, de 1984 a 1991.

O candidato FRANCIBERTO FERREIRA DE CASTRO, é Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Estado do Acre, de 1977; Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Estado do Acre, em 1994; e Pós-graduado em Economia Rural, pela Universidade Federal do Estado do Acre, de 1983/1984.

Dentre as funções desempenhadas pelo candidato, destacam-se a de Membro do Conselho Fiscal da SANACRE; Membro da Comissão Permanente de Licitação do Estado do Acre, no ano de 1978; Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde; Advogado Militante por mais de dez anos; o Assessor Jurídico da Secretaria de Saúde, há mais de 8 anos.

O candidato JOÃO MANOEL DE SOUZA MENDES, é Bacharel em Ciências Econômicas; Bacharel em Direito; Pós Graduado em Direito Constitucional e Processual Civil, Servidor do Tribunal de Contas do Estado do Acre, exercendo o cargo de Diretor da Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO; dentre as atividades e eventos que participou destacam-se: da jornada sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal; V Encontro Nacional de Dirigentes de Controle Interno; Simpósio Sobre Licitações e Contratos Administrativos; Coordenou a elaboração da Cartilha sobre a Lei de Responsabilidade – 2001, destinadas aos Órgãos Jurisdicionados do TCE; e participou da elaboração do Manual Normativo de Auditoria – 2001, destinado ao Corpo Técnico do TCE.

O candidato ANTONIO TAVARES MONTEIRO, é Graduado em Direito, pela Universidade Federal do Estado do Acre, de 1991 – 1996; Pós Graduado em Direito, Mestrado do curso de direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis. Dentre as atividades desenvolvidas pelo candidato destacam-se: Chefe de Departamento de Filosofia e Ciências Sociais – UFAC, período de 1979 a 1987; Coordenador do Curso de Direito da UFAC, período de 2001 a 2004; Secretário de Gabinete da Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre, no período de 1993 a 1996; Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Rio Branco- no ano de 1996; e Presidente do Sindicato dos Professores da Universidade Federal do Acre – UFAC, Mandato de dois anos.

O Candidato DION CARVALHO GOMES DE SÁ, é graduado em Direito; Administração Postal; Ciências Contábeis; Pós Graduado lato sensu em Direito Público; e Direito Processual Civil. Dentre suas atividades profissionais desenvolvidas destacam-se: Administrador Postal, de 1984 a 1993; Coordenador da reorganização da distribuição domiciliar das cidades de João Pessoa e Patos/PB; Analista de Finanças e Controle Externo/TCU, desde o ano de 1993 até os dias atuais; Diretor de revisão Regional de 1995 a 1996; e Secretário de Controle Externo, de 1996 a 2003. No que pese a análise curricular do Senhor Dion Carvalho Gomes de Sá, convocado por esta comissão especial, para entrevista, Ofício Circular n. 01, de 17/05/2006, objetivando pronunciar-se junto à comissão acerca de assuntos pertinentes ao cargo que pretende ocupar, deixou de comparecer sem justificativa plausível, razões que levam esta Comissão a excluí-lo do processo.

A candidata DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO, é graduada em Direito pela Universidade Federal do Acre, Pós-Graduada pela Escola Superior da Magistratura do Acre, no curso de Preparação ao Ingresso na Magistratura, especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Acre, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Acre-ESMAC.

Experiências profissionais apresentadas pela candidata: - 1990-1992, exerceu a função de Secretária Executiva do Projeto ITTO (Internacional Tropical Timber Organization) na Fundação de tecnologia do Estado do Acre;

- 1993, Monitora da disciplina do Direito Comercial I, no curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Acre;

- 1993-1994, Assessora Técnica, Prefeitura Municipal de Rio Branco;

- 1994-1996, Assessora Administrativa, Prefeitura Municipal de Rio Branco;

- 1997-1999, Assessora Parlamentar, Câmara Municipal de Rio Branco;

- 1999-2002, Assessora Especial para Assuntos Jurídicos do Gabinete do Governador, do Governo do Estado do Acre;

- 2003-2006, Assessora Especial para Assuntos Jurídicos do Gabinete do Governador, do Estado do Acre; e

- 2003-2006, Membro efetiva do Conselho Fiscal da ANAC- Agência de Negócio do Acre.

Do curriculum vitae dos candidatos, acima habilitados, constam informações que demonstram sua ampla experiência e referências profissionais.

Trata-se indubitavelmente, de candidatos cuja formação acadêmica e atuação profissional os credenciam para o cabal desempenho das atividades inerentes ao cargo para o qual pretendem exercer.

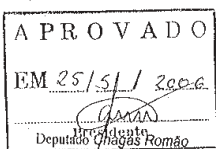
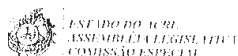
Verifica-se que dos onze candidatos que concorrem ao certame, a execução dos **candidatos DION NÓBREGA LEAL e DION CARVALHO GOMES DE SÁ** que não observaram os requisitos legais ao preenchimento do cargo, **Vicente Aragão Prado Júnior, Jônathas Santos Almeida de Carvalho, Franciberto Ferreira de Castro, Antônio Tavares Monteiro, Idelbrando da Rocha Menezes, Gessy Rosa Bandeira da Silva, José Luiz Sombra Rodrigues, João Manoel de Souza Mendes e Dulcinéia Benício de Araújo**, foram os nove candidatos que obedeceram os pré-requisitos legais e constitucionais, bem assim, as disposições complementares baixadas pela Mesa Diretora para preenchimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, esta relatoria considera-os habilitados, para tal fim, perante a Assembleia Legislativa.

Em face do exposto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão o nome dos candidatos habilitados ao certame, **VICENTE ARAGÃO PRADO JÚNIOR, JÔNATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO, FRANCIBERTO FERREIRA DE CASTRO, ANTÔNIO TAVARES MONTEIRO, IDELBRAUNO DA ROCHA MENEZES, GESSY ROSA BANDEIRA DA SILVA, JOSÉ LUIZ SOMBRA RODRIGUES, JOÃO MANOEL DE SOUZA MENDES, E DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO** de acordo com o disposto no art 272, VI do Regimento Interno desta Casa, para concorrerem a aprovação de seus nomes para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na vaga decorrente do falecimento do Conselheiro Francisco Diógenes de Araújo, concluindo, portanto, pelos Projetos de Decreto Legislativo a este acostados, respeitando, todavia, a soberana decisão dos demais membros desta Comissão Especial e do soberano plenário deste Parlamento.

É o Parecer
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro"
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 1 /2006.

"Aprova o nome de Jônathas Santos Almeida de Carvalho, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

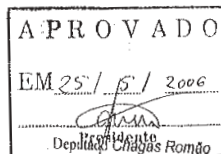
Art. 1º Fica aprovado o nome de Jônathas Santos Almeida de Carvalho, para assumir o cargo de

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em virtude do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 2 /2006

"Aprova o nome de Franciberto Ferreira de Castro para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

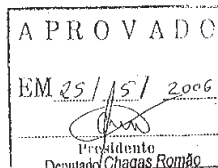
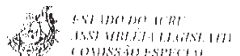
FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o nome de Franciberto Ferreira de Castro para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em virtude do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 3 /2006

"Aprova o nome de Vicente Aragão Prado Júnior para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

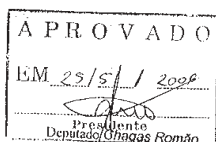
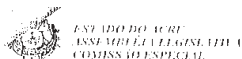
FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o nome de Vicente Aragão Prado Júnior para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em virtude do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 4 /2006.

"Aprova o nome de Antônio Tavares Monteiro, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

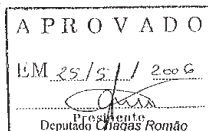
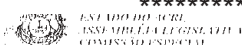
FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o nome de Antônio Tavares Monteiro, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em virtude do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 5 /2006

"Aprova o nome de Idelbrando da Rocha Menezes, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

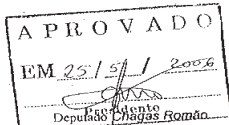
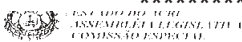
FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o nome de Idelbrando da Rocha Menezes, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em virtude do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 6 /2006.

"Aprova o nome de Gessy Rosa Bandeira da Silva, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

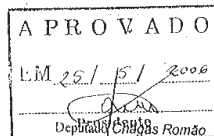
FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o nome de Gessy Rosa Bandeira da Silva, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em virtude do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 7 /2006

"Aprova o nome de José Luiz Sombra Rodrigues, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

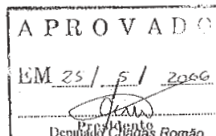
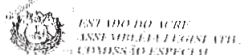
FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o nome de José Luiz Sombra Rodrigues, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em virtude do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 8 /2006

"Aprova o nome de João Manoel de Souza Mendes, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

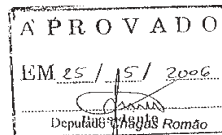
FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o nome de João Manoel de Souza Mendes, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em virtude do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 9 /2006.

"Aprova o nome de Dulcineia Benício de Araújo, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o nome de Dulcineia Benício de Araújo, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em virtude do falecimento do Conselheiro FRANCISCO DIÓGENES DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
25 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

III - PARECER

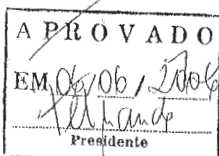
PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)
VICE-PRESIDENTE: Deputado CHAGAS ROMÃO (PMDB)

TITULARES:

Deputados:
FRANCISCO VIGA (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
HELDER PAIVA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:
TAUMATURGO LIMA (PT)
NALUH GOUVEIA (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



PARECER N. 4/2006
MENSAGEM N. 882/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Encaminha o nome do Bacharel em Ciências Contábeis, José Anchieta Batista."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

De conformidade com o disposto no art. 25, § 1º, I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, é constituída a Comissão Especial através da competente Resolução n. 5/2006, para apreciação da Mensagem 882/2006, subscrita originariamente pelo senhor Governador, que "encaminha o nome do Bacharel em Ciências Contábeis, José de Anchieta Batista, para assumir a função de Diretor-Presidente, do ACREPREVIDÊNCIA, vinculado à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa – SGA.

Com a aprovação por este Parlamento Estadual, da Lei n. 1.688, de 8 de dezembro de 2005, foi criado o Instituto de Previdência do Estado de Gestão Administrativa – SGA, tendo por finalidade arrecadar, assegurar e administrar recursos financeiros e outros ativos do Fundo de Previdência Social do Estado do Acre – FPS, para custeio dos proventos de aposentadoria, das pensões e de outros benefícios previdenciários previstos em lei.

A administração do ACREPREVIDÊNCIA será exercida, na instância deliberativa, pelo Conselho Estadual de Previdência Social – CEPS, cujos conselheiros serão indicados, paritariamente, pelos representantes dos Poderes e pelos segurados, por intermédio de seus órgãos de classe.

O ACREPREVIDÊNCIA, na instância executiva, será administrado pelo Diretor-Presidente, Gerente de Previdência e Gerente de Administração e Finanças, sendo que o Diretor-Presidente deve ser escolhido dentre pessoas reconhecidamente qualificadas para a função, com formação de nível superior, reputação ilibada e experiência comprovada, devendo seu nome ser referendado por esta Corte de Leis, antes de ser nomeado.

Destarte, que a Lei n. 1.688, em seu art. 6º, disciplina que: "o diretor-presidente do ACREPREVIDÊNCIA será indicado pelo governador do Estado, dentre pessoas reconhecidamente qualificadas para a função, com formação de nível superior, reputação ilibada e experiência comprovada, devendo seu nome ser referendado pelo Poder Legislativo."

O Senhor Governador sabedor de sua competência, indica a esta Casa Legislativa, o nome do Bacharel em Ciências Contábeis, JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA, para dirigir os trabalhos do instituto.

II - PARECER

Diante de todo o exposto e tendo em vista que a presente matéria está consubstanciada no § 6º da Lei n. 1.688/2005, recomendamos o REFERENDO do nome do Bacharel em Ciências Contábeis JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA, por esta Comissão, para exercer o cargo de Diretor-Presidente do ACREPREVIDÊNCIA, concluindo pelo Projeto de Decreto Legislativo, acostado a este, e em consequência submetemos o presente à sábia decisão do Plenário desta Corte de Leis.

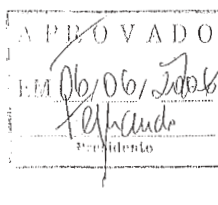
É o Parecer

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilation Legislativa do Estado do Acre
Rua Afonso Porto Leal, n. 214 - Centro - CEP 69008 - 010 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 - e-mail: alac@ac.gov.br
Secretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3223 6850 site: www.alac.ac.gov.br



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 10/2006
AUTORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
EMENTA: "Referenda o nome do bacharel em Ciências Contábeis JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA para assumir o cargo de Diretor-Presidente do ACREPREVIDÊNCIA."

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica referendado o nome do bacharel em Ciências Contábeis JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA para assumir o cargo de Diretor-Presidente do ACREPREVIDÊNCIA, para um mandato de três anos, prorrogável por igual período.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

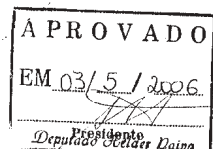
VICE-PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)

TITULARES:

Deputados:
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
FRANCISCO VIGA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:

Deputados:
VALMIR FIGUEREDO (PT)
NALUH GOUVEIA (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



PARECER N. 14/2006
PROJETO DE LEI N. 27/2006.
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera e acresce dispositivos da Lei n. 1.704, de 26 de janeiro de 2006, da Lei n. 1.013, de 19 de dezembro de 1991, e dá outras providências."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO:

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipais; e de Orçamento e Finanças para apreciação em regime de urgência a presente matéria, e que por distribuição coube-me a relatoria do presente Projeto de Lei n. 27/2006, capeado pela Mensagem Governamental n. 876, de 3 de maio de 2006.

O Senhor Governador em sua mensagem governamental encaminhada a esta Casa Legislativa, aduz o seguinte:

"Encaminho a Vossa Excelência o projeto de lei que "Altera e acresce dispositivos da Lei n. 1.704, de 26 de janeiro de 2006 e da Lei n. 1.013, de 19 de dezembro de 1991, e dá outras providências", acompanhado de Exposição de Motivos da Secretária de Estado da Gestão Administrativa, economista Flora Valladares Coelho.

A proposta de lei em referência traz em seu conteúdo adequações necessárias à Lei n. 1.704/06, que trata, dentre outros, da nova estrutura de cargos de nível superior e tabelas de vencimentos do Estado.

Nesse conjunto, altera-se a redação no que se refere às disposições da jornada de trabalho para os servidores que não fizeram a opção para a nova estrutura de cargos e tabelas de vencimentos, mantendo-se a jornada correta de 40 horas, como prevista em legislação anterior.

Também ajusta-se, nos anexos I e II, nomenclatura e quantidade de cargos; no anexo XI, disciplina-se as gratificações para os profissionais de saúde, retirado do projeto original, e, em relação à tabela de vencimentos dos fiscais, exclui-se a gratificação de localidade, não prevista para a carreira respectiva; no anexo XII, alterações para a exata compreensão daquele enquadramento; e, no anexo XIII, a indicação correta da vigência da segunda parcela do aumento salarial, em consonância com o disposto no art. 1º da Lei n. 1.704, de 2006.

Além dos ajustes mencionados, o projeto prevê ainda, as adequações necessárias ao aperfeiçoamento do Corpo de Bombeiro Militar do Acre, que passa a ser constituído também por efetivo do sexo feminino."

Analisando a matéria, a mesma encontra-se legitimada e obedece os seguintes dispositivos legais: Art. 54, § 1º, I, III e IV; art. 78, III e VI todos da Constituição Estadual.

À luz do direito, a matéria justifica-se pelo atendimento à norma constitucional a seguir:

Constituição Estadual:

"Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I – criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autarquia do Poder Executivo, ou aumento de vencimento e da despesa pública.

...

III – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

IV – servidor público do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar do Estado para a inatividade.

...

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

...

III – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei."

Analisando a propositura sob a ótica orçamentária e financeira, comprova-se estar em perfeita consonância com a Lei n. 4.320/64, não havendo óbices à sua aprovação.

A Lei n. 1.651/2005 e a Lei n. 1.690/2005, permite adequações na estrutura de vencimento e remunerações dos servidores públicos estaduais.

As despesas advindas da implementação do presente projeto, será suportada pelo orçamento em vigor.

II - PARECER

Diante do acima relatado, o Projeto de Lei em tela, quanto à sua propositura está fundamentado na reserva legal assegurada ao governador (art. 54, § 1º, I, III e VI e IV e 78, III e VI), ambos da Constituição Estadual, e em consequência, não encontrando entraves do ponto de vista constitucional, jurídico ou legal, bem como, com os ditames orçamentários vigentes, suportados pelas Leis ns. 1.651 e 1.690, ambas de 2005, declino-me pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 27/2006, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do Colendo Plenário deste Parlamento.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assessoria Legislativa do Estado do Acre
Rua Urubitinga Porto Leoni n. 241 - Centro - CEP 69008-010 - Fone (68) 3224 1560 - 3223 7797 home page: www.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades de Legislativas - Fone 3223-2010 site: www.eclp.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (PMN)

VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
NOGUEIRA LIMA (PPS)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)
HELDER PAIVA (PSDB)
ANTÔNIA SALES (PMDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:

Deputados:

EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
VALMIR FIGUEREDO (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

APROVADO

EM 30/5/2006

Deputado Helder Paiva
Presidente

PARECER N. 12/2006

PROJETO DE LEI N. 40/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Institui Programa de Incentivos Tributários para Empresas do Setor Sucroalcooleiro instaladas no Pólo Agroindustrial de Capixaba."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Prefaciado pela Mensagem Governamental n. 884, de 25 de maio de 2006, o Chefe do Executivo Estadual encaminha a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 40/2006, acima ementado, usando da competência que lhe confere o art. 54, § 1º, inciso III, do Diploma Político Fundamental do Estado do Acre, e que por distribuição coube-me a relatoria.

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças para apreciar a matéria.

Aduz o Chefe do Executivo na mensagem que encaminha a esta Casa:

"Encaminho a essa Casa Legislativa o projeto de lei que "Institui Programa de Incentivos Tributários para Empresas do Setor Sucroalcooleiro instaladas no Pólo Agroindustrial de Capixaba", acompanhado de Exposição de Motivos dos Secretários de Estado da Fazenda e da SEPLANDS, respectivamente, Economista Orlando Sabino da Costa Filho e Engenheiro Civil Gilberto do Carmo Lopes Siqueira.

Como é de conhecimento dos Senhores Deputados, com a implantação do Polo Agroindustrial Sucroalcooleiro no município de Capixaba deu-se início à instalação de empresas que atuam nesse setor.

A complexidade das operações que são peculiares ao setor sucroalcooleiro e a importância deste complexo industrial para o Estado do Acre, torna necessária a criação de legislação específica que vise atrair novos projetos industriais, sem desvirtuar a necessidade de manter a arrecadação tributária em nível ascendente.

É com esse objetivo que foi elaborada a proposta de lei que ora encaminho para apreciação e posterior votação de Vossas Excelências, para a qual solicito que após os trâmites necessários seja votada em regime de urgência."

Do ponto de vista econômico e financeiro este projeto institui por vinte anos um programa de incentivos tributários para as empresas que se instalarem no Polo Agroindustrial do município de Capixaba. Fica caracterizada a "Renúncia Fiscal", quando 95% do saldo devedor do ICMS poderá ser retido pela empresa a título de financiamento do investimento realizado. O autor da matéria, em atendimento ao que especifica a Lei Complementar 101/2000 justifica o impacto da renúncia da receita e enumera as vantagens e compensações que originarão o equilíbrio orçamentário e financeiro com a implementação do projeto.

A matéria em exame está legitimada e obedece os seguintes dispositivos legais: art. 54, § 1º, III; art. 78, III e XI, ambos da Constituição Estadual.

Constituição Estadual:

"Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

III – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

XI – celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas;

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista o largo alcance social do Projeto de Lei n. 40/2006, de autoria do Poder Executivo, sendo o ICMS uma das fontes de recursos do maior geração de renda, e qualquer incentivo fiscal concedido pelo governo contribuirá decisivamente para o fortalecimento das empresas que em pouco tempo responderão com o aumento da geração e distribuição de renda, e ainda, por entender que a matéria em tela traduz-se cristalina quanto à sua propositura e está fulcrada na reserva legal assegurada ao governador (art. 54, § 1º, III) da C.E., e em consequência, não encontrando óbices do ponto de vista constitucional, jurídico ou legal, financeiro e orçamentário, opino pela **APROVAÇÃO** do projeto acima referido, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

30 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rio Arlindo Porto Leal, n. 211 - Centro - CEP 69908 - 940 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alene.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2019 fax 3224 6830 site: novo.cjg.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)

JOSÉ LUIS (BPM)

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)

JOSÉ VIEIRA (PSDB)

NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)

ELSON SANTIAGO (BPM)

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:
Deputados:

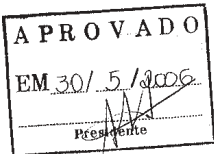
VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Prefaciado pela mensagem governamental n. 885, de 26 de maio de 2006, o Chefe do Executivo Estadual encaminha a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 41/2006, acima ementado, usando da competência que lhe confere o art. 54, § 1º, que por distribuição coube-me a relatoria.

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e do Orçamento e Finanças.

Nos termos da Carta Magna Estadual no seu art. 54, dispõe, *in verbis*:

"A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Govern. do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição".

Aduz o Chefe do Executivo na mensagem que encaminha a esta Casa:

"O projeto em tela visa apoiar ações de Desenvolvimento Comunitários (PDCS), Projetos Produtivos e Estudos Específicos, valorizando o conhecimento das populações tradicionais e de pequenos produtores; visa proporcionar que as populações tradicionais e de pequenos produtores rurais tenham acesso a projetos notadamente no que se refere a sistema de produção que maximize o uso dos recursos produtivos.

A principal fonte de recurso deste Programa tem sido o Subcomponente de Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores, executado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, BID - Banco Internacional de Desenvolvimento. O Programa em execução durante o mês de março passado foi objeto de análise e recomendações da Missão de Revisão de Meio Termo realizado entre o Estado e o BID. Segundo análise, o Programa poderá apresentar melhor desempenho, atendendo maior número de comunidades".

Neste sentido, a presente proposta objetiva dar maior agilidade ao Programa, notadamente na análise, aprovação e execução financeira dos projetos, fortalecendo a Coordenação Executiva e simplificando os procedimentos técnicos e financeiros, já avaliados e aprovados pelo BID, e assim ampliar o número de beneficiários e municípios atendidos.

Do ponto de vista Orçamentário, a propositura em análise vem melhorar os mecanismos de atendimento a associações, cooperativas e similares das populações tradicionais e de pequenos produtores.

A alteração introduzida no art. 10 da Lei n. 1.460/2002, traz o termo "Conselho Executivo", que deve originar despesas públicas, que em princípio parece já estar prevista através de lei supracitada. E em assim sendo, a lei orçamentária e financeira está sendo observada.

Nos termos da Carta Magna Estadual no seu art. 54, dispõe, *in verbis*:

"A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:
...
III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;"

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista que a presente proposição de autoria do Poder Executivo, está consubstanciada na legislação civil, financeira e orçamentária e na Constituição do Estado, opino pela legalidade e jurisdição e, em consequência, recomendo a APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 41/2006, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do Soberano Plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
30 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTES:
Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUÍS (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:

Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

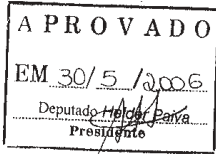
SUPLENTE:

Deputados:

TAUMATUËGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PARECER N. 44/2006
PROJETO DE LEI N. 42/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Modifica as Leis ns. 1.359, de 29 de dezembro de 2000 e 1.697, de 16 de janeiro de 2006."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, para exarar parecer no Projeto de Lei n. 42/2006, encaminhada pelo Poder Executivo Estadual, cuja ementa "Modifica as Leis ns. 1.359, de 29 de dezembro de 2000 e 1.697, de 16 de janeiro de 2006", usando da competência que lhe confere o art. 54, § 1º, inciso III, c/c o art. 9º, § 1º, todos do Diploma Político Fundamental do Estado do Acre, e que por distribuição, coube-me a relatoria.

Nos termos da Carta Magna Estadual no seu art. 54, dispõe, *in verbis*:

"A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição."

Aduz o Chefe do Executivo na mensagem que encaminha a esta Casa:

"O objetivo do presente projeto de lei é a inclusão de novos imóveis para fins industriais, possibilitando assim ao Estado do Acre ampliar a política de industrialização, disponibilizando mais imóveis ao desenvolvimento dessas atividades. Já a inclusão de novos imóveis residenciais visa, preferencialmente, regularizar ocupações dos mesmos, evitando-se criar problemas de ordem social para as respectivas famílias que neles residem".

A propósito, em Direito Administrativo Brasileiro de Helly Lopes Meirelles, 16ª edição atualizada pela Constituição de 1988, assim dispõe:

A administração dos bens públicos compreende normalmente utilização e conservação do patrimônio público, mas, excepcionalmente, pode a administração ter necessidade ou interesse na alienação de alguns de seus, caso em que deverá atender as exigências especiais impostas por normas superiores.

Alienação é toda transferência de propriedade remunerada, gratuita, sob a forma de venda, permuta, doação, dação em pagamento, investidura, legitimação de posse ou concessão de domínio.

Qualquer dessas formas de alienação pode ser utilizada pela administração, desde que satisfaça as exigências administrativas para o contrato alienador e atenda aos requisitos do instituto específico.

Cessão de uso: cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando.

Como bem ponderou Caio Tácito, esta cessão se inclui entre as modalidades de utilização de bens públicos não aplicados ao serviço direto do cedente e não se confunde com nenhuma das formas de alienação. Trata-se apenas de transferência de posse do cedente para o cessionário, mascarando sempre a administração-proprietária com o domínio do bem cedido, para retomá-lo a qualquer momento ou recebê-lo ao término do prazo da cessão.

A matéria ora analisada sob a égide das leis orçamentária e econômica nos permite vislumbrar:
a) a expressão das atividades industriais nos municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasília; e
b) a regularização através de alienação, locação e cessão de imóveis pertencentes ao estinto BANACRE.

As ações inerentes à implementação do projeto estarão afetos à Procuradoria Geral do Estado que certamente admitirá o disposto da Lei n. 8.666/93 e alteração posteriores.

A receita que advirá das alienações estará disciplinada no art. 4ºA, da Lei n. 1.697/2006.
Saliente-se aqui, que o Poder Executivo ao submeter ao exame destas Comissões a alienação e a cessão em tela, age em estrita observância da Constituição Estadual, não pairando sobre a propositura da matéria, nenhuma ilegalidade, pois, a sua feitura atende aos limites da mesma.

Justifica-se a presente propositura por estar em sintonia com o art. 9º, § 1º, da Carta Política Acreana que assim preceitua:

"Art. 9º ...

§ 1º Os bens móveis e imóveis pertencentes ao Estado não poderão ser doados, permutados, cedidos, aforados ou alienados, senão em virtude de lei específica."

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista que a matéria, de autoria do Poder Executivo, estásubstanciada na legislação civil, financeira e orçamentária e na Constituição do Estado, art. 9º, § 1º, opino pela legalidade e juridicidade e, em consequência, recomendo a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 42/2006, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do Soberano Plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões, Deputado ILSON RIBEIRO",
30 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:

Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

APROVADO

EM 30/5/2006

Deputado Helder Paiva
Presidente

PARECER N. 15 /2006

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 3/2006

AUTORIA: MESA DIRETORA

EMENTA: "Dispõe sobre a concessão de Auxílio Bolsa de Estudos para curso de Graduação e de Pós-Graduação a Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Acre."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Comissão Orçamento e Finanças para apreciação e emissão de parecer, em regime de urgência, do Projeto de Resolução n.3/2006, que "Dispõe sobre a concessão de Auxílio Bolsa de Estudo para cursos de Graduação e de Pós-Graduação a Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Acre."

Nobres pares, a proposição ora apresentada é digna de louvor, visto que, qualificando o servidor esse órgão só tem a ganhar. Assim, o objetivo deste projeto de resolução fortalece os trabalhos desenvolvidos pelos servidores, ampliando através da especialização e da graduação na sua área de conhecimentos e atuação.

É de clareza mediana que o objetivo da presente proposição está justificado na forma acima transcrita.

Através do programa de valorização do servidor, esta Casa vem incentivando a graduação do quadro efetivo. A implantação da proposta ora em análise visa melhorar e ampliar os conhecimentos dos funcionários, despertando o interesse pela busca do ensino superior e de especializações. As despesas advindas desta proposição serão suportadas pelo orçamento vigente na dotação própria especificada no orçamento da Assembleia Legislativa.

II- PARECER

Assim, não encontrando óbices à proposição analisada do ponto de vista jurídico ou legal, declino-me pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução n.3/2006 que se traduz cristalino quanto à sua proposição e está fundamentada na reserva legal assegurada no art. 54 da Constituição Estadual tendo em vista o largo cunho social de que se reveste a matéria, respeitando, todavia, a sábia decisão dos demais membros destas Comissões e do Soberano Plenário desta Casa Legislativa.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

30 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre

Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aloc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades de Legislativas - Fone 3223-2010 site: www.eclj.ac.gov.br

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

APROVADO

EM 30/5/2006

Deputado Helder Paiva

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 3/2006

AUTORIA: MESA DIRETORA

EMENTA: "Dispõe sobre a concessão de Auxílio Bolsa de Estudos para curso de Graduação e de Pós-Graduação a Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Acre."

EMENDA ADITIVA N. 4/2006

Adite-se ao Projeto de Resolução n. 3/2006, artigo com a seguinte redação:

"Art. As despesas decorrentes da implantação deste programa serão atendidas através de dotação especificada no Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

30 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Acre

Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aloc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades de Legislativas - Fone 3223-2010 site: www.eclj.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:
Deputados:

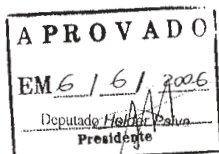
VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:
Deputados:

TAUMATÚRGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PARECER N. 16 /2006
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 6/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Capeado pela Mensagem n. 887, de 25 de maio de 2006, o Poder Executivo submete à análise destas Comissões o Projeto de Lei Complementar n. 6/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

Com fulcro no art. 65 da Resolução n. 86/90 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Educação, Cultura e Desporto, Saúde Pública, Legislação e Assistência Social e de Orçamento e Finanças, para exarar competente parecer à matéria.

Aduz o Chefe do Executivo na Mensagem que encaminha a esta Casa Legislativa que:

"O Estado do Acre vem realizando nos últimos sete anos uma atualização em sua legislação educacional, com o objetivo de definir, de forma precisa, as atribuições e responsabilidades das instituições que elaboram e executam políticas e normas que regulamentam e definem a oferta e os padrões de qualidade de ensino.

A revisão da Lei n. 665/79, que trata do Sistema Estadual de Educação, busca definir, de forma clara as atribuições das instituições públicas e privadas que atuam na área da educação e os espaços onde são constituídos processos de conversação, buscando a realização de ações integradas.

Debatida com representantes das instituições envolvidas no Sistema, a proposta de revisão da Lei n. 665/79 é um importante fator para a constituição de padrões, fundamentais para a transformação do conceito de qualidade em um referencial concreto, capaz de propiciar às instituições públicas e privadas uma significativa melhora nas suas práticas de planejamento e avaliação, visando assim melhores resultados na aprendizagem e nos indicadores educacionais.

Neste sentido, solicito a Vossas Excelências, que após apreciação, seja a inclusa proposta de lei, votada em regime de urgência, face a sua relevância."

Com a iniciativa em epígrafe, propõe o Governador do Estado a esta Casa Legislativa, uma modificação geral na Lei n. 665/79, com sua revogação.

Dai, nobres Deputados, numa visão global, é o aparelhamento do Governo do Estado para a realização da administração pública que, ao modernizar-se, atenderá aos precípuos interesses do Governo e de seus administrados.

No tocante à análise financeira, a proposta ora analisada, do ponto de vista de receita e despesa pública, não contraria nenhum dispositivo legal, pois atribui à Secretaria de Estado de Educação e ao Conselho Estadual de Educação a coordenação do Sistema Estadual de Ensino. O objetivo da matéria é apenas reordenar as atribuições, responsabilidades e retificar que as despesas serão suportadas pela Secretaria de Estado de Educação.

Assim, dispõe a Carta Magna Estadual em seu art. 54, § 1º, incisos III e 78, VI, *in verbis*:

Art. 54.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as Leis que dispõe sobre:

...
III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

...
VI - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgão do Poder Executivo.

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

...
III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

...
VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da Lei".

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista que a presente matéria encontra-se consubstanciada no disposto do art. 54, § 1º, incisos III e VI, c/c art. 78, III e VI, ambos da Magna Carta Estadual, assim, não encontrando entraves de ordem legal, jurídica, constitucional e econômica opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar n. 6/2006, juntamente com as Emendas Modificativas ns. 9, 10, 11 e 12 /2006 e Supressiva n. 3 /2006, visando a melhor técnica legislativa, respeitando, todavia, decisão dos demais membros destas Comissões e do Soberano Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer.
S.M.J.

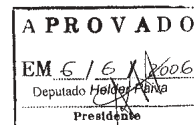
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Alípio Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69008 - 040 - fone (68) 3223 1799 - 3223 1797 home page: alencac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.alencac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 6/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. 9 /2006

O art. 19 do Projeto de Lei Complementar n. 6/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.19. As receitas e despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do poder público e no relatório resumido da execução orçamentária, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada bimestre."

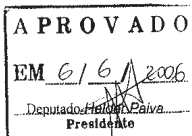
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Alípio Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69008 - 040 - fone (68) 3223 1799 - 3223 1797 home page: alencac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.alencac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 6/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. 10 /2006

O § 8º do art. 23 do Projeto de Lei Complementar n. 6/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 8º Os conselheiros perceberão jeto por cada reunião ordinária que participarem, em valor correspondente a doze por cento da gratificação atribuída pelo governo do Estado para a função de Gerência I, fixado o número de quatro reuniões mensais ordinárias."

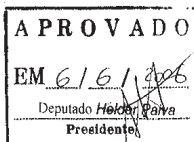
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assessoria Legislativa do Estado do Acre
Rua Urubitu Paulo Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alegre.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.legis.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 6/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. 11 /2006

O art. 23 do Projeto de Lei Complementar n. 6/2006, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23. ...

§ 2º...

II - colegiado de quinze membros, nomeados pelo Governador do Estado, dentre representantes indicados ao Conselho Estadual de Educação, pelos seguintes segmentos:

d) administração do Sistema Estadual;

f) Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTEAC e Sindicato dos Professores Licenciados do Acre - SINPLAC; e

g) União Nacional dos Dirigentes Municipais - UNDIME."

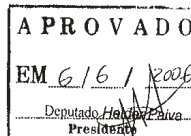
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assessoria Legislativa do Estado do Acre
Rua Urubitu Paulo Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alegre.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.legis.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 6/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. 12 /2006

O art. 29 do Projeto de Lei Complementar n. 6/2006, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 29. Fica assegurado os mandatos do atual CEE até 31 de janeiro de 2007."

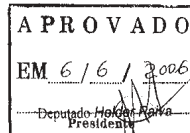
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assessoria Legislativa do Estado do Acre
Rua Urubitu Paulo Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alegre.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.legis.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 6/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências."

EMENDA SUPRESSIVA N. 3 /2006

Suprima-se o § 4º do art. 23 do Projeto de Lei Complementar n. 6/2006.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assessoria Legislativa do Estado do Acre
Rua Urubitu Paulo Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alegre.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.legis.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:
Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputada NALUH GOUVEIA (PT)
VICE-PRESIDENTE: Deputado JOSÉ BESTENE (PP)

TITULARES:
Deputados:

EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

SUPLENTE:
Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)
ROBERTO FILHO (PP)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:
Deputados:

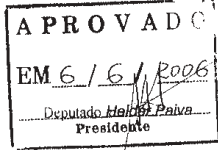
VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
GOVERNADOR PAULO JOSÉ VITTI
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PARECER N. 17/2006
PROJETO DE LEI N. 39/2006
AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras do Acre - ITERACRE, a outorgar sob condição resolutiva, concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, para efeito de regularização fundiária."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Prefaciado pela Mensagem Governamental n. 889, de 6 de junho de 2006, o Chefe do Executivo Estadual encaminha a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 39/2006, acima ementado, usando da competência que lhe confere o art. 54, § 1º, inciso III, c/c o art. 9º, § 1º, todos do Diploma Político Fundamental do Estado do Acre, e que por distribuição coube-me a relatoria.

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças para apreciar a matéria.

Aduz o Chefe do Executivo na mensagem que encaminha a esta Casa:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, através dos Decretos Estaduais ns. 9.716, 9.717 e 9.718, todos de 9 de março de 2004, publicados no Diário Oficial do Estado em 10 de outubro de 2004, foram criadas as Florestas Estaduais do Rio Liberdade, com área de 126.360 hectares; do Mogno, com área de 143.807 hectares e do Rio Gregório, com área de 216.062 hectares, respectivamente, localizadas no município de Tarauacá, bem como o Decreto Estadual n. 13.321, de 1º de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial do Estado em 7 de janeiro de 2006, criando a Floresta Estadual do Bujari e Sena Madureira, com uma área de 47.064,6770 hectares; totalizando todas as Florestas mencionadas uma área de 533.383,6770 hectares, destinadas à conservação, ao uso sustentável dos recursos naturais através da sua utilização racional e a pesquisa científica".

No art. 2º dos Decretos supramencionados, estabeleceu-se o seguinte:

"Art. 2º Fica assegurada a permanência das populações tradicionais que habitam a área nesta data, de acordo com o disposto no Decreto Federal n. 4.320, de 22 de agosto de 2002, e o Plano de Manejo da Unidade".

Portanto, antes de se implantar quaisquer políticas públicas no âmbito das Florestas Estaduais é imprescindível promovermos a regularização dos moradores tradicionais, garantido-lhes a permanência nas Florestas Públicas e assegurando-lhes o direito à utilização de suas porções de terras, possibilitando, assim, a implantação de unidades familiares produtivas.

Os objetivos primordiais do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre somente serão atingidos na sua plenitude se dermos atenção especial para os moradores tradicionais que habitam há anos no interior dessas Florestas, lutando para defendê-la dos invasores, grileiros e destruidores de toda a ordem.

Necessário que o governo do Estado do Acre proporcione a inserção dessas populações tradicionais no sistema produtivo e, para tanto, é imprescindível conceder-lhes o direito ao uso da terra na qual residem e da qual tiram o sustento de suas famílias.

O título de concessão de direito real de uso, além de ser um instrumento que levará para àquelas populações o direito à cidadania, à posse, à produção, ao acesso a créditos rurais etc, é, antes de mais nada, uma conquista daquelas comunidades em virtude da sua vida diária e incansável em defesa da floresta, dos rios, dos animais e de todo o ecossistema daquela regiões.

Importante ressaltar que, mesmo sendo outorgado àquelas famílias a concessão de direito real de uso, é vedado ao concessionário vender, doar, alugar, arrendar, emprestar ou ceder o exercício do uso do imóvel, assim como é assegurado ao Estado, como cedente, o livre acesso ao imóvel e o direito de exercer, através de seus setores próprios, fiscalização do cumprimento das disposições do contrato de concessão a ser posteriormente, formalizado."

Saliente-se aqui, que o Poder Executivo ao submeter ao exame destas Comissões a concessão de uso real de direito, age em estrita observância da Constituição Estadual, não pairando sobre a propositura da matéria nenhuma ilegalidade, pois, a sua feitura atende aos limites da Constituição e da Lei Civil pertinente, estando, portanto, revestida de eficácia jurídica quanto a sua legitimidade.

Justifica-se a presente propositura por estar em sintonia com o art. 9º, § 1º, e 10, II, ambos da Carta Política Acreana que assim preceituam:

"Art. 9º ...

§ 1º Os bens móveis e imóveis pertencentes ao Estado não poderão ser doados, permutados, cedidos, aforados ou alienados, senão em virtude de lei específica.

Art. 10. Compete ao Estado, respeitado os princípios estabelecidos na Constituição Federal:

II – prover as necessidades do seu governo e da sua administração.

...

À luz do direito, vejamos o que preleciona o abalizado e saudos Mestre Hely Lopes Meirelles, em Direito Administrativo Brasileiro, 24ª edição, página 439, acerca deste instituto:

"Concessão de direito real de uso: a concessão de direito real de uso é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social. É o conceito que se extrai do art. 7º do Decreto-Lei Federal n. 271, de 28 de fevereiro de 1967, que criou o instituto entre nós.

A concessão de uso, como direito real, é transferível por ato *inter vivos* ou por sucessão legítima ou testamentária, a título gratuito ou remunerado, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, com a só diferença de que o imóvel reverterá à Administração concedente se o concessionário ou seus sucessores não lhe derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual."

A matéria em exame está legitimada e obedece os seguintes dispositivos legais: art. 54, § 1º, III; art. 78, III e XI, ambos da Constituição Estadual.

Constituição Estadual:

"Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

III – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

XI – celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas;

...

Do ponto de vista econômico a presente proposição de concessão de direito real de uso concedido aos moradores tradicionais das Florestas Públicas Estaduais, resguarda os direitos e os interesses do Estado e dos concessionários. À Procuradoria Geral do Estado caberá formalizar o processo de contratação e de observância às normas legais e em especial aos ditames da Lei n. 8.666/93, assim, não há impedimento de ordem legal à aprovação do projeto.

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista o largo alcance social do Projeto de Lei n.39/2006, de autoria do Poder Executivo, e por estar consubstanciado na legislação civil e na Constituição do Estado, art. 9º, § 1º, e por entender que a matéria em tela traduz-se cristalina quanto à sua proposição e está fulcrada na reserva legal assegurada ao governador (art. 54, § 1º, III) do mesmo diploma legal, e em consequência, não encontrando óbices do ponto de vista constitucional, jurídico ou legal, e na legislação financeira orçamentária vigente, opino pela **APROVAÇÃO** do projeto acima referido, juntamente com a Emenda Modificativa n. 13 /2006 a seu art. 1º que objetiva dar maior clareza à sua interpretação, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer.

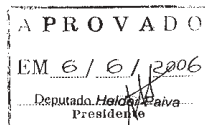
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICÍPIO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI N. 39/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras do Acre - ITERACRE, a outorgar, sob condição resolúvel, concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, para efeito de regularização fundiária."

EMENDA MODIFICATIVA N. 13 /2006

O caput do art. 1º do Projeto de Lei n. 39/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, através do Instituto de Terras do Acre - ITERACRE e respeitando a legislação correlata, autorizado a outorgar concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, a título gratuito, sob condição resolúvel e para fins de regularização fundiária das populações residentes nas áreas delimitadas."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assimilation Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP: 69008-000 - Fone: (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: www.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone: 3223 2910 Fax: 3224 6839 site: www.scribne.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEIREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

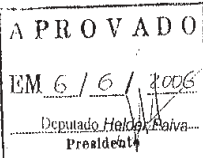
Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

PARECER N. 18 /2006

PROJETO DE LEI N. 52/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera os arts. 18 e 19 da Lei n. 1.382, de 5 de março de 2001."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, para examinar parecer no Projeto de Lei n. 52/2006, encaminhada pelo Poder Executivo Estadual, cuja ementa "Altera os arts. 18 e 19 da Lei n. 1.382, de 5 de março de 2001."

Aduz o Chefe do Executivo na mensagem que encaminha a esta Casa:

"O objetivo do presente projeto de lei se faz necessário, uma vez que as concessões de direito real de uso serão concedidas inicialmente aos moradores tradicionais das Florestas Públicas Estaduais, os quais desenvolverão como principal atividade produtiva, no âmbito dessas unidades, o manejo florestal comunitário, sendo, por isso, necessário um prazo de trinta anos, no mínimo, para se completar o ciclo inerente à própria atividade do manejo.

Vale ressaltar que esta concessão de direito real de uso poderá ser prorrogada por igual período, ao interesse da administração, visando, com isso, resguardar os direitos e interesses do Estado, mas, sobretudo, dos filhos e/ou netos dos concessionários, vez que o uso é transferível por sucessão legítima.

Usando da competência que lhe confere o art. 54, § 1º, inciso III, c/c o art. 9º, § 1º, inciso I, todos do Diploma Político Fundamental do Estado do Acre, in verbis:

Nos termos da Carta Magna Estadual no seu art. 54:

"A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição."

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

...

Art. 9º Incluem-se entre os bens do Estado:

I - as terras devolutas não pertencentes à União;

...

Do ponto de vista Orçamentário, a propositura em análise vem melhorar o manejo florestal comunitário, por isso fazendo-se necessário um maior prazo para se completar o ciclo inerente à própria atividade do manejo.

Portanto, a alteração introduzida nos arts. 18 e 19 da Lei n. 1.382/2001, que deve originar despesas públicas, que em princípio parece já estar prevista através de lei supracitada. E em assim sendo, a lei orçamentária e financeira está sendo observada.

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista que a presente proposição de autoria do Poder Executivo, está consubstanciado na legislação civil, orçamentária e financeira e na Constituição do Estado, opino pela legalidade, juridicidade, e, em consequência, recomendo a APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 52/2006, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do Soberano Plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)

JOSÉ LUIS (BPM)

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:

Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)

EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:

Deputados:

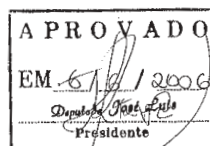
TAUMATURGO LIMA (PT)

FERNANDO MELO (PT)

ELSON SANTIAGO (BPM)

HÉLIO LOPES (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

PARECER N. 19 /2006

PROJETO DE LEI N. 33/2006

AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

EMENTA: "Institui a semana da água e dá outras providências."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Tramita ordinariamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, para análise e parecer, o Projeto de Lei n.33/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

Aduz o autor da matéria em sua justificativa, que no dia 22 de março se comemora o dia mundial da água, porém atualmente nada é comemorado em nosso Estado. Os cursos d'água estão poluídos e a educação ambiental voltada para o racional da água que deveria ser difundida, parece que está caindo no esquecimento.

Este projeto não cria apenas uma semana comemorativa, mas um grande momento de reflexão sobre gestão de águas em nosso estado.

Partindo da defesa do serviço público de saneamento, pretende promover discussões e capacitações para o uso racional da água, e simulados para difundir o caráter democrático do Sistema Estadual e Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos.

Para fortalecer mais os debates, obriga a divulgação dos dados relativos à situação das Bacias Hidrográficas do estado.

Cria também o primeiro Prêmio de Conservação e Reuso de Água dado pela administração pública do Estado do Acre, configurando como um importante instrumento de incentivo e reconhecimento aos usuários que implantarem Programas de Conservação e Reuso da Água, e para entidades que incentivam a prática do Gerenciamento Ambiental, da Auditoria Ambiental e do Balanço Social nas empresas, enfim, ele atende o disposto na Política Nacional de Educação Ambiental, tornando a democratização de acesso às informações sobre água um

programa interdisciplinar, interinstitucional, e educativo."

Entende este relator que a instituição da semana estadual da água é uma oportunidade para que os acreanos possam conhecer os objetivos e a importância do uso racional dos recursos hídricos. Além da necessidade de contribuir para consolidação dos princípios democráticos da Lei Federal n. 9.433/97, conhecida como Lei das Águas.

Durante a Semana Mundial da Água, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva falou da importância de cuidar da água como forma de pensar nesta e nas próximas gerações "Cuidar do Brasil é cuidar de cada cantinho destes 12% da água doce do planeta que se encontra no Brasil, e isto é uma grande responsabilidade nossa".

Também falou o Padre Carlos Tóffoli:

"Pelo menos 2 bilhões de pessoas morrem por doenças de veiculação hídrica."

"A quantidade mínima de água para uma pessoa é de 40 litros/dia enquanto no Brasil há bairros que consomem entre 350 a 400 litros/dia."

"Pelo menos 40% da humanidade poderá vir a sofrer problemas por falta de água no ano de 2025."

II – PARECER

Ante o exposto, O Dia Mundial da Água é comemorado em 22 de março com o objetivo de chamar a atenção para esse bem essencial para a vida no Planeta e conscientizar a população na busca de soluções e participação em iniciativas que garantam quantidade e qualidade de água para todos, e que a **Instituição da semana da água a nível estadual se dará na mesma data da mundial com idênticos objetivos, nada temos a opor no tocante à matéria**, bem assim, a admissibilidade e propositura da mesma que está fulcrada no art. 54, *caput*, da Constituição Estadual, opinamos pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 33/2006**, respeitando, todavia, a decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano plenário deste parlamento.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Relator

Assimbleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arduo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1767 home page: www.ac.gov.br
Subscrevem: Unidades Legislativas - Fone 3223 2910 Fax 3223 6000 site: www.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

JOSÉ LUÍS (BPM)

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUÍS (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)

JOSÉ VIEIRA (PSDB)

NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

Deputados:

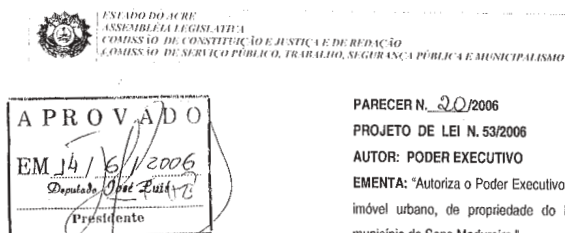
FERNANDO MELO (PT)

ELSON SANTIAGO (BPM)

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)



PARECER N. 20/2006

PROJETO DE LEI N. 53/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a realizar cessão de imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre ao município de Sena Madureira."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I – RELATÓRIO

Prefaciado pela Mensagem Governamental n. 890, de 14 de junho de 2006, o Chefe do Executivo Estadual encaminha a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 53/2006, acima ementado, usando da competência que lhe confere o art. 54, § 1º, inciso III, *c/c* o art. 9º, § 1º, todos do Diploma Político fundamental do Estado do Acre, e que por distribuição coube-me a relatoria.

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo para apreciar a matéria.

Objetivando uma melhor compreensão da matéria pelos nobres pares deste Parlamento transcrevemos o teor principal:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado, nos termos desta lei a ceder um imóvel, de propriedade do Estado do Acre, no município de Sena Madureira, com a seguinte descrição:

"Um lote de terra urbano, situado à Rua Siqueira Campos, n. 210, contendo 13,00m de frente por 37,00m de fundos, com uma área de 481,00m² e um perímetro de 100,00m lineares, com os limites e confrontações: pelo lado direito com Antônio Milton Miranda; pelo lado esquerdo com Sinval Gouveia Cavalcante; pela frente com a Rua Siqueira Campos; e pelos fundos com Francisco Modesto. No referido terreno encontra-se construída uma casa em alvenaria, coberta de folhas de alumínio, medindo 5,90m de largura por 13,80m de comprimento."

Parágrafo único. A área que trata o *caput* deste artigo encontra-se devidamente registrada, matrícula n. 1.699, às fls. 29v/30, do Livro 3D, da Serventia de Registros de Imóveis da Comarca de Sena Madureira/AC.

Art. 2º O imóvel cedido será utilizado exclusivamente pelo município de Sena Madureira para o funcionamento do Programa ODONTO SESC, a ser implantado na área bucal, com atuação básica na área preventiva e que atenderá 44 pessoas/dia, oportunizando a comunidade e priorizando todos os alunos da rede municipal e estadual de ensino.

Art. 3º O município de Sena Madureira efetuará uma reforma, com construção de garagem, onde as portas e janelas serão gradeadas.

Art. 4º O prazo estabelecido para a cessão é de dois anos, findo o qual o imóvel voltará automaticamente para o Estado do Acre."

Saliente-se aqui, que o Poder Executivo ao submeter ao exame desta Comissão a cessão de uso do bem acima referido, age em estrita observância da Constituição Estadual, não pairando sobre a propositura da matéria, nenhuma ilegalidade, pois, a sua feitura atende aos limites da Constituição e da Lei Civil pertinente, estando, portanto, revestida de eficácia jurídica quanto a sua legitimidade.

Justifica-se a presente propositura por estar em sintonia com o art. 9º, § 1º, e 10, II, ambos da Carta Política Acreana que assim preceituam:

"Art. 9º ...

§ 1º Os bens móveis e imóveis pertencentes ao Estado não poderão ser doados, permutados, cedidos, alorados ou alienados, senão em virtude de lei específica.

Art. 10. Compete ao Estado, respeitado os princípios estabelecidos na Constituição Federal:

...

II - prover as necessidades do seu governo e da sua administração;

..."

A luz do direito vejamos o que preleciona o abalizado e saudosos Mestre Hely Lopes Meirelles, em Direito Administrativo Brasileiro, 24ª edição, página 467, acerca deste instituto:

"Cessão de uso: cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É o ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando.

...Trata-se, apenas de transferência de posse do cedente para o cessionário, mas ficando sempre a Administração – proprietária com o domínio do bem cedido, para retomá-lo a qualquer momento ou recebê-lo ao término do prazo da cessão."

A matéria em exame está legitimada e obedece os seguintes dispositivos legais: art. 54, § 1º, III; art. 78, III e XI; ambos da Constituição Estadual.

Constituição Estadual:

Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...
III – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

...
III – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

...
XI – celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas;

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista o largo alcance social do Projeto de Lei n. 53/2006, de autoria do Poder Executivo, e por estar consubstanciado na legislação civil e na Constituição do Estado, art. 9º, § 1º, e, por entender que a matéria em tela traduz-se cristalina quanto a sua propositura e está fulcrada na reserva legal assegurada ao governador (art. 54, § 1º, III) do mesmo diploma legal, e em consequência, não encontrando óbices do ponto de vista constitucional, jurídico ou legal, opino pela **APROVAÇÃO** do projeto acima referido, juntamente com a **Emenda Supressiva n. 4/2006**, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer.
S.M.J.

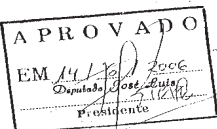
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
14 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-910 - fone (68) 3224 1760 - 3224 1797 home page: alacac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3224 2010 Fax 3224 6850 site: www.alacac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PROJETO DE LEI N. 53/2006

AUTOR: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a realizar cessão de imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre ao município de Sena Madureira."

EMENDA SUPRESSIVA N. 4/2006

Suprima-se do art. 2º do Projeto de Lei n. 53/2006 a expressão "a ser implantado na área bucal".

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
14 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-910 - fone (68) 3224 1760 - 3224 1797 home page: alacac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3224 2010 Fax 3224 6850 site: www.alacac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)

JOSÉ LUIS (BPM)

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSÉ LUIS (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado HÉLIO LOPES (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)

JOSÉ VIEIRA (PSDB)

NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)

ELSON SANTIAGO (BPM)

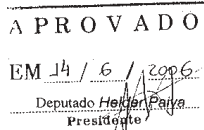
ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



PARECER N. 24/2006

PROJETO DE N. 54/2006

AUTORA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo Estadual a alienar bens móveis inservíveis dos órgãos da Administração Pública direta e indireta."

RELATOR: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Nos termos facultados pelo art. 65 do Regimento Interno, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, para exarar parecer à matéria acima ementada.

Para tanto, o Governador do Estado, sabedor da competência que lhe consagra a Carta Magna Acreana de dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, propõe a esta Casa de Leis, a alienação de bens públicos, afim de que possa levar a cabo o processo de desfazimento dos bens inservíveis, em observância ao princípio da legalidade, bem como da economia administrativa.

A propósito, em Direito Administrativo Brasileiro de Hely Lopes Meireles, 16ª edição atualizada pela Constituição de 1988, assim dispõe:

"A administração dos bens públicos compreende normalmente a utilização e conservação do patrimônio público, mas, excepcionalmente, pode a administração ter necessidade ou interesse na alienação de alguns de seus, caso em que deverá atender as exigências especiais impostas por normas superiores".

Assim, nos ensina, ainda, o renomado mestre que:

"alienação é toda transferência de propriedade remunerada, gratuita, sob a forma de venda, permuta, doação, doação em pagamento, investidura, legitimação de posse ou concessão de domínio."

Qualquer dessas formas de alienação pode ser utilizada pela administração, desde que satisfaça as exigências administrativas para o contrato alienador e atenda aos requisitos do instituto específico."

Em sentido formal preleciona o mestre **HEL Y LOPES MEIRELLES**, em "Direito Administrativo Brasileiro", que a Administração é o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias ao serviço público em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Assim, dispõe a Carta Magna estadual em seu art. 54, § 1º, incisos III e VI e 78, VI, *in verbis*:

"Art. 54...

§ 1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...
III – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

...
VI – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos do Poder Executivo.

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

...
VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da Lei."

No tocante a parte orçamentária e financeira, o projeto em tela atende as despesas advindas da implementação suportadas pelo orçamento em vigor.

A forma disciplinada nos termos do art. 9º, § 1º c/c o art. 45, inciso XIV, ambos da Constituição Estadual, estabelecem de forma clara que:

"Os bens móveis e imóveis pertencentes ao Estado, não poderão ser doados, permutados, cedidos, aflorados ou alienados, senão em virtude de lei específica".

Os bens públicos indicados no art. 66 do Código Civil, são inalienáveis; só perderão a inalienabilidade, que lhes é peculiar, nos casos e formas que a lei prescrever (c.c. art. 67). Os bens públicos são, pois, alienáveis, desde que o permitam as leis ordinárias.

Saliente-se aqui, que o Poder Executivo, ao submeter ao exame desta Comissão a alienação de bens públicos dos bens inservíveis, age em estrita observância da Constituição Estadual, não partindo sobre a propositura da matéria, nenhuma ilegalidade, pois, a sua feitura atende aos limites da Constituição e da Lei Civil pertinente, estando, portanto, revestida de eficácia jurídica quanto a sua legitimidade.

II – PARECER

Do exposto e tendo em vista que o Projeto de Lei n. 54/2006, de autoria do Poder Executivo, está consubstanciado nos arts. 9º, § 1º, incisos III e 78 VI, todos da Constituição Estadual, e com os preceitos da Lei n. 4.320/64 e com o orçamento anual, assim, não encontrando entraves de ordem legal, jurídica e constitucional, opino pela **APROVAÇÃO** respeitando, contudo, decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado **ILSON RIBEIRO**",
14 de junho de 2006.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**
VICE-PRESIDENTE: Deputado **FERNANDO MELO (PT)**

TITULARES:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE S:
Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **JOSÉ LUÍS (BPM)**
VICE-PRESIDENTE: Deputado **HÉLIO LOPES (PMDB)**

TITULARES:
Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ VIEIRA (PSDB)
NOGUEIRA LIMA (PPS)

SUPLENTE S:
Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**
VICE-PRESIDENTE: Deputado **FRANCISCO VIGA (PT)**

TITULARES:
Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE S:
Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

APROVADO

EM 14/6/2006

Deputado Helder Paiva
Presidente

PARECER N. 22/2006
PROJETO DE LEI N. 55/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, para exarar parecer no Projeto de Lei n. 55/2006, encaminhada pelo Poder Executivo, cuja ementa dispõe: "Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 maio de 1974", por que distribuição, coube-me a relatoria.

Nos termos da Carta Magna Estadual em seus arts. 54 caput e 78, III, VI dispõe, in verbis:

"A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

...

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização eo funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

...

Aduz o Chefe do Executivo na mensagem que encaminha a esta Casa;

O objetivo central da presente matéria, visa inserir requisitos indispensáveis à matrícula nos estabelecimentos de ensino militar estadual.

A proposição em tela cria requisitos para matrícula nos Estabelecimentos de Ensino Militar Estadual, além das condições relativas à nacionalidade, idade, aptidão intelectual, capacidade física, idoneidade moral e exame psicotécnico.

O projeto em análise se encontra em estrita consonância com a lei orçamentária em vigor, não havendo assim, entraves à sua aprovação. É permitido ao Chefe do Poder Executivo, fazer alterações e dequações na estrutura do estatuto dos servidores públicos, conforme a necessidade deste.

As despesas advindas da aprovação deste projeto de lei, serão suportadas pelo orçamento em vigor.

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista que a matéria, de autoria do Poder Executivo, está consubstanciado na legislação civil, financeira e orçamentária e na Constituição do Estado, art. 54 caput e 78, III, VI, opino pela legalidade e jurisdição e, em consequência, recomendo **APROVAÇÃO** do projeto de lei n. 55/2006, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do Soberano Plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
14 de junho de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)
JOSÉ LUIS ()
ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:

Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)
FERNANDO MELO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 19/01/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 4/2006

AUTORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO

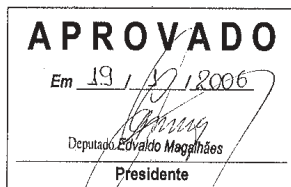
EMENTA: "Altera as tabelas constantes dos Anexos IV e V da Lei n. 1.429, de 4 de janeiro de 2002."

PARECER N. 6/2006 REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 4/2006, de autoria do Ministério Público, que "Altera as tabelas constantes dos Anexos IV e V da Lei n. 1.429, de 4 de janeiro de 2002."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
19 de janeiro de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 4/2006

AUTORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO

EMENTA: "Altera as tabelas constantes dos Anexos IV e V da Lei n. 1.429, de 4 de janeiro de 2002."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

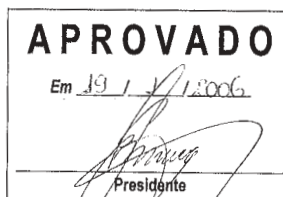
FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O vencimento inicial dos cargos de provimento efetivo e cargos em comissão constante dos Anexos IV e V da Lei n. 1.429, de 4 de janeiro de 2002, ficam reajustados em dez por cento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Acre.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro de 2006.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
19 de janeiro de 2006Deputado EDVALDO MAGALHÃES
RelatorAssembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alenc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejra.ac.gov.br

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 4/2006

AUTORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO

EMENTA: "Altera as tabelas constantes do Anexo IV do art. 12 e Anexo V do art. 14, da Lei n. 1.429, de 4 de janeiro de 2001."

EMENDA DE REDAÇÃO N. 1/2006

Dê-se a emenda do Projeto de Lei n. 4/2006, a seguinte redação:

"Altera as tabelas constantes dos Anexos IV e V da Lei n. 1.429, de 4 de janeiro de 2002."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
19 de janeiro de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alenc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejra.ac.gov.br

III - PARECER:

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado DELORGE CAMPOS (BSC)

TITULARES:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)

HÉLIO LOPES (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

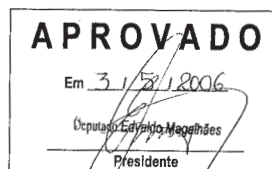
NALUH GOUVEIA (PT)

ELSON SANTIAGO (BPM)

DINHA CARVALHO (PL)

JOSÉ LUIS (PMN)

HELDER PAIVA (PSDB)

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 27/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

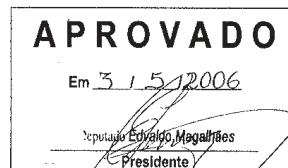
EMENTA: "Altera dispositivos das Leis ns. 1.013, de 19 de dezembro de 1991 e 1.704, de 26 de janeiro de 2006, e dá outras providências."

PARECER N. 13 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 27/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos das Leis ns. 1.013, de 19 de dezembro de 1991 e 1.704, de 26 de janeiro de 2006, e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de maio de 2006Deputado EDVALDO MAGALHÃES
RelatorAssembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alenc.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.cejra.ac.gov.br

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 27/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera dispositivos das Leis ns. 1.013, de 19 de dezembro de 1991 e 1.704, de 26 de janeiro de 2006, e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 7º do art. 8º da Lei n. 1.704, de 26 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º...

§ 7º Fica assegurado aos servidores que não fizeram a opção de que trata o § 1º deste artigo o direito de permanecerem recebendo seus vencimentos de acordo com as escalas de padrões de vencimentos atualmente vigentes para os quadros de profissionais a que pertencem, mantidas as atuais referências de seus cargos e jornada de trabalho de quarenta horas semanais, salvo as carreiras em que lei específica estabeleça duração diversa." (NR)

Art. 2º Os Anexos I, II, XI (Tabela de Vencimentos – Nível Médio), XI (Tabela de Vencimentos – Nível Superior – 40h) e XI (Tabela de Vencimentos – Fiscal da Receita Estadual – 40h) da Lei n. 1.704, de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO I PODER EXECUTIVO		
Cargos	Quantidade	
Analista de Sistema	30	
Analista de Suporte Técnico	10	
Arquiteto	17	
Arquivista	3	
Assistente Jurídico	33	
Assistente Social	49	
Bibliotecário	1	
Biólogo	87	
Biomédico	16	
Bioquímico	43	
Contador	6	
Economista	22	
Enfermeiro	338	
Engenheiro	123	
Estatístico	3	
Farmacêutico	49	
Fiscal da Receita Estadual	136	
Físico Médico	2	
Fisioterapeuta	52	
Fonoaudiólogo	16	
Geógrafo	28	
Médico	527	
Médico Veterinário	43	
Nutricionista	13	
Odontólogo	134	
Psicólogo	46	
Sociólogo	2	
Técnico em Administração	4	
Técnico em Assuntos Culturais	21	
Técnico em Comunicação Social	5	
Técnico em Educação	96	
Tecnólogo em Construção Civil	13	
Tecnólogo em Haveicultura	39	
Tecnólogo em Topografia Estrada	12	
Terapeuta Ocupacional	4	
Zootecnista	8	

ANEXO II FUNDAÇÕES		
Entidades	Cargos de nível superior	Quantidade
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Social	Técnico de nível superior	5
Fundação de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto	Técnico em assuntos culturais	13
	Advogado	1
	Analista de suporte técnico	1
	Arquiteto	4
	Biólogo	4
	Contador	1
	Engenheiro cartógrafo	3
	Engenheiro agrônomo	4
	Engenheiro civil	5
	Engenheiro florestal	11
Fundação de Tecnologia do Estado do Acre	Engenheiro mecânico	1
	Engenheiro químico	1
	Farmacêutico/bioquímico	1
	Geógrafo	1
	Geólogo	1
	Economista	1
	Desenhista industrial	1
	Sociólogo	1
	Tecnólogo	9
Fundação do Bem Estar Social	Técnico em educação	7
	Técnico em educação física	2
	Administrador	1
Fundação Elias Mansour	Analista de suporte técnico	1
	Arquiteto	1
	Arquivista	1
	Bibliotecário	5
	Contador	1
	Historiador	5
	Museólogo	1
Fundação Escola do Servidor Público do Estado do Acre	Contador	1
	Psicólogo	1

ANEXO XI TABELAS DE VENCIMENTOS NÍVEL MÉDIO "..." GRATIFICAÇÕES	
Adicional de Titulação	
Curso de formação – Nível Superior	20%
Profissionais de Saúde – 40h	
Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia	
Adicional de Urgência/Emergência	48,00

ANEXO XI TABELAS DE VENCIMENTOS NÍVEL SUPERIOR – 40h "..." GRATIFICAÇÕES	
Adicional de Titulação	
Pós-Graduação lato sensu	7,5%
Mestrado	15%
Doutorado	20%
Adicional de Localização (Regulamentado por decreto)	5% a 15%
PROFISSIONAL DE SAÚDE	
Médico	
Adicional de Atividade Complexa	2.000,00
Adicional de Urgência/Emergência	1.200,00
Adicional de Dedicação Exclusiva (Regulamentado por decreto)	600,00
Assistente Social, Biológico, Biomédico, Bioquímico, Cirurgião Dentista, Enfermeiro, Engenheiro Sanitarista, Farmacêutico, Físico Médico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista e Psicólogo	
Adicional de Urgência/Emergência	450,00
Adicional de Localização (Regulamentado por decreto)	5% a 15%

ANEXO XI TABELAS DE VENCIMENTOS FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – 40h "..." GRATIFICAÇÕES	
Adicional de Titulação	
Pós-graduação lato sensu	7,5%
Mestrado	15%
Doutorado	20%
Gratificação de Produtividade (Regulamentada por decreto)	Até 125%

Art. 3º O Anexo XI (enquadramento) da Lei n. 1.704, de 2006, fica renumerado como Anexo XII e passa a vigorar com a seguinte alteração:

ANEXO XII

"..."

ENQUADRAMENTO

SUPERIOR

DIRETAS			SAÚDE				
VENCIMENTO BÁSICO			VENCIMENTO BÁSICO				
NÍVEL	40 horas		NÍVEL	30 horas	40 horas		
1	1.200,00	2.000,00	4	1.389,15	2.000,00		
2	1.260,00		5	1.458,61			
3	1.323,00		6	1.531,54			
4	1.389,15		7	1.608,11			
5	1.458,61		8	1.688,52			
6	1.531,54		9	1.772,95			
7	1.608,11		10	1.861,59			
8	1.688,52		11	1.954,67			
9	1.772,95		12	2.052,41			
10	1.861,59		13	2.155,03		2.200,00	
11	1.954,67	2.400,00	14	2.262,78	2.400,00		
12	2.052,41		15	2.375,92			
13	2.155,03		16	2.494,71			
14	2.262,78		17	2.619,45			
15	2.375,92		18	2.750,42			
16	2.494,71		19	2.887,94			
17	2.619,45		20	3.032,34			
18	2.750,42		21	3.183,96			
							3.000,00
							3.200,00
					3.400,00		

Art. 4º No Anexo XIII (Tabela de Vencimentos – Educação) da Lei 1.704, de 2003, fica substituída a expressão "janeiro/2006" por "janeiro/2007".

Art. 5º O Art. 1º da Lei n. 1.013, de 19 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre é fixado em um mil, setecentos e trinta e seis componentes, entre militares do sexo masculino e feminino.

Parágrafo único. O efetivo de que trata o caput deste artigo terá a proporcionalidade de noventa por cento reservada aos militares do sexo masculino e dez por cento a militares do sexo feminino".

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur de Azevedo, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: acre.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.celja.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

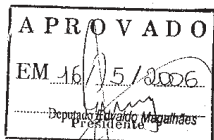
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUÍS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)

ASSIMILADA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



RELATORIA: Deputado THAUMATURGO LIMA

I - RELATÓRIO

Tramita ordinariamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para análise e parecer, o Projeto de Lei n. 10/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente proposição tem por objetivo instituir o dia estadual do Oficial de Justiça, a ser comemorado no dia 7 de dezembro de cada ano.

Aduz o autor da matéria em sua justificativa, que "trata-se de uma categoria que desempenha suas atividades no cumprimento de mandados, contribuindo para o andamento dos processos judiciais e para a fiel aplicação da lei e da justiça, categoria esta que merece ser homenageada dada a grande importância de suas atividades no âmbito do Poder Judiciário, beneficiando a população em geral que necessita do efetivo desempenho de tais atividades para ver concretizada suas pretensões.

II - PARECER

Ante o exposto, nada tendo a opor no tocante à instituição do Dia do Oficial de Justiça, a ser comemorado no dia 7 de dezembro de cada ano, bem assim, a admissibilidade e propositura da matéria em exame que está fulcrada no art. 54, caput, da Constituição Estadual, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 10/2006, respeitando, todavia, a decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano plenário deste parlamento.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
4 de maio de 2006

Deputado THAUMATURGO LIMA
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

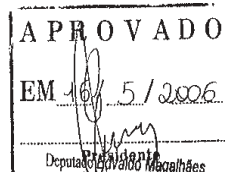
Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUÍS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



PARECER N. 15/2006

PROJETO DE LEI N. 11/2006

AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ

EMENTA: Institui o Selo Empresa Inclusiva e adota outras providências."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Conforme preceitua o art. 24, do Regimento Interno desta Corte de Leis, tramita nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para a devida apreciação e emissão de parecer, o Projeto de Lei n. 11/2006, de autoria do Ilustre Deputado Moisés Diniz, que no seu bojo, "Institui o Selo Empresa Inclusiva e adota outras providências".

Para uma melhor compreensão dos nobres pares do objetivo central da presente propositura, citamos seu teor principal:

Art. 1º Fica instituído o selo *Empresa Inclusiva*, de reconhecimento ao mérito das iniciativas empresariais que favoreçam a integração e a melhoria da qualidade de vida, por qualquer forma, das pessoas com deficiência.

Art. 2º Serão consideradas iniciativas empresariais favoráveis à inclusão das pessoas com deficiência, dentre outras:

I – a reserva de postos de trabalho específicos;

II – a capacitação para o exercício de funções de maior remuneração;

III – a adoção de soluções arquitetônicas que favoreçam a acessibilidade, tanto para empregados como para o público em geral; e

IV – a promoção ou patrocínio de eventos culturais ou desportivos dirigidos a esse segmento.

Art. 3º As empresas interessadas em se credenciar ao selo *Empresa Inclusiva* deverão requerê-lo à comissão avaliadora especificamente criada para analisar as iniciativas, e à qual competirá deferir, ou não, a participação da empresa.

Parágrafo único. A composição da comissão avaliadora referida no caput será de exclusiva competência do Poder Executivo.

Art. 4º O deferimento pela comissão avaliadora proporcionará à empresa o direito ao uso publicitário do título *Empresa Inclusiva*, chancela oficial que poderá ser utilizada nas veiculações publicitárias que promova, bem como em seus produtos, sob a forma de selo impresso.

Art. 5º O prazo de participação e uso publicitário do selo *Empresa Inclusiva*, na forma do disposto no art. 4º será de dois anos, podendo ser renovado por iguais períodos, sempre condicionado a outras iniciativas que venham a ser adotadas pela empresa, ou, a critério da comissão avaliadora, à manutenção das iniciativas já em curso.

Art. 6º O poder executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação, especialmente quanto à composição da comissão avaliadora, bem como ao modelo do selo a ser adotado.

A iniciativa em epígrafe tem por objetivo contemplar as empresas que favoreçam a integração e a melhoria de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nobres pares, quando o legislador constitucional previu a igualdade perante a lei, significa dizer que, a igualdade de um direito e obrigação não se dirige a pessoas iguais entre si, mas àquelas que são iguais sob os aspectos tomados em consideração pela norma, o que implica que os "iguais" podem diferir totalmente sobre outros aspectos ignorados ou considerados como irrelevantes pelo legislador.

Vale dizer que as pessoas ou situações são iguais ou desiguais de modo seletivo, ou seja, sob certos aspectos.

II - PARECER

Não havendo óbices à proposição analisada, e por considerar que a matéria em tela não fere dispositivos constitucionais, jurídicos e legais, recomendamos a **aprovação**, juntamente com as Emendas Modificativa n.º 8 e Aditiva n.º 3/2006, do Projeto de Lei n.º 11/06, submetendo-o à decisão do Plenário desta Augusta Casa Legislativa.

É o Parecer,
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de maio de 2006.
Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO
EM 16/5/2006
Deputado Edvaldo Magalhães

PROJETO DE LEI N. 11/2006
AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ
EMENTA: Institui o Selo *Empresa Inclusiva* e adota outras providências."

EMENDA ADITIVA N. 3 /2006

Adite-se ao final do inciso III do art. 2º do Projeto de Lei n.º 11/2006, a seguinte expressão:

"... portadores de necessidades especiais."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de maio de 2006.
Deputado EDVALDO MAGALHÃES

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO
EM 16/5/2006
Deputado Edvaldo Magalhães

PROJETO DE LEI N. 11/2006
AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ
EMENTA: Institui o Selo *Empresa Inclusiva* e adota outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. 8 /2006

Substitua-se no Projeto de Lei n.º 11/2006, a expressão pessoas com deficiência pela seguinte expressão: **Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais**.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
3 de maio de 2006.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)

APROVADO
EM 16/5/2006
Presidente
Deputado Edvaldo Magalhães

PARECER N. 16 /2006
PROJETO DE LEI N. 14/2006
AUTORIA: Deputado JOSÉ BESTENE
EMENTA: "Institui curso de profissionalização aos ex-reeducando."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Tramita ordinariamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para análise e parecer, o Projeto de Lei n.º 14/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente propositora tem por objetivo obrigar o Estado a criar uma entidade ou departamento para viabilizar profissionalização aos reeducando quando os mesmos saírem para gozo de liberdade condicional, semi-aberto ou livramento total.

E ainda manter uma equipe técnica composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Sociólogo para orientação social bem como advogado para orientação jurídica.

Todas as atividades desenvolvidas nesse âmbito estarão voltadas à recuperação, socialização e inserção social do ex-apenado, bem como reintegração dele à sociedade.

Ter uma equipe que trabalhe na criação de convênios, parcerias e incentivo junto aos órgãos interessados em participar deste programa e finalmente atribui a competência de administrar e de fiscalizar e dar continuidade ao programa, ao poder público.

A luz do direito dispõe o texto constitucional, *in verbis*:

Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária; (negrito nosso).

IV - serviços públicos do Estado,...;

...

VI - criação, estruturação e atribuições de Secretarias de Estado e órgão do Poder Executivo.

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

I - ...

...

VI - dispõe sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei."

II - PARECER

Em face ao exposto a proposta incorre em **inconstitucionalidade** caracterizada pela invasão de competência legislativa, quanto a iniciativa da matéria privativa do Chefe do Poder Executivo, quando o projeto objetiva obrigar o Estado a criar uma entidade ou departamento para viabilizar profissionalização aos reeducando quando os mesmos saírem para gozo de liberdade condicional, semi-aberto ou livramento total.

E ainda manter uma equipe técnica composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Sociólogo para orientação social bem como advogado para orientação jurídica, esbarrando no princípio da independência e harmonia entre os Poderes, insculpido no art. 2º da Constituição Federal e art. 6º e §§ da Constituição Estadual.

Ao disciplinar matéria de cunho orçamentário administrativo, inerente ao funcionamento de órgãos integrante da estrutura do Poder Executivo, definindo procedimentos e impondo condutas, a matéria fere competência reservada ao Chefe do Executivo Estadual, conforme art. 54, § 1º, III, IV, VI art. 78, VI, ambos da Constituição Estadual, assim, declino-me pela inconstitucionalidade da matéria no tocante a sua iniciativa, ressaltando desde já seus aspectos de relevante valor social, e em consequência opino pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei n. 14/2006, respeitando, todavia, a sábia decisão do soberano plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"

4 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

JOSÉ LUIS (BPM)

NALUH GOUVEIA (PT)

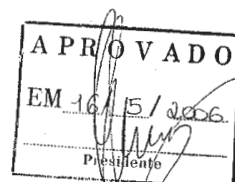
VALMIR FIGUEREDO (PT)

PARECER N. 17/2006

PROJETO DE LEI N. 17/2006

AUTORIA: Deputado HELDER PAIVA

EMENTA: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de perícia anual, com a apresentação dos respectivos laudos técnicos, em pontes integrantes das rodovias e estradas estaduais e dá outras providências."



RELATORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

I - RELATÓRIO

Tramita ordinariamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para análise e parecer, o Projeto de Lei n. 17/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente propositora tem por objetivo "instituir, no âmbito do Estado do Acre, a obrigatoriedade da realização anual de perícia técnica e acompanhamento das condições referentes à construção civil e à engenharia de materiais utilizados em pontes integrantes do sistema de rodovias e estradas estaduais, com a respectiva elaboração e divulgação de laudos técnicos.

Incumbirá ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infra-estrutura Aeroportuária - DERACRE, órgão do poder público responsável, conforme o caso, a responsabilidade pelo cumprimento do que é exigido no caput deste artigo.

Aduz o autor da matéria em sua justificativa: "O projeto de lei em tela visa, entre outros objetivos, garantir a preservação da vida dos usuários das rodovias e das estradas que compõem o sistema viário do Estado do Acre, numa ação preventiva e responsável da autoridade pública. Ademais, a nova forma de administração do Estado pressupõe, entre outras exigências da sociedade, a qualidade no atendimento prestado ao consumidor, através do estabelecimento de quesitos que visem à proteção à integridade física e à saúde do consumidor."

Temos em mente que, ao aprovarmos este projeto de lei, estaremos contribuindo, sensivelmente, para que a qualidade dos serviços públicos, prestados direta ou indiretamente, venham a ganhar maior credibilidade junto aos usuários desses serviços, bem como se administrará com maior eficiência e se economizará o dinheiro público, uma vez que toda ação preventiva, bem programada, evita gastos maiores e indenizações desnecessárias."

A luz do direito dispõe o texto constitucional, *in verbis*:

Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária; (negrito nosso).

IV - serviços públicos do Estado,...;

...

VI – criação, estruturação e atribuições de Secretarias de Estado e órgão do Poder Executivo.

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

I - ...

...

VI – dispõe sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei."

II – PARECER

Em face ao exposto a proposta incorre em inconstitucionalidade caracterizada pela invasão de competência legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, no tocante a sua iniciativa, quando o projeto objetiva "institui, no âmbito do Estado do Acre, a obrigatoriedade da realização anual de pericia técnica e acompanhamento das condições referentes à construção civil e à engenharia de materiais utilizados em pontes integrantes do sistema de rodovias e estradas estaduais, com a respectiva elaboração e divulgação de laudos técnicos.", esbarrando no princípio da independência e harmonia entre os Poderes, insculpido no art. 2º da Constituição Federal e art. 6º e §§ da Constituição Estadual.

Ao disciplinar matéria de cunho orçamentário e de atribuições da organização administrativa, inerente ao funcionamento de órgãos integrante da estrutura do Poder Executivo, definindo procedimentos e impondo condutas, a matéria fere competência reservada ao Chefe do Executivo Estadual, conforme art. 54, § 1º, III, IV, VI, art. 78, VI, ambos da Constituição Estadual, assim, declino-me pela inconstitucionalidade da matéria e conseqüente **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei n. 17/2006, respeitando, todavia, a sábia decisão do soberano plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"

3 de maio de 2006

Deputado CHAGAS ROMÃO

Relator

Asssembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Afonso Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: leac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

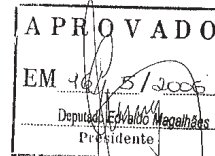
JOSÉ LUIS (BPM)

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PARECER N. 18 /2006

PROJETO DE LEI N. 20/2006

AUTOR: Deputado MOISÉS DINIZ

EMENTA: "Estabelece disponibilidade relativa de presidentes de bairro que sejam funcionários públicos estaduais".

RELATORIA: Deputado FERNANDO MELO

I - RELATÓRIO

Tramita ordinariamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para análise e parecer, o Projeto de Lei n.20/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente propositura tem por objetivo central conceder disponibilidade de meio expediente pela parte da manhã para servidores dos três poderes que estejam no exercício de presidente de bairros, benefício este que poderá ser estendido a outros membros da Diretoria por deliberação da Assembléia Geral, disponibilidade esta limitada a dois anos consecutivos.

À luz do direito dispõe o texto constitucional, in verbis:

Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária; (negrito nosso).

IV - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargo, estabilidade, aposentadoria...;

...

VI – criação, estruturação e atribuições de Secretarias de Estado e órgão do Poder Executivo.

Art. 78. Compete privativamente ao Governador do Estado:

I - ...

...

VI – dispõe sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei."

II – PARECER

Em face ao exposto a proposta incorre em inconstitucionalidade caracterizada pela invasão de competência legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo no tocante a iniciativa da matéria, quando o projeto objetiva "instituir, o benefício da disponibilidade de expediente pela parte da manhã para os servidores públicos dos três poderes investidos no cargo de presidente de Bairro, esbarrando no princípio da independência e harmonia entre os Poderes, insculpido no art. 2º da Constituição Federal e art. 6º e §§ da Constituição Estadual.

Ao disciplinar matéria de cunho da organização administrativa, em especial matéria do regime jurídico único dos servidores públicos, inerente ao funcionamento de órgãos integrante da estrutura do Poder Executivo, definindo procedimentos e impondo condutas, a matéria fere competência reservada ao Chefe do Executivo Estadual, conforme art. 54, § 1º, III, IV, VI art. 78, VI, ambos da Constituição Estadual, assim, declino-me pela inconstitucionalidade da matéria e conseqüente **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei n. 20/2006, respeitando, todavia, a sábia decisão do soberano plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
3 de maio de 2006

Deputado FERNANDO MELO
Relator

Asssembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Afonso Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: leac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

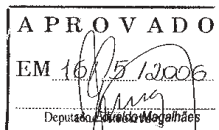
SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PARECER N. 19 J2006
PROJETO DE LEI N. 22/2006
AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ
EMENTA: "Institui o Dia Estadual do Conselheiro Tutelar."

RELATORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

I - RELATÓRIO

Tramita ordinariamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para análise e parecer, o Projeto de Lei n. 22/2006, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente proposição tem por objetivo instituir o dia estadual do Conselheiro Tutelar, a ser comemorado no dia 18 de novembro de cada ano.

Aduz o autor da matéria em sua justificativa, que "Com a Carta Magna de 1988 – a "Constituição Cidadã" – surge de modo explícito e formal no Brasil a idéia de proteção integral à criança e ao adolescente pela família, pela sociedade e pelo Estado (art. 226,227,228 e 229).

A partir dessas provisões constitucionais, e após grande mobilização da sociedade brasileira, tornou-se realidade o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069/90), que dentre outras medidas, prevê no âmbito do Poder Público a atuação subsidiária do Conselho Tutelar (art. 131) no que tange à proteção integral da criança e do adolescente.

Ante as assertivas acima expostas cristalino está a nobre função do Conselheiro Tutelar, contribuindo com o social em especial da criança e do adolescente o que o faz merecedor desta justa homenagem, ou seja, a lembrança do seu dia a ser comemorado anualmente no dia 18 de novembro.

II – PARECER

Ante o exposto, nada tendo a opor no tocante à instituição do Dia do Conselheiro Tutelar, a ser comemorado no dia 18 de novembro de cada ano, bem assim, a admissibilidade e propositura da matéria em exame que está fulcrada no art. 54, caput, da Constituição Estadual, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 22/2006, respeitando, todavia, a decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano plenário deste parlamento.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro"
3 de maio de 2006

Deputado CHAGAS ROMÃO
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

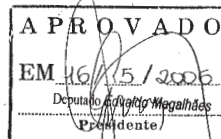
SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PARECER N. 20 J2006
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 02/2006
AUTORIA: Deputado HELDER PAIVA
EMENTA: "Fica criada, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a Câmara Setorial Temática e dá outras providências."

RELATORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

Conforme preceitua o art. 24, do Regimento Interno desta Corte de Leis, tramita nesta comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para a devida apreciação e emissão do competente parecer, o Projeto de Lei n. 02/2006, de autoria do Deputado Helder Paiva, que em seu bojo, fica criada, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a Câmara Setorial Temática e dá outras providências."

A iniciativa em epígrafe tem por objetivo primordial disciplinar o bom funcionamento desta Casa, e tornar efetiva e prática a tramitação das matérias nas Comissões Técnicas.

Assim, em que pese a nobre motivação do Deputado, Helder Paiva ao gerar a proposição em exame, manifestamo-nos pela sua REJEIÇÃO.

Preliminarmente, reservados os aspectos de mérito da matéria, esta relatoria, por força regimental, pronuncia-se sobre o que esta disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

À presente propositura não justifica-se pois a mesma já é contemplada no art. 280 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a seguir transcrito:

Nos termos do Regimento Interno no seu art. 280, dispõe, *in verbis*:

"Art. 280. Cada comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinente à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.

..."

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista em que a matéria em exame, no tocante a sua propositura, já esta contemplada no Regimento Interno desta Corte de Leis, recomendamos a REJEIÇÃO do Projeto de Lei n. 02/2006, ora analisado sob o enfoque que nos é permitido respeitando, contudo, decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer
S.M.J

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
3 de maio de 2006

Deputado CHAGAS ROMÃO
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

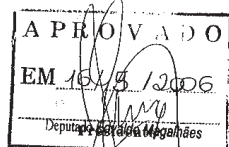
SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUÍS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PARECER N. 21 /2006

MOÇÃO N. 02/2006

AUTORIA: Deputada NALUH GOUVEIA

EMENTA: "Moção de Aplauso às mulheres batalhadoras, mães, donas de casa e guardiãs de militantes dos movimentos populares e sindicais do nosso Estado."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 172 do Regimento Interno, tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação a Moção de Aplauso n. 02/2006, de autoria da Deputada Naluh Gouveia.

Apresentamos, "Moção de Aplauso às mulheres batalhadoras, mães, donas de casa e guardiãs de militantes dos movimentos populares e sindicais do Estado do Acre".

Esta homenagem é feita a todas as mulheres que participaram das causas sociais em nosso Estado representada pelas senhoras: Inês Júlia Camelo, Sílvia Maluf Faraht, Iolanda Souza e Silva e Edith Fecury.

Estas senhoras são donas de casa, professoras e funcionárias públicas que dedicaram suas vidas aos seus familiares e às causas da sociedade, sempre procurando contribuir na construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Além disso, tiveram uma participação efetiva ao apoiar os militantes integrantes de movimentos populares sindicais de nosso Estado.

Apesar das dificuldades enfrentadas por essas senhoras, elas conseguiram com muita coragem e determinação educar seus filhos e vê-los formados exercendo cargos e profissões nas mais diversas áreas.

II - PARECER

Obedecidas as normas constantes do Regimento Interno somos favorável a APROVAÇÃO da Moção n. 02 /2006, respeitando, contudo, a decisão da Comissão.

Sala das Comissões Deputado Ilson Ribeiro
3 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

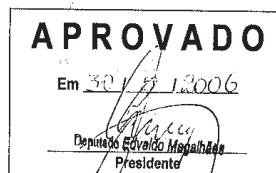
SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUÍS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 40/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Institui Programa de Incentivos Tributários para Empresas do Setor Sucroalcooleiro instaladas no Pólo Agroindustrial de Capixaba."

PARECER N. 22 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 40/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Institui Programa de Incentivos Tributários para Empresas do Setor Sucroalcooleiro instaladas no Pólo Agroindustrial de Capixaba."

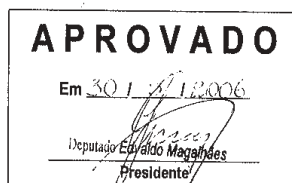
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

30 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 40/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Institui Programa de Incentivos Tributários para Empresas do Setor Sucroalcooleiro instaladas no Pólo Agroindustrial de Capixaba."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º À Indústria do Setor Sucroalcooleiro localizada no Pólo Agroindustrial de Capixaba,

criado pela Lei n. 1.636, de 30 de março de 2005, já instalada, que vier a se instalar, em implantação, em ampliação ou em modernização, poderá ser concedido incentivo tributário na modalidade de financiamento direto ao contribuinte, limitado ao total do investimento realizado, mediante a dedução de até noventa e cinco por cento dos saldos devedores do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS próprio, declarados no Demonstrativo de Apuração Mensal – DAM, a ser utilizado no prazo de até duzentos e quarenta meses.

§ 1º São considerados investimentos os gastos destinados exclusivamente à produção, realizados com aquisição de máquinas, equipamentos, instalações, obras de infra-estrutura, inclusive construções, bem como aqueles realizados no campo agrícola assim definidos em regulamento, excluídos terrenos e veículos de passeio.

§ 2º Sobre os valores financiados dos benefícios fiscais concedidos incidirá taxa administrativa de dois por cento do valor declarado do financiamento, que será pago mediante Documento de Arrecadação Estadual – DAE, antes da homologação da parcela, a ser devido a partir da utilização do benefício financiado por esta lei.

§ 3º Aplica-se, no que couber, ao benefício previsto neste artigo, os dispositivos contidos na Lei n. 1.358, de 29 de dezembro de 2000.

Art. 2º A Secretaria de Fazenda e Gestão Pública concederá às indústrias estabelecidas e em operação no Pólo Agroindustrial de Capixaba regime especial de tributação relativamente ao ICMS, em substituição à sistemática normal de apuração, ao estabelecimento produtor de Álcool Etílico Hidratado Combustível – AEHC, Álcool Etílico para Outros Fins – AEOF, Álcool Etílico Anidro Combustível – AEAC e açúcar.

§ 1º O regime especial de tributação é opcional, sendo necessária, para sua concessão, a manifestação expressa do contribuinte, mediante requerimento apresentado à Secretaria de Fazenda e Gestão Pública.

§ 2º O regime especial somente será concedido a contribuinte que esteja regular com suas obrigações tributárias principal e acessórias perante a Fazenda Estadual e não inscrito em Dívida Ativa do Estado.

Art. 3º O regime especial de tributação previsto no art. 2º corresponde à concessão de crédito presumido nos seguintes percentuais, a serem aplicados sobre o montante das respectivas operações de vendas praticadas pelo contribuinte sucroalcooleiro, com produtos por ele produzidos:

I – nas saídas internas de:

- a) Álcool Etílico Hidratado Combustível – AEHC: sete por cento;
- b) Álcool Etílico para Outros Fins – AEOF: sete por cento;
- c) Álcool Etílico Anidro Combustível – AEAC: sete por cento; e
- d) açúcar: dois por cento.

II – nas saídas interestaduais de:

- a) Álcool Etílico Hidratado Combustível – AEHC: nove por cento;
- b) Álcool Etílico para Outros Fins – AEOF: nove por cento;
- c) Álcool Etílico Anidro Combustível – AEAC: nove por cento; e
- d) açúcar: nove por cento.

III – nas saídas destinadas à exportação de:

- a) Álcool Etílico Hidratado Combustível – AEHC: dois por cento;
- b) Álcool Etílico para Outros Fins – AEOF: dois por cento;
- c) Álcool Etílico Anidro Combustível – AEAC: dois por cento; e
- d) açúcar: dois por cento.

§ 1º O crédito presumido estabelecido neste artigo será utilizado pelo contribuinte em substituição ao sistema normal de apuração, exclusivamente para o fim de compensação com o débito do imposto próprio apurado pelo respectivo estabelecimento produtor, ainda que decorrente de operações de exportação para o exterior.

§ 2º Fica vedada a utilização de quaisquer outros créditos, para quaisquer fins, inclusive os decorrentes de operações de exportação para o exterior.

§ 3º O crédito presumido calculado conforme previsto nas alíneas "a" e "c" do inciso I e nas alíneas "a" e "c" do inciso II somente se aplica às saídas destinadas a distribuidora de combustíveis, como tal definida e autorizada pelo órgão federal competente, e à Petrobrás S/A – PETROBRÁS.

§ 4º O eventual crédito acumulado resultante do crédito presumido, registrado em dezembro de cada ano, somente poderá ser utilizado até o último mês do ano subsequente, devendo a parcela não utilizada ser estornada neste mesmo período fiscal.

§ 5º O regime especial terá vigência de um ano, podendo ser renovado a critério da Secretaria de Fazenda e Gestão Pública, inclusive com alterações, a cada ano.

§ 6º O regime especial poderá ser revogado a qualquer tempo pela Secretaria de Fazenda e Gestão Pública, na hipótese de descumprimento de regras impostas ao contribuinte ou de redução injustificada nos recolhimentos do imposto.

§ 7º Resguarda-se à Secretaria de Fazenda e Gestão Pública o direito de determinar ao contribuinte o recolhimento do imposto sob a forma normal de tributação, relativamente ao período de vigência do regime especial, em caso de descumprimento de regras nele previstas.

Art. 4º Fica atribuído ao estabelecimento industrial que promover a saída interna de açúcar, AEHC e álcool para fins não combustíveis a condição de sujeito passivo por substituição tributária do ICMS, das operações subsequentes.

Art. 5º Ficam isentas, nos termos do convênio ICMS 09/99, as saídas internas de cana-de-açúcar, melão e mel rico destinados à fabricação de álcool e açúcar.

Art. 6º Ficam isentas do ICMS as operações de aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, destinados ao ativo imobilizado alocados à produção.

Art. 7º Ficam isentas do ICMS as prestações de serviços de transporte intermunicipal de cargas destinadas a contribuinte do imposto, que tenha início e término no Estado do Acre, vinculadas a operações contratadas por indústrias do setor sucroalcooleiro instaladas no pólo de Capixaba.

Art. 8º Fica diferido o ICMS da produção de energia elétrica em estabelecimentos do setor sucroalcooleiro, bem como na transmissão e transformação, para o momento da distribuição a consumidores situados neste Estado.

Art. 9º Decreto regulamentar estabelecerá critérios, condições, limites e obrigações acessórias ao contribuinte, inclusive com relação a medidas de preservação ambiental, para concessão e manutenção de benefícios fiscais previstos nesta lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
30 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assessoria Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alevac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3224 6850 site: www.ccr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEROA (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 30/05/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 41/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera a Lei n. 1.460, de 3 de maio de 2002, que dispõe sobre o Programa de Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores – PRÓ-FLORESTANIA."

PARECER N. 23 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 41/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei n. 1.460, de 3 de maio de 2002, que dispõe sobre o Programa de Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores – PRÓ-FLORESTANIA."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

30 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.eajr.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 30/05/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 41/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera a Lei n. 1.460, de 3 de maio de 2002, que dispõe sobre o Programa de Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores – PRÓ-FLORESTANIA."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 5º, 9º e 10 da Lei n. 1.460, de 3 de maio de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores – PRÓ-FLORESTANIA no Estado do Acre, com a finalidade de criar oportunidades de investimento com fins produtivos para pequenos produtores e populações tradicionais, visando melhorar suas condições de bem-estar de acordo com os padrões do desenvolvimento humano sustentável, combatendo a pobreza e reduzindo a degradação ambiental.

Art. 5º São beneficiários do programa: associações, cooperativas e similares das populações tradicionais e de pequenos produtores, desde que pessoas jurídicas.

Art. 9º O Estado efetuará todas as licitações relacionadas ao programa e entregará aos beneficiários o produto das mesmas, sendo os percentuais de contrapartida estabelecidos no Regulamento Operativo do Programa.

Parágrafo único. Para as associações de produtores rurais ou organizações similares sem fins lucrativos a transferência de recursos financeiros poderá ser efetuada através de convênio.

Art. 10. O Programa PRÓ-FLORESTANIA será gerido por um Conselho Executivo, paritário, cuja composição será regulamentada através de decreto."

Art. 2º Fica revogado o art. 8º da Lei n. 1.460, de 3 de maio de 2002.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

30 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUÍS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 30/05/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 42/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Modifica as Leis n. 1.359, de 29 de dezembro de 2000 e 1.697, de 16 de janeiro de 2006."

PARECER N. 24 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 42/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Modifica as Leis n. 1.359, de 29 de dezembro de 2000 e 1.697, de 16 de janeiro de 2006."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

31 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241-Centro-CEP 69008-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 30/05/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 42/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Modifica as Leis n. 1.359, de 29 de dezembro de 2000 e 1.697, de 16 de janeiro de 2006."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ao Anexo Único da Lei n. 1.359, de 29 de dezembro de 2000, ficam acrescidos os imóveis com as seguintes descrições:

REGISTRO/MATRÍCULA	SERVENTIA	MUNICÍPIO	FINALIDADE
6.078	1ª	Rio Branco	Distrito Industrial
4.826	-	Cruzeiro do Sul	Pólo Industrial
Proc.INCRA 54260.00323/2005-84	-	Brasileia	Frigorífico de Frango
21399	1ª	Rio Branco	Distrito Industrial

Art. 2º Os arts. 1º e 4º da Lei n. 1.697, de 16 de janeiro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, locar e ceder os imóveis adquiridos pelo Estado do Acre do Banco do Estado do Acre SA-BANACRE, constante do Anexo Único desta lei.

§ 1º Caso os imóveis encontrem-se ocupados, observar-se-á o direito de preferência.

§ 2º O controle de legalidade e os procedimentos administrativos serão conduzidos pela Procuradoria Geral do Estado, cabendo ao Procurador-Geral do Estado firmar os instrumentos contratuais de alienação, locação e cessão.

...

Art. 4º Caso o atual ocupante do imóvel não se manifeste pela aquisição do bem no prazo de trinta dias após a notificação, poderá o Estado do Acre realizar a venda, mediante licitação.”

Art. 3º A Lei n. 1.697, de 2006, fica acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 4º-A Receita proveniente da alienação de que trata esta lei, no percentual de vinte por cento, será destinada ao Fundo Orçamentário Especial de que trata o art. 19B da Lei Complementar Estadual n. 45, de 26 de julho de 1994.

Art. 4º-B O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias.”

Art. 4º O item 26 do Anexo Único da Lei n. 1.697, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

26	Distrito de Nova Califórnia-RO	Imóvel urbano, situado no lote n. 16, Qd. 04-N11, com as seguintes características: frente e fundos com 20,00m, e lado esquerdo e direito com 40,00m, com área total de 800,00m² e área construída de 74,730m². Situado no Distrito de Nova Califórnia, Município de Porto Velho – RO	
----	--------------------------------	---	--

Art. 5º O Anexo Único da Lei n. 1.697, de 2006, fica acrescido dos seguintes itens:

40	QI06, Lote n. 17 – Loteamento Chácara Ipê	Um terreno residencial com 25,00m de frente; 39,00m do lado direito; 39,00m do lado esquerdo e 24,00m na linha dos fundos, perfazendo uma área de 955,50m², limitando-se pela lateral esquerda com o lote n. 02; pela lateral direita com o lote n. 18; pelos fundos com o lote n. 16 e pela frente com a Rua Alameda Curú.	Matrícula n. 6.333 Folhas: 71 Livro: 79 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
	QI06, Lote n. 18 –	Um terreno residencial com 32,00m de frente; 24,90m do lado direito; 18,00m do lado esquerdo e 39,00m na linha dos fundos,	Matrícula n. 6.334 Folhas: 217

41	Loteamento Chácara Ipê	perfazendo uma área de 962,53m², com perímetro de 113,90m, limitando-se pela lateral direita com o lote n. 16; pela lateral esquerda com Alameda Curú; pelos fundos com o Lote n. 17 e pela frente com a Rua Alameda das Garças.	Livro: 1-A 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
42	Rua São Paulo, 596.	Uma unidade residencial medindo 243,00 m² e um perímetro de 12,00+20,00+20,00+12,00= 64 ml, limitando-se pela frente com a Rua São Paulo; pelo lado direito com o lote NO-12-4-6-5; pelo lado esquerdo com o lote NO-12-4-6-9 e pelos fundos com o lote NO-12-4-6-6, com uma construção de uma casa residencial em alvenaria medindo 70,00 m².	Matrícula n. 51 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
43	Rua Epaminondas Jácome, 210 - Centro.	Um imóvel constituído de um prédio denominado Edifício “Padre André”, todo em alvenaria, e uma parcela de terra desmembrada do lote 210, onde o dito prédio se acha edificado, cujo terreno é oneratório ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC, medindo 211,75m² e um perímetro de 61,50ml, limitando-se dita parcela pela forma seguinte: pela frente com a referida Praça da Bandeira; pelo lado direito com a citada Avenida Getúlio Vargas; pelo lado esquerdo com a parcela nascente do mesmo lote e pelos fundos com terras de propriedade de Alberto Felício Abrahão.	Matrícula n. 4.217 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
44	Rua Benjamin Constant, 147.	Os seguintes imóveis: primeiro, uma área de terra urbana, medindo 10m de frente por 75,00 metros de fundo, contendo uma área de 750,00 m², e um perímetro de 195m lineares, sito à Rua	Matrícula n. 1.570 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.

		Benjamin Constant, s/n; segundo, área de terra urbana medindo 11,80m de frente por 68,70m de fundos, contendo uma área de 835,64 m², sito à Rua Benjamin Constant, s/n.	
45	Rua Rio de Janeiro, s/n - Floresta.	Um lote de terra urbano, à Rua Rio de Janeiro, Floresta, que assim descreve: lote triangular medindo 28,00m; por um lado com 18,50m, confina com a rua 01, faz vértice do lado direito do terreno e por outro lado medindo 21,00m, confinando com área remanescente do terreno, com área total de 194,25m², estando edificada uma construção comercial em alvenaria com 34,64m².	Matrícula n. 10.004 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
46	Avenida Nações Unidas, s/n - Estação Experimental.	Lote de terra urbano medindo 20,00m na linha da frente, 30,00m do lado direito, 30,00m do lado esquerdo e 20,00m na linha dos fundos, perfazendo uma área total de 600,00m², confinando, pela frente, com a Av. Nações Unidas; pelo lado direito com o lote 01.4.032.0340.001-201; pelo lado esquerdo, com a Rua João Cândido e pelos fundos com o lote 01.4.032.0279.001-291.	Matrícula n. 11.447 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
	Rua Boulevard Au-	Um lote de terra destacada de área maior de 2.180,50m², área	Matrícula n. 11.526
47	gusto Monteiro, s/n – Bairro 15 - 2º Distrito.	essa com 485m², medindo 10,00m de frente por 48,50m de fundos, limitando-se: pela frente com a Rua Boulevard Augusto Monteiro, pelo lado direito com o outorgado comprador, pelo lado esquerdo com o outorgante vendedor e pelos fundos com quem de direito.	1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
48	Travessa Primavera, s/n.	Um terreno medindo 10,00m de frente, 10,00m de fundos, 30,00m em ambos os lados, com os limites e confrontações seguintes: pela frente com a Rua Araguaia; lado direito com o lote NE/21/7/3/9; lado esquerdo lote NE/21/7/3/7 e pelos fundos com quem de direito, imóvel este cadastrado na Prefeitura Municipal de Rio Branco sob n. NE/21/7/3/8.	Matrícula n. 136 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
49	Rua 6 de agosto, 23 - Xapuri.	Um terreno medindo 10m de frente e 42m de fundos, sendo a largura dos fundos igual à da frente, confrontando-se pelo lado direito com propriedade dos herdeiros de Fariz Zaire, pelo lado esquerdo com propriedade dos herdeiros de Eurico Gomes Fonseca, pela frente com a Rua “6 de agosto” e pelos fundos com propriedade da firma Belchior Costa & Cia Ltda e de quem de direito, onde se acha edificada uma casa de alvenaria, própria para comércio, em péssimo estado de conservação.	Matrícula n. 54 Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Xapuri/AC.
50	Rua Henrique Julião, 19 - Jardim Nazle.	Um lote de terra urbano com as seguintes medidas e confrontações: 12,00m de frente por 28,50m de fundos, perfazendo uma área total de 342,00m², limitando-se: pela frente com a Rua Henrique Julião (antiga Marcus Brandão); pelo lado direito com o lote 21; pelo lado esquerdo com o lote 17; pelos fundos com o lote 18. ref. cadastral n. NO/12/6/4/8.	Matrícula n. 5.890 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
51	Rua Veterano Henrique Julião, 21 - Jardim Nazle.	Um lote de terra urbano com as seguintes medidas e confrontações: 10,50m de frente para Rua Veterano Henrique Julião; 2,00m de esquina desta rua com área verde do canal; 28,50 m pelo lado esquerdo, que se limita com o lote 19; 12,00m de largura nos fundos, que se limita com o lote 20, perfazendo uma área total de 341,00m². Ref. Cadastral n. NO/12/6/6/4/9.	Matrícula n. 5.891 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
52	Rua Veterano Henrique Julião, 20 - Jardim Nazle.	Um lote de terra urbano com as seguintes medidas e confrontações: 12,00m de frente por 28,50m de fundos, perfazendo uma área total de 342,00m², limitando-se: pela frente, com a Rua Veterano Henrique Julião (antiga Marcus Brandão); pelo lado direito, com o lote 18; pelo lado esquerdo, com o lote 22 e, pelos fundos, com o lote 21, ref. cadastral n. NO/12/6/3/16.	Matrícula n. 5.892 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
	Rua Veterano Manoel	Um lote de terra urbano com as seguintes medidas e	Matrícula n. 5.893
53	Barros, 21 - Jardim Nazle.	confrontações: 12,00m de frente por 28,50m de fundos, perfazendo uma área total de 342,00m², limitando-se: pela frente, com a Rua Veterano Manoel Barros (antiga Lobo Dalmada); pelo lado direito, com o lote 25; pelo lado esquerdo, com o lote 19 e, pelos fundos, com o lote 20, ref. cadastral n. NO/13/6/3/9.	1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
54	Rua Cosmópolis, 9 - Jardim Nazle.	Um lote de terra urbano com as seguintes medidas e confrontações: 12,00m de frente por 28,50m de fundos, perfazendo uma área total de 342,00m², limitando-se: pela frente, com a Rua Cosmópolis; pelo lado direito, com o lote 11; pelo lado esquerdo, com o lote 07 e, pelos fundos, com o lote 08, ref. cadastral n. NO/12/7/3.	Matrícula n. 5.901 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
55	Rua Cosmópolis, 11 - Jardim Nazle.	Um lote de terra urbano com as seguintes medidas e confrontações: 10,50m de frente, que se limita com a Rua Cosmópolis; 2,00m de esquina desta rua com o canal; 27,00m pelo lado direito, que se limita com o lote 09; 12,00m nos fundos, que se limita com o lote 10, perfazendo uma área total de 342,00m², ref. cadastral n. NO/12/7/24.	Matrícula n. 5.902 1ª Serventia de Imóveis de Rio Branco.
56	Rua Lucimar Lucena, em Senador Guimard/AC	Um lote de terra urbano com 20,00m de frente; 20,00m de fundo; 28,00m pelo lado direito e 27,30m pelo lado esquerdo. Área de 553,00m².	Matrícula 982 Serventia de Registro de Imóveis de Senador Guimard
57	Rua Cel. Fontenele de Castro - Centro.	Um lote de terra urbano, com 53,00m de frente; 53,00m de fundos; 20,00m pelo lado direito e 20,00m pelo lado esquerdo. Área de 1.060m².	Matrícula 16, da Serventia de Registro de Imóveis de Plácido de Castro
58	Rua Raimundo Chaar, centro, em Assis Brasil/AC.	Um lote de terra medindo 12,00m de frente; 12,00m de fundos; 24,00m pelo lado direito e 24,00m pelo lado esquerdo. Área de 288m².	Matrícula 2.575, da Serventia de Registro de Imóveis de Brasília.

59	Rua Júlio Camilo de Oliveira - 2º Distrito.	Um lote de terra urbano medindo 20,00m de frente, igual dimensão nos fundos e 46,00m de cada lado, correspondentes a 920,00m², limitando-se pela frente com a Rua Júlio Camilo de Oliveira; pelo lado direito com Elias Henrique de Araújo; pelo lado esquerdo com José Luiz Castro Garcia e pelos fundos com Amadeu Rodrigues Barbosa.	Matrícula 1.047 2ª Serventia de Registro de Imóveis
60	Rua F., s/n - Conjunto Habitacional Castelo Branco.	Um lote de terra destacado de área maior, limitando-se pela frente com a Rua F., com 15,00m; pelo lado direito com lote 8-B, com 21,00m; pelo lado esquerdo com terras de outorgante vendedora, com 13,00m e, pelos fundos, com a Rua Palheiral, com 15,00m, perfazendo uma área total de 258,00m².	Matrícula 1.865 1ª Serventia de Registro de Imóveis
61	Avenida Nações Unidas, s/n - Estação Experimental	Um lote de terra urbano, referência n. 01.4.041.0838.001-338, medindo 9,80m na linha da frente; 30,10m do lado direito; 29,90m do lado esquerdo e 10,00m na linha dos fundos, perfazendo uma área total de 297,00m², confinando pela frente com a Avenida Nações Unidas; pelo lado direito com o lote n. 01.4.0848.001.888; pelo lado esquerdo como o lote n. 01.4.041.0829.001-428 e pelos fundos com o lote n. 01.4.041.0040.001-558.	Matrícula 2.009 1ª Serventia de Registro de Imóveis
62	Rua Manoel Cezário, n. 37 - Zona Urbana	Um lote de terreno com área de 1.400,40m² e perímetro de 156,00m lineares, limitando-se pela frente com a Rua Manoel Cezário; lado direito com o lote NE-11-01-3-5/A; lado esquerdo a Rua César Portela e pelos fundos como o lote NE-11-01-3-5/A.	Matrícula 1.443 1ª Serventia de Registro de Imóveis
63	Rua Benjamin Constant, s/n - Centro	Um terreno urbano situado na confluência das Ruas Benjamin Constant e Marechal Deodoro, medindo 1.625,91m², desmembrado do antigo Seringal Empresa, limitando-se pela frente com a Rua Benjamin Constant, pelo lado esquerdo com a Rua Marechal Deodoro; pelo lado direito com o lote de referência cadastral de n. NO-11-16-1-1-6/A e pelos fundos com o lote da referência cadastral de n. NO-11-16-1-01/A.	Matrícula 1.849 1ª Serventia de Registro de Imóveis
64	Rua Benjamin Constant, n. 856 - Centro	Um lote de terra n. 147 código n. NE-1116-06-A, limitando-se pela frente com a Rua Benjamin Constant; pelo lado esquerdo com o lote de terra n. 45 de propriedade do Estado do Acre; pelo lado direito, com a outra parcela do referido lote e pelos fundos com propriedade de quem de direito, com a outra parcela do referido lote; pelos fundos com prédio comercial medindo 1.029,22m², de propriedade do Estado do Acre.	Matrícula 4.003 1ª Serventia de Registro de Imóveis
65	Rua Cel. Juvêncio de Menezes, s/n - Tarauacá	Um imóvel urbano medindo 960,00m², limitando-se pela frente com a Rua Cel. Juvêncio de Menezes n. 278, medindo 24,00m; pelo lado direito com Jonas Bady Fecury, medindo 40,00m; pelo lado esquerdo com a Rua Dr. Sansão Gomes medindo 40,00m; pelo fundo com a Coletoria Pública, medindo 24,00m.	Matrícula 356 Serventia de Registro de Imóveis de Tarauacá.
66	Rua Hermes Alves Brasileiro, s/n - Senador Guimard.	Um lote de terra urbano, medindo de frente 12,00m; pelos fundos 12,00m; pelo lado direito 30,00m; pelo lado esquerdo 30,00m, com 360,00m²; limitando-se pela frente com a Rua Hermes Brasileiro; pelos fundos com o código n. 19; pelo lado direito com o código n. 19; pelo lado esquerdo com o código n. 279 e pelo lado esquerdo com o código n. 213.	Matrícula 3.607 Serventia de Registro de Imóveis de Senador Guimard.
	Rua Pedro Silva	Um lote de terra urbano, medindo de frente 12,00m; pelos	Matrícula 4.355
67	Limão, s/n - Senador Guimard.	fundos 12,00m; pelo lado direito 30,00m e pelo lado esquerdo 30,00m, perfazendo uma área de 360,00m², limitando-se pela frente com a Rua Pedro Silva Limão; pelo lado direito com Francisco Rubens Pinheiro; pelo lado esquerdo com codificação 280 e pelos fundos com codificação 013, cadastrado sob o n. S.01.Q.35.Cód.292.	Serventia de Registro de Imóveis de Senador Guimard.
68	Avenida Rodrigues Alves, n. 146 - Centro	Um terreno urbano medindo 600,00m², com edificação em alvenaria medindo 449,00m².	Matrícula 376 Serventia de Registro de Imóveis de Cruzeiro do Sul.
69	Avenida Epaminondas Martins, s/n - Feijó	Imóvel com 2 lotes. Primeiro, limitando-se: 13,00m pela frente com a Avenida Epaminondas Martins; 14,00m pela direita com a Travessa Floriano Peixoto; 13,00m pela esquerda com o setor 2, quadra 04, lote 11 e o Hotel Junior e 13,00m pelos fundos com o setor 1, quadra C4, lote 11. Segundo, limitando-se: 17,00m pela frente com a Travessa Floriano Peixoto; 14,00m pelo lado direito com o setor 1, quadra 04, lote 14; 14,00m pelo lado esquerdo com o setor 1, quadra 04, lote 12 e pelos fundos com o setor 1, quadra 04, lote 11.	Matrícula 194 Serventia de Registro de Imóveis de Feijó.
70	Avenida Castelo Branco, s/n - Senador Guimard.	Um lote de terra urbano medindo, de frente, 14,80m; pelo lado direito, 61,00m; pelo lado esquerdo, 61,00m e, pelos fundos, 14,80m; com um perímetro de 151,60m e uma área de 902,80m²; limitando-se pela frente com a Avenida Castelo Branco; pelo lado direito com o Sr. Francisco Martins de Lima, pelo lado esquerdo com o Sr. José Goulart Figueiredo e pelos fundos com o açude.	Matrícula 13 Serventia de Registro de Imóveis de Senador Guimard.
71	Travessa III, Quarteirão 35-C, s/n - Lotes n. 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44 - Cruzeiro do Sul	Dez Terrenos urbanos situados no quarteirão n. 35, todos os lotes contíguos, o lote 35: na frente com a Travessa III; lado esquerdo com a Boulevard Thaumaturgo e no fundo com o lote 34. Pelo lado direito com os lotes 36, 37, 38, 39 e 40, sendo cada lote com 10,00m de frente por 30,00m de fundos, com área de 300,00m². Os lotes 41 e 42 limitam-se, na frente, com a Travessa III e nos fundos com o lote 19, sendo cada lote constituído por um trapézio com área de 761,00m². O lote 43 limita-se na frente com a Travessa III; nos fundos com o lote 17 com área de 741,00m². O lote 44, limita-se na frente com a Travessa III, à direita com o lote 45 e, nos fundos, com o lote 16, com uma área de 781,00m².	Matrícula 2.301 Serventia de Registro de Imóveis de Cruzeiro do Sul.

72	Quarteirão n. 33-C, s/n - Cruzeiro do Sul.	Sete terrenos urbanos, localizados no quarteirão n. 33-C, correspondentes aos lotes ns. 15, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, todos contíguos. Limita-se o lote 15: na frente com a Travessa III e nos fundos com o lote 17, perfazendo uma área de 300,00m²; o lote 25 tem área total de 658,00m²; o lote 26 tem área total de 634,00m²; o lote 27 tem uma área total de 600,00m²; o lote 28 tem uma área total de 579,00m²; o lote 29 tem uma área total de 539,00m² e o lote 30 tem uma área total de 714,00m². Todos esses lotes limitam-se com a Travessa 25 de Agosto.	Matrícula 4.524 Serventia de Registro de Imóveis de Cruzeiro do Sul.
73	Quadra C, Rua Veterano Henrique Julião, n. 17 - Jardim Nazie - 1º Distrito.	Um lote de terra urbano, confrontando 12,00m pela frente por 28,50m de fundo, perfazendo uma área total de 342,00m², limitando-se pela frente com a Rua Henrique Julião; pelo lado direito com o lote 19; pelo lado esquerdo com o lote 15 e pelos fundos com o lote 18. Ref. cadastral n. NO/12-6-4-7.	Matrícula 5.889 1ª Serventia de Registro de Imóveis
74	Alameda das Araras, Q-04, n. 10 - Chácara Ipê.	Um lote de terra urbano, com 1.174m² e um perímetro de 140,40m, medindo: de frente 13,00m, em curva 10,10m, limitando-se com Alameda das Araras; pelo lado direito, com 50,00m; pelo lado esquerdo, com 50,00m e, pelos fundos, com 27,40m.	Matrícula 6.487 1ª Serventia de Registro de Imóveis
75	Q-07, Rua A, n. 17 - Conjunto Solar, Vila Ivonete.	Um terreno urbano com referência cadastral n. NO-32-05-10-17, limitando-se, pela frente, com 12,52m; pelo lado direito com 32,70m; pelo lado esquerdo com 24,35m e pelos fundos com 12,50m; limitando-se pela frente com a rua "A", pelo lado direito com o lote n. 18, pelo lado esquerdo com o lote n. 16 e pelos fundos com o lote n. 1, com uma área total de 300,30m².	Matrícula 4.523 1ª Serventia de Registro de Imóveis
76	Q-04, Rua E, n. 13 - Conjunto Solar - Vila Ivonete.	Unidade residencial edificada no lote de terreno 13, com esquina cadastral n. NO-32-05-3-13-1, pela frente com 11,50m, pelo lado direito com 25,00m, pelo lado esquerdo com 25,00m e pelos fundos com 11,50m; limitando-se pela frente com a rua E; pelo lado direito com o lote 14; pelo lado esquerdo com os lotes 11 e 12.	Matrícula 4.532 1ª Serventia de Registro de Imóveis
77	Rua Odilon Pratali, s/n - Brasília.	Um terreno de edificação com área de 600,00m² e um perímetro de 100 metros lineares, ou seja, 20,00m de frente por 30,00m de fundo, limitando-se pela frente com a Rua Odilon Pratali, lado direito com Valdir Monteiro Farias; lado esquerdo com a Rua Alencar Matos e fundos com Elody Frutuoso e Mário Gaia Nepomuceno.	Matrícula 300 Serventia de Registro de Imóveis de Brasília.
78	Avenida Marechal Deodoro s/n, Centro -	Unidade residencial construída em alvenaria, medindo 198,00m², edificado em terreno medindo 1.173,00m².	Matrícula 353 Serventia de Imóveis de

	Feijó.		Feijó
79	Rua Padre Egidio s/n - Sena Madureira	Um lote de terras urbano medindo 30,80m de frente por 25,00m de fundos, com uma área de 770,00m² e um perímetro de 111,60m lineares; limitando-se pela frente com a Rua Padre Egidio; pelo lado esquerdo com a Rua Benjamin Constant; pelo lado direito com terras de José Mamed Batrich e pelos fundos com terras de Camil Tobu.	Matrícula 768 Serventia de Registro de Imóveis de Sena Madureira.
80	Rua 6 de Agosto, n. 23 - Xapuri.	Um terreno urbano medindo 10,00m de frente por 42,00m de fundo, sendo a largura dos fundos iguais à da frente, confrontando-se pelo lado direito com propriedade dos herdeiros de Fariz Zaire; pelo lado esquerdo com propriedade dos herdeiros de Eurico Gomes Fonseca; pela frente com a Rua 6 de Agosto e pelos fundos com propriedade da firma Belchior Costa & Cia. Ltda.	Matrícula 54 Serventia de Registro de Imóveis de Xapuri.
81	Rua Benjamin Constant, n. 147 - Centro	Um imóvel urbano com 835,848m. pela frente com uma extensão de 11,80m confrontando com a rua Benjamin Constant; pelos fundos com uma extensão de 12,64m confrontando com Ilmar Nascimento Galvão; pelo lado direito com uma extensão de 68,70m; confrontando com Jesus Viana do Monte e Tetsuo Kawada; pelo lado esquerdo com uma extensão de 68,10m confrontando com Paulo Oliveira, de propriedade do Estado do Acre.	Matrícula 4.860 1ª Serventia de Registro de Imóveis de Rio Branco.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

31 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

JOSÉ LUÍS (BPM)

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 30/05/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 10/2006

AUTORIA: Deputado JOSÉ LUÍS

EMENTA: "Institui o Dia Estadual do Oficial de Justiça."

PARECER N. 25 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 10/2006, de autoria do Deputado José Luis, que "Institui o Dia Estadual do Oficial de Justiça."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
30 de maio de 2006

Deputado TAUMATURGO LIMA
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Afonso Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 010 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alacac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ejfr.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 30/05/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 10/2006

AUTORIA: Deputado JOSÉ LUÍS

EMENTA: "Institui o Dia Estadual do Oficial de Justiça."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado do Acre, o Dia Estadual do Oficial de Justiça, a ser comemorado no dia 7 de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
30 de maio de 2006

Deputado TAUMATURGO LIMA
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Afonso Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 010 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alacac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ejfr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

JOSÉ LUÍS (BPM)

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 30/05/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 11/2006

AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ

EMENTA: "Institui o Selo Empresa Inclusiva e adota outras providências."

PARECER N. 26 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 11/2006, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que "Institui o Selo Empresa Inclusiva e adota outras providências."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
30 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Afonso Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 010 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alacac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ejfr.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 30/05/2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 11/2006

AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ

EMENTA: "Institui o Selo Empresa Inclusiva e adota outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Selo Empresa Inclusiva, de reconhecimento ao mérito das iniciativas empresariais que favoreçam a integração e/ou a melhoria da qualidade de vida, por qualquer forma, das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º Serão consideradas iniciativas empresariais favoráveis à inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais, dentre outras:

- I – a reserva de postos de trabalho específicos;
- II – a capacitação para o exercício de funções de maior remuneração;
- III – a adoção de soluções arquitetônicas que favoreçam a acessibilidade, tanto para empregados quanto para o público em geral, e
- IV – a promoção ou patrocínio de eventos culturais ou desportivos dirigidos a esse segmento.

Art. 3º As empresas interessadas em se credenciar ao Selo *Empresa Inclusiva* deverão requerê-lo à comissão avaliadora especificamente criada para analisar as iniciativas, a qual competirá deferir, ou não, a participação da empresa.

Parágrafo único. A composição, organização e funcionamento da comissão avaliadora referida no *caput* deste artigo será de exclusiva competência do Poder Executivo.

Art. 4º O deferimento pela comissão avaliadora proporcionará à empresa o direito ao uso publicitário do título *Empresa Inclusiva*, chancela oficial que poderá ser utilizada nas veiculações publicitárias que promova, bem como em seus produtos, sob a forma de selo impresso.

Art. 5º O prazo de participação e uso publicitário do Selo *Empresa Inclusiva*, na forma do disposto no art. 4º, será de dois anos, podendo ser renovado por igual período, sempre condicionado a outras iniciativas que venham a ser adotadas pela empresa, ou, a critério da comissão avaliadora, à manutenção das iniciativas já em curso.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e vinte dias, a contar de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
30 de maio de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 010 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3223 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

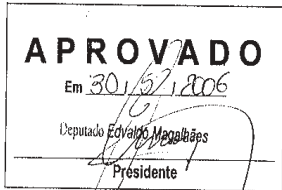
SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUÍS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 22/2006
AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ
EMENTA: Institui o "Dia Estadual do Conselheiro Tutelar."

PARECER N. 27 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 22/2006, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que institui o "Dia Estadual do Conselheiro Tutelar."

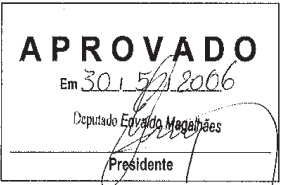
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
30 de maio de 2006

Deputado CHAGAS ROMÃO
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 010 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3223 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 22/2006
AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ
EMENTA: Institui o "Dia Estadual do Conselheiro Tutelar."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Estadual do Conselheiro Tutelar", a ser celebrado anualmente no dia de 18 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
30 de maio de 2006

Deputado CHAGAS ROMÃO
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908 - 010 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3223 6850 site: www.cjfr.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

JOSÉ LUÍS (BPM)

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APROVADO

Em 6 de junho de 2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 52/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera os arts. 18 e 19 da Lei n. 1.382, de 5 de março de 2001".

PARECER N. 28 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 52/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Altera os arts. 18 e 19 da Lei n. 1.382, de 5 de março de 2001".

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua: União Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69008 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3223 6850 site: www.cjja.ac.gov.br

APROVADO

Em 6 de junho de 2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 52/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera os arts. 18 e 19 da Lei n. 1.382, de 5 de março de 2001".

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 18 e 19 da Lei n.1.382, de 5 de março de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Os beneficiários de assentamentos de terras públicas e devolutas estaduais receberão título de concessão de direito real de uso, inegociável pelo prazo de trinta anos e prorrogável por igual período, a interesse da administração, até o limite máximo de cem hectares por família.

Art. 19. Ao ocupante de terras públicas e devolutas que não preencher um dos requisitos da legitimação será outorgado título de concessão de direito real de uso,

inegociável pelo prazo de trinta anos e prorrogável por igual período, a interesse da administração, até o limite máximo de cem hectares por família." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua: União Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69008 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3223 6850 site: www.cjja.ac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

JOSÉ LUÍS (BPM)

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)

APROVADO

Em 6 de junho de 2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 39/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras do Acre - ITERACRE, a outorgar, sob condição resolutive, concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, para efeito de regularização fundiária."

PARECER N. 29/2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 39/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras do Acre - ITERACRE, a outorgar, sob condição resolutive, concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, para efeito de regularização fundiária."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua: União Porto Leal, n. 241-Centro - CEP 69008 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax: 3223 6850 site: www.cjja.ac.gov.br

APROVADO

Em 6 de junho de 2006

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI N. 39/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras do Acre - ITERACRE, a outorgar, sob condição resolutive, concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, para efeito de regularização fundiária."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, através do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE e respeitando a legislação correlata, autorizado a outorgar concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, a título gratuito, sob condição resolutiva e para fins de regularização fundiária das populações residentes nas áreas delimitadas.

Parágrafo único. A concessão de direito real de uso de que trata esta lei abrangerá as áreas localizadas nas florestas públicas estaduais com as seguintes descrições:

1 - Floresta Pública Estadual do Rio Gregório, criada pelo Decreto n. 9.718, de 9 de março de 2004, publicado no Diário Oficial do Estado n. 8.788, de 10 de maio de 2004, situada no Município de Tarauacá, com uma área de 216.062,00ha (duzentos e dezesseis mil, e sessenta e dois hectares), limitando-se ao Norte com a Linha Cunha Gomes; ao Sul com a Rodovia Federal BR 364; a Leste com um igarapé sem denominação e com o Rio Acurauá; e a Oeste com o Rio Gregório;

2 - Floresta Pública Estadual do Rio Liberdade, criada pelo Decreto n. 9.716, de 9 de março de 2004, publicado no Diário Oficial do Estado n. 8.788, de 10 de maio de 2004, situada no Município de Tarauacá, com uma área de 126.360,00ha (cento e vinte e seis mil, trezentos e sessenta hectares), limitando-se ao Norte com o Rio Liberdade; ao Sul com a terra indígena do Rio Gregório, Gleba Taquari e Seringal Passo da Pátria; a Leste com o PA Taquari, Gleba PARNACRE e terra indígena do Rio Gregório; e Oeste com os Seringais Passo da Pátria, Ceará, São Pedro, Guarani e Rio Liberdade;

3 - Floresta Pública Estadual do Mogno, criada pelo Decreto n. 9.717, de 9 de março de 2004, publicado no Diário Oficial do Estado n. 8.788, de 10 de maio de 2004, situada no Município de Tarauacá-AC, com uma área de 143.897,00ha (cento e quarenta e três mil, oitocentos e noventa e sete hectares), limitando-se ao Norte com a Linha Cunha Gomes; ao Sul com a rodovia federal BR 364; a Leste com o Rio Gregório; e a Oeste com o Igarapé Extrema, Rio Liberdade e Seringal São José; e

4 - Floresta Pública Estadual do Antimary, com limites estabelecidos pelo Decreto n. 13.321, de 1º de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial do Estado n. 9.189, de 7 de dezembro de 2005, situada no Município de Sena Madureira-AC, com uma área de 47.064,6770ha (quarenta e sete mil, sessenta e quatro hectares e seis mil setecentos e setenta centiares), limitando-se ao Norte com o Estado do Amazonas; ao Sul com o Rio Antimary, PAE Canari, Gleba Canari 11, Fazenda Samaúma (parte), Fazenda Nova Arizona e áreas do Estado do Acre; a Leste com a Fazenda Barra da Aliança e Rio Antimary; e a Oeste com a Fazenda Boa Vista, áreas do Estado do Acre e Igarapé sem denominação.

Art. 2º A concessão de direito real de uso será formalizada por contrato, a ser elaborado pela Procuradoria Geral do Estado, transferindo-se a utilização gratuita do bem público ao particular, como direito real resolúvel, para o fim específico de regularização fundiária, observados os art. 18 e 19 da Lei n. 1.382, de 5 de março de 2001.

§ 1º A concessão de direito real de uso será transmissível por causa mortis a qualquer tempo ou por ato inter vivos após o decurso do prazo de dez anos, desde que respeitado o fim específico da concessão, sob pena de nulidade.

§ 2º É defeso ao concessionário locar ou ceder, a qualquer título, o imóvel objeto da concessão de direito real de uso, salvo a hipótese prevista no parágrafo primeiro.

Art. 3º A concessão de direito real de uso será registrada na Serventia de Registro Imobiliário da situação do imóvel.

Art. 4º Desde o registro da concessão de direito real de uso, o concessionário usufruirá plenamente da área para os fins estabelecidos no respectivo contrato, respondendo por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

Art. 5º Resolver-se-á a concessão desde que o concessionário abandone o lote, modifique a destinação estabelecida no instrumento de concessão de uso ou, de qualquer modo, infrinja as disposições da presente lei, sem direito de retenção ou de indenização por quaisquer benfeitorias, independente de sua natureza.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

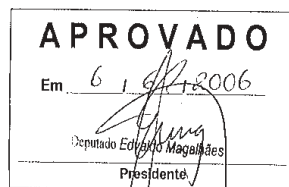
Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 6/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

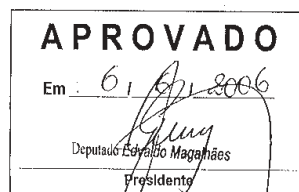
EMENTA: "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências."

PARECER N. 30/2006
REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei Complementar n. 6/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 6/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

TÍTULO I
DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Esta Lei Complementar institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino, observados os princípios e normas da Constituição Federal, da Constituição do Estado e da legislação federal sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Parágrafo único. Entende-se por Sistema Estadual de Ensino o conjunto de instituições

públicas e privadas que desenvolvem ações integradas para a elaboração e execução de políticas e normas que regulamentam e definem a oferta e os padrões de qualidade do ensino.

TÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º Constituem órgãos de gestão do Sistema Estadual de Ensino:

- I - a Secretaria de Estado de Educação - SEE, órgão central do sistema, responsável pela elaboração e execução das políticas educacionais no Estado; e
- II - o Conselho Estadual de Educação - CEE, órgão normativo, consultivo e deliberativo do Sistema Estadual de Educação.

Art. 3º Compõem o Sistema Estadual de Ensino, a ele se integram ou com ele se articulam:

- I - os sistemas municipais de ensino que optarem por compor com o sistema estadual um Sistema Único de Educação;
- II - as instituições de educação, de todos os níveis e modalidades, criadas e mantidas pelo poder público estadual;
- III - as instituições de ensino fundamental, médio e superior, criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- IV - a instituição pública responsável pela coordenação das políticas culturais no Estado; e
- V - as entidades que atuam na área da educação.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DA OFERTA DA EDUCAÇÃO CAPÍTULO ÚNICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA

Art. 4º O dever do poder público para a educação escolar, através de ações integradas com o Estado e Municípios, será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica pública e gratuita, assegurando:
 - a) oferta progressiva de educação infantil para crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas, pelo município;
 - b) oferta do ensino fundamental completo para a clientela urbana e rural, de seis a quatorze anos;
 - c) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio pelo Estado;
 - d) oferta de ensino aos educandos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - e) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 - f) oferta de educação escolar para jovens e adultos com características e modalidades próprias;
 - g) atendimento ao educando na educação infantil e ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, de transporte, de alimentação e de assistência à saúde; e
 - h) oferta de educação profissional técnica, de acordo com a legislação vigente, em articulação com o ensino médio.

TÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES CAPÍTULO I DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Art. 5º Compete à SEE:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos dos seus sistemas de ensino;
- II - elaborar e implementar o plano estadual de educação;
- III - coordenar o processo de construção e garantir a implementação dos referenciais curriculares, definindo padrões de qualidade para o ensino e a aprendizagem;
- IV - definir e implementar padrões básicos para a estrutura física, equipamentos e mobiliários das unidades escolares, apropriados ao nível de ensino ofertado;
- V - ampliar a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das unidades escolares, mediante programas de descentralização de recursos e modernização da gestão;
- VI - garantir a aplicação dos recursos constitucionais vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VII - definir e efetivar padrões de formação, qualificação e remuneração para todos os profissionais do sistema público da educação básica, através da implementação de planos de cargo, carreira e remuneração;
- VIII - autorizar o funcionamento das instituições educacionais no âmbito do Sistema Estadual de Ensino;
- IX - acompanhar e avaliar o desempenho das escolas e dos profissionais da educação, com base nos padrões definidos; e
- X - certificar escolas e profissionais da educação pelo desempenho obtido, com base nos padrões estabelecidos.

CAPÍTULO II DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Art. 6º Compete ao CEE:

- I - criar normas, no âmbito do Sistema, em consonância com a legislação vigente;
- II - assessorar na elaboração e acompanhamento da execução dos planos estadual e municipais de educação;
- III - analisar e emitir pareceres sobre os referenciais curriculares propostos pelas secretarias estadual e municipais de educação;
- IV - assessorar as secretarias estadual e municipal de educação no planejamento educacional;
- V - fiscalizar a aplicação da legislação educacional vigente;
- VI - acompanhar e assessorar as secretarias estadual e municipais sobre os procedimentos e resultados dos processos de avaliação da educação básica;
- VII - normatizar e aprovar o processo de credenciamento e reconhecimento das escolas públicas e privadas; e
- VII - promover audiências públicas para a elaboração e construção democrática de seus atos.

TÍTULO V DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Art. 7º A educação escolar no Estado do Acre, inspirada nos princípios de liberdade, igualdade e nos ideais de solidariedade humana e bem estar social, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 8º O ensino será ministrado tendo como referência os princípios estabelecidos pelo art. 4º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

TÍTULO VI DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Art. 9º A educação escolar é livre à iniciativa privada, atendidas, para a educação básica, as seguintes condições:

- I - autorização para funcionamento pela SEE à vista de processo onde se comprove:
 - a) capacidade física de autofinanciamento;
 - b) espaço físico adequado ao desenvolvimento das atividades educacionais, tendo como referência os padrões básicos estabelecidos para a educação básica, regulamentados por instruções normativas dos órgãos de gestão do sistema;
 - c) recursos humanos devidamente habilitados; e
 - d) projeto pedagógico e regimento interno aprovados pelo CEE.

II - credenciamento e reconhecimento dos cursos pelo CEE do Acre;

III - cumprimento das normas da educação nacional, do disposto nesta lei complementar e nas demais leis e regulamentos estaduais sobre a educação, no que forem aplicáveis; e

IV - avaliação permanente pelo CEE, que poderá resultar em sindicância ou na suspensão temporária de atividades, se as deficiências e irregularidades detectadas não forem resolvidas no prazo fixado.

TÍTULO VII DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 10. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender os objetivos da educação básica, far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades ou institutos superiores de educação, de acordo com a legislação vigente.

Art. 11. Admite-se como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a formação de nível médio na modalidade normal.

Art. 12. Constitui requisito mínimo para ingresso na carreira do Apoio Administrativo, o ensino fundamental completo.

TÍTULO VIII DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 13. A gestão das escolas públicas que fazem parte do Sistema Estadual de Educação será desenvolvida com base nos princípios da gestão democrática.

Art. 14. Para efeitos desta lei, entende-se por gestão democrática o processo intencional e sistemático de decisão e efetivação coletiva, mobilizando meios e procedimentos para se atingir os objetivos da instituição escolar, envolvendo os aspectos pedagógico, técnico-administrativo e gerencial do processo escolar.

Art. 15. Constituem-se em princípios da gestão democrática:

- I - garantia da centralidade da escola no sistema;

II - gestão descentralizada, com autonomia para unidades de ensino elaborarem e implementarem seus projetos pedagógicos, políticos e administrativos, respeitando a legislação vigente;

III - gestão participativa que garanta a presença de todos os segmentos nos processos de elaboração e execução das políticas das unidades de ensino;

IV - gestão com definição clara de responsabilidade e responsabilização;

V - gestão de resultados, com processos definidos de acompanhamento e avaliação permanentes; e

VI - gestão estratégica voltada para a qualidade de ensino para todos.

TÍTULO IX DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 16. Os recursos financeiros destinados à educação são originários de:

I - receita de impostos próprios do Estado ou dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário educação e outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais; e

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 17. O Estado e os Municípios aplicarão na manutenção e desenvolvimento do ensino público nunca menos de vinte e cinco por cento ou o que constar a mais nas respectivas constituições ou leis orgânicas da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais.

Art. 18. A aplicação dos recursos será regida por lei específica, de acordo com a orientação nacional.

Art. 19. As receitas e despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do poder público e no relatório resumido da execução orçamentária, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 20. Na prestação de contas dos recursos públicos, os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, o cumprimento da obrigatoriedade de aplicação nunca inferior a vinte e cinco por cento da receita resultante dos impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como na eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, dispostos no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 21. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, na forma da lei, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

II - aplique seus recursos financeiros na educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outras escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades; e

IV - prestem contas ao poder público dos recursos recebidos.

TÍTULO X DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA CAPÍTULO I DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Art. 22. A estrutura organizacional da SEE será devidamente adequada às atribuições advindas desta lei e de outras exigências legais relacionadas à educação nacional e no âmbito do Estado.

Parágrafo único. A SEE constituirá comissões de avaliação, que atuarão junto ao órgão integrante da SEE para os serviços de orientação, registro, controle e acompanhamento das instituições de educação, de acordo com as normas do CEE.

CAPÍTULO II DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE

Art. 23. O CEE é o órgão normativo, consultivo e de deliberação coletiva do sistema de ensino.

§ 1º Compete ao CEE as atribuições que lhe forem conferidas pela legislação educacional vigente, pela Constituição Estadual e pelo regimento interno.

§ 2º O CEE compreende:

I - presidência;

II - colegiado de quinze membros, nomeados pelo governador do Estado dentre representantes indicados ao CEE pelos seguintes segmentos:

a) magistério público dos diversos níveis da educação básica;

b) educação superior, quando presente na estrutura do sistema;

c) escolas particulares;

d) administração do Sistema Estadual de Educação;

e) entidades não-governamentais que atuem na educação profissional e de jovens e adultos;

f) Sindicato dos Trabalhadores em Educação – Sinteac e Sindicato dos Professores Licenciados do Acre – Sinplac; e

g) União Nacional dos Dirigentes Municipais - UNDIME.

III - secretaria geral;

IV - assessoria técnico-pedagógica; e

V - assessoria de apoio jurídico e administrativo.

§ 3º O mandato dos conselheiros será de dois anos, permitida a recondução, iniciando-se em 1º de fevereiro e com término em 31 de janeiro do final do biênio.

§ 4º O critério de escolha dos conselheiros deve levar em consideração o notório saber em matéria de educação e comprovada experiência educacional.

§ 5º A presidência do CEE será exercida por um membro do colegiado eleito por seus pares para mandato de dois anos, permitida a recondução, e exercerá suas funções em regime de dedicação exclusiva, para a qual ser-lhe-á atribuída a gratificação correspondente à Gerência 4 da SFE

§ 6º A vice-presidência será exercida por um membro do colegiado eleito por seus pares, que responderá pela presidência nas faltas ou impedimentos do titular e, no caso de afastamento do mesmo, perceberá as vantagens do cargo.

§ 7º Os conselheiros perceberão *jeton* por cada reunião ordinária que participarem, em valor correspondente a doze por cento da gratificação atribuída pelo governo do Estado para a função de Gerência I, fixado o número de quatro reuniões mensais ordinárias.

§ 8º Para executar suas ações, o CEE terá disponibilizado pela SEE recursos humanos, financeiros e materiais, além de dispor de apoio de igual ordem das secretarias municipais e de outros órgãos que atendam peculiaridades dos programas e projetos educacionais.

§ 9º As ações desenvolvidas pelo CEE são de natureza técnico-pedagógica e, por suas relevâncias para a educação do Estado, têm prioridade sobre quaisquer funções públicas que exerçam.

Art. 24. A estrutura organizacional do CEE será regulamentada através do regimento interno da instituição, aprovado pelo governador do Estado.

TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. O Plano Estadual de Educação, articulado com os planos nacionais e municipais, elaborado com a participação da sociedade, ouvidos os órgãos colegiais da gestão democrática do ensino e aprovado pelo CEE, contemplará:

I - a erradicação do analfabetismo, dentro do prazo previsto em lei;

II - a universalização do ensino obrigatório e a progressiva universalização da educação infantil e do ensino médio;

III - a expansão do ensino superior;

IV - a melhoria do padrão de qualidade das condições e da realidade do ensino; e

V - o estabelecimento do número mínimo e máximo de alunos por sala de aula.

Art. 26. O desporto educacional, no Sistema Estadual de Educação, será disciplinado em lei ou regulamentação específica, observando o que preceitua a legislação vigente.

Art. 27. As empresas e microempresas que recebem apoio administrativo, técnico, logístico, financeiro ou fiscal do poder público deverão contribuir para o processo de educação de jovem e adultos das áreas em que se localizarem.

Art. 28. As instituições de ensino integradas ao Sistema Estadual de Ensino remeterão, anualmente, os planos, projetos e relatórios gerais de suas atividades ao órgão próprio do sistema, nos termos em que dispuser o CEE.

Art. 29. Ficam assegurados os mandatos dos atuais conselheiros do CEE até 31 de janeiro de 2007.

Art. 30. O CEE do Acre fixará normas para a execução da presente lei e resolverá os casos omissos.

Art. 31. Os órgãos executivos e normativos, as instituições de ensino públicas e vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino adaptarão seus estatutos, regimentos, regulamentos e atos normativos deles decorrentes ao disposto nesta lei, no prazo máximo de cento e oitenta dias após sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as Leis n. 665, de 30 de abril de 1979 e n. 1.362, de 29 de dezembro de 2000.

Art. 33. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilam Legislação do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69000-010 - Fone: (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223-2010

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

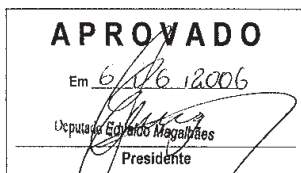
Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUÍS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



PROJETO DE LEI N. 33/2006
AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO
EMENTA: "Institui a Semana da Água e dá outras providências."

PARECER N. 31/2006

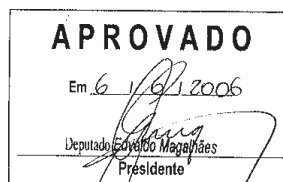
REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 33/2006, de autoria do Deputado Chagas Romão, que "Institui a Semana da Água e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
6 de junho de 2006

Deputado TAUMATURGO LIMA
Relator

Assimilam Legislação do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69000-010 - Fone: (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223-2010



PROJETO DE LEI N. 33/2006

AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

EMENTA: "Institui a Semana da Água e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, em todo o território do Estado do Acre, a Semana da Água e o Prêmio de Conservação e Reuso de Água.

Parágrafo único. As comemorações da Semana da Água e a entrega do Prêmio de Conservação e Reuso de Água serão realizadas na terceira semana do mês de março, coincidindo com as comemorações do Dia Mundial da Água.

Art. 2º A Semana da Água tem por objetivos:

I - promover a defesa da água, lutando para que sua gestão não seja privatizada e que continue em poder do Estado e de toda coletividade;

II - promover a conscientização da comunidade para a importância do gerenciamento adequado dos recursos hídricos do Estado;

III - estimular simulados de Parâmetros da Água na rede de ensino público e privado;

IV - divulgar a política e o Sistema Estadual e Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos;

V - promover discussões sobre a revisão e implementação da política estadual de saneamento, incorporando os instrumentos de controle social na sua execução;

VI - promover mutirões de educadores ambientais para estimular a adoção de práticas e medidas de proteção dos recursos hídricos; e

VII - divulgar as ações e as boas práticas de serviços públicos de saneamento ambiental a gestores, técnicos e sociedade civil, com o objetivo de promover serviços públicos com controle social e participação popular.

Art. 3º As instituições públicas de saneamento, de educação, a comunidade científica, os legislativos municipal e estadual e as entidades da sociedade civil serão convidados a participar das discussões e apresentar sugestões.

Art. 4º As atividades da Semana da Água serão desenvolvidas juntamente com as escolas e entidades da sociedade civil, visando à conscientização da população em geral quanto à importância da conservação e do uso adequado dos mananciais hídricos.

Art. 5º A Secretaria Estadual de Educação - SEE deverá desenvolver cartilhas ilustradas sobre educação ambiental que tragam a temática do desperdício, o preço e a maneira correta de utilização da água, podendo ser confeccionada em parceria com a iniciativa privada.

Parágrafo único. Deverão ser capacitados educadores e multiplicadores para a utilização do material didático, visando à efetivação da educação ambiental nas escolas e em toda a sociedade.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

6 de junho de 2006

Deputado TAUMATURGO LIMA
Relator

Assimilam Legislação do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69000-010 - Fone: (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alocac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223-2010

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

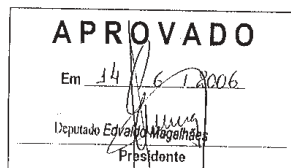
JOSÉ LUÍS (BPM)

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 53/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre, ao Município de Sena Madureira."

PARECER N. 32/2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 53/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre, ao Município de Sena Madureira."

Sala das Comissões "Deputado ILSÓN RIBEIRO",

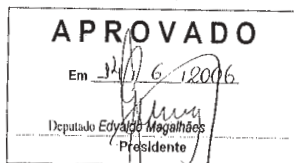
14 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Artur de Azevedo, n. 214 Centro CEP 69008-910 - Fone (080) 3223 1760 - 3234 1797 http://www.al.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3224 6850 site: www.ejpc.org.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 53/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel urbano, de propriedade do Estado do Acre, ao Município de Sena Madureira."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado, nos termos desta lei, a ceder um imóvel, de propriedade do Estado do Acre, no Município de Sena Madureira, com a seguinte descrição:

"Um lote de terra urbano situado à Rua Siqueira Campos, n. 210, contendo 13,00m de frente por 37,00m de fundos, com uma área de 481,00m² e um perímetro de 100,00m lineares, com os seguintes limites e confrontações: pelo lado direito, com Antônio Milton

Miranda; pelo lado esquerdo, com Sinval Gouveia Cavalcante; pela frente, com a Rua Siqueira Campos e, pelos fundos, com Francisco Modesto. No referido terreno encontra-se construída uma casa em alvenaria, coberta de folhas de alumínio, medindo 5,90m de largura por 13,80m de comprimento".

Parágrafo único. A área de que trata o caput deste artigo encontra-se devidamente registrada, sob a matrícula n. 1.699, às fls. 29v/30, do Livro 3D, da Serventia de Registros de Imóveis da Comarca de Sena Madureira/AC.

Art. 2º O imóvel cedido será utilizado, exclusivamente, pelo Município de Sena Madureira, para o funcionamento do Programa ODONTO SESC, com atuação básica na área preventiva e que atenderá quarenta e quatro pessoas/dia, oportunizando a comunidade e priorizando todos os alunos da rede municipal e estadual de ensino.

Art. 3º O Município de Sena Madureira efetuará uma reforma, com construção de garagem, onde as portas e janelas serão gradeadas.

Art. 4º O prazo estabelecido para a cessão é de dois anos, findo o qual o imóvel voltará automaticamente para o Estado do Acre.

Art 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSÓN RIBEIRO",

14 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTE:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)

HELDER PAIVA (PSDB)

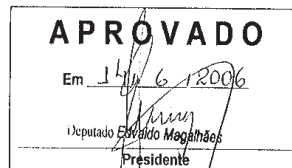
JOSÉ LUÍS (BPM)

NALUH GOUVEIA (PT)

VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI N. 54/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens móveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta estadual."

PARECER N. 33/2006

REDAÇÃO FINAL

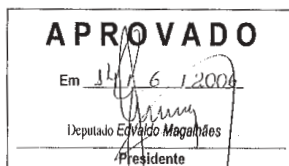
A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final

ao Projeto de Lei n. 54/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens móveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta estadual."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
14 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 2414 - Centro - CEP 69005 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - Fax 3223 1797 home page: alemnac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3223 6850 site: www.ejcam.gov.br



PROJETO DE LEI N. 54/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens móveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta estadual."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a alienar os bens móveis inservíveis dos órgãos da administração pública direta e indireta relacionados no Anexo Único desta lei.

Art. 2º Quando não acudirem interessados à alienação por leilão, se for o caso, a administração pública deverá reexaminar todo o procedimento, com o objetivo de detectar as razões do desinteresse, especialmente no tocante às avaliações e à divulgação, podendo adotar outras providências, nas tentativas subseqüentes para alienar os bens, em função do que for apurado sobre as condições do certame anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
14 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

2

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 2414 - Centro - CEP 69005 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - Fax 3223 1797 home page: alemnac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3223 6850 site: www.ejcam.gov.br

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE MATERIAL INSERVÍVEL
SECRETARIA DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-
SECIAS, FUNBESA E OUTROS

Item	Material	Patrimônio	Secretaria
1	Armário em madeira conglomerada e prateleiras	0000079-47	FUNBESA
2	Mesa em madeira conglomerada Friso fino c/ 2 gavetas	001136	SECIAS
3	Mesa em madeira conglomerada c/ 3 gavetas	000847	SECIAS
4	Armário c/ 2 portas preto	066	R.OFICIAL
5	Armário em madeira c/ 3 portas	25.00.001830	SECTAS
6	Armário c/ 4 gavetas em aço	25.00.000122	SECTAS
7	Arquivo em aço c/ 7 gavetas	0490	LBA
8	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	S/P	-
9	Arquivo em aço c/ 5 gavetas	1279	LBA
10	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	S/P	LBA
11	Armário c/ 2 portas pequenas, c/ rodas	S/P	-
12	Armário c/ 2 portas em aço	289	LBA
13	Armário c/ 3 portas em aço	S/P	-
14	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	S/P	-
15	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	25.00.001127	SECTAS
16	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	0412	LBA
17	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	0413	LBA
18	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	052/34	SERDA
19	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	S/P	-
20	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	S/P	-
21	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	25.00.001118	SECTAS
22	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	25.00.001119	SECTAS
23	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	0494	SEAS
24	Arquivo em aço c/ 4 gavetas	S/P	-

25	Banco em madeira	S/P	-
26	Banco em madeira	S/P	-
27	Banco em madeira	S/P	-
28	Banco em madeira	S/P	-
29	Banco em madeira	S/P	-
30	Banco em madeira	S/P	-
31	Bebedouro Genarex	25.00.000910	SECTAS
32	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
33	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
34	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
35	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
36	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
37	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
38	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
39	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
40	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
41	Carteira escolar	S/P	FUNBESA

42	Carteira escolar	S/P	FUNBESA
43	Cadeira em madeira de lei	S/P	-
44	Cadeira em napa preto	25.00.000010	SECTAS
45	Cadeira em palhinha em napa preto	0647	-
46	Cadeira em rodízio em napa preto	S/P	-
47	Cadeira em palhinha em rodízio	S/P	-
48	Cadeira em napa preto	25.00.001441	SECTAS
49	Cadeira simples cinza	25.00.000177	SECTAS
50	Cadeira tipo chefia em rodízio na cor laranja	25.00.001665	SECTAS
51	Cadeira de rodas simples	S/P	-
52	Cadeira de rodas simples	S/P	-
53	Cadeira de rodas simples	S/P	-
54	Cadeira em palhinha	10750	FDRB
55	Cadeira em palhinha	S/P	-
56	Cadeira em palhinha	699860	MPB
57	Cadeira em palhinha	0107	FUNBESA
58	Cadeira em napa de cor cinza	25.00.000116	SECTAS
59	Cadeira em rodízio em napa verde	S/P	-
60	Cadeira em madeira simples	S/P	-
61	Cadeira em madeira simples	S/P	-
62	Cadeira em madeira simples	S/P	-
63	Cadeira em napa preto	S/P	-
64	Cadeira em madeira em rodízio	S/P	-
65	Calculadora Facit	0117	LBA
66	Calculadora Facit	0737	LBA
67	Impressora Epson FX 1170	252496	SEFAZ
68	Estante c/ 2 portas	S/P	-
69	Estante em aço c/ 5 prateleiras	S/P	-
70	Estante em aço c/ 5 prateleiras	S/P	-
71	Estante em aço c/ 5 prateleiras	S/P	-
72	Estante em aço c/ 5 prateleiras	S/P	-
73	Estante em aço c/ 5 prateleiras	S/P	-
74	Estante em madeira	S/P	-
75	Estante em madeira	S/P	-
76	CPU IBM	S/P	-
77	CPU IBM	S/P	-
78	Fichário acrílico verde	S/P	-
79	Fogão Industrial Dako c/ 4 bocas	S/P	-
80	Freezer Prosdócimo	S/P	-
81	Fotocopiadora média	S/P	-
82	Monitor de Vídeo Tronni	S/P	-
83	Mimiografo Gestetner 1103	91561	DAMIF
84	Máquina de datilografia elétrica Tekne	S/P	-
85	Máquina de datilografia elétrica Olivetti TI 520	S/P	-
86	Máquina de datilografia elétrica IBM	S/P	-
87	Máquina de datilografia Olivetti elétrica	S/P	-
88	Máquina de datilografia Olivetti Remtronic/2000	S/P	-
89	Máquina de datilografia Olivetti Remtronic/2000	S/P	-
90	Máquina de datilografia Olivetti Remtronic/2000	S/P	-
91	Máquina de datilografia Olivetti do Brasil	S/P	-

92	Máquina de datilografia Olivetti do Brasil	S/P	-
93	Máquina de datilografia Facit manual	S/P	-
94	Máquina de datilografia Tekne Olivetti	0730	LBA
95	Máquina de datilografia Olivetti Linea	0427	LBA
96	Máquina Olivetti 121 ET	8425	LBA
97	Máquina de datilografia Remington 100	061	LBA
98	Máquina elétrica/IBM Dant	S/P	-
99	Máquina elétrica/IBM Dant	S/P	-
100	Máquina Impressora Elgin elétrica	33259	MPB
101	Máquina Olivetti Linea 98 manual	S/P	-
102	Máquina Tekne manual 003	S/P	-
103	Máquina elétrica IBM 0023	S/P	LBA
104	Máquina elétrica Olivetti 1126	-	LBA
105	Máquina elétrica Tekne 007	0457	LBA
106	Máquina elétrica Olivetti 121	25.00.000036	SECTAS
107	Máquina de datilografia Olivetti 121	014523	IAPAS
108	Mesa c/ 2 gavetas	91765	DAMF
109	Mesa pequena p/ telefone em madeira	S/P	-
110	Mesa c/ 3 gavetas em madeira	S/P	-
111	Mesa em madeira c/ 3 gavetas	S/P	-
112	Mesa em madeira c/ 3 gavetas	S/P	-
113	Mesa em madeira c/ 3 gavetas	25.00.000221	SECTAS
114	Mesa em madeira c/ 3 gavetas	25.00.000842	SECTAS
115	Mesa em madeira c/ 3 gavetas	25.00.001211	SECTAS
116	Mesa em madeira c/ 3 gavetas	25.00.000847	SECTAS
117	Mesa p/ máquina de datilografia	S/P	-
118	Mesa em madeira c/ 3 gavetas	S/P	-
119	Mesa em madeira c/ 3 gavetas	S/P	-
120	Mesa em madeira c/ 8 gavetas	S/P	-
121	Mesa em madeira	S/P	-
122	Mesa p/ máquina de datilografia	S/P	-
123	Mesa c/ 2 gavetas	S/P	-
124	Mesa c/ 3 gavetas	25.00.001212	SECTAS
125	Mesa em madeira	25.00.001211	SECTAS
126	Maca p/ consultório branca	010516	DMF/Acre
127	Poltrona p/ 2 lugares branco	S/P	-
128	Máquina calculadora Facit	25.00.000100	SECTAS
129	Máquina calculadora Sharto	11639	BANACRE
130	Máquina calculadora Sharto	014564	MPS
131	Máquina calculadora Olivetti	3559	DAMEF
132	Máquina calculadora Dismacom	1666	LBA
133	Máquina calculadora Sharp	014433	MPS
134	Teclado Tatung	25.00.000905	SECTAS
135	Máquina calculadora Texas 5142	1139	LBA
136	Máquina calculadora Olivetti	014562	MPS
137	Aparelho telefônico Siemens	25.00.000040	SECTAS
138	Teclado IBM	S/P	-
139	Teclado Interval	014344	MPS
140	Teclado Tronni	25.00.000302	SECTAS
141	Teclado Unisys	25.00.000087	SECTAS

142	Cadeira em palhinha	91677	DAMF
143	Cadeira em rodizio em napa preto	S/P	-
144	Carteira escolar em madeira	S/P	-
145	Secador de cabelo	S/P	-
146	Fichário acrílico pequeno	S/P	-
147	Regulador de voltagem	S/P	-
148	Retroprojeto	S/P	-
149	Berço em madeira	479/87	FUNBESA
150	Berço em madeira	S/P	FUNBESA
151	Cama em madeira	S/P	FUNBESA
152	Cama em madeira	S/P	FUNBESA
153	Cama em madeira	S/P	FUNBESA
154	Fogão c/ 4 bocas	014586	MPS
155	Mesa p/ computador	S/P	-
156	Cadeira em madeira	S/P	-
157	Cadeira em napa preto	S/P	-
158	Liquidificador Britânia	25.00.000819	SECTAS
159	Máquina calculadora Sharp	014509	MPS
160	Aparelho telefônico Fonecon	079.788	MTB
161	Aparelho telefônico Siemens	014566	MPS
162	Aparelho telefônico Fonecon	25.00.000900	SECTAS
163	Aparelho telefônico Exfone	25.00.001135	SECTAS
164	Aparelho telefônico Exfone	25.00.001773	SECTAS
165	Aparelho telefônico Fonecon	079791	MTB
166	Aparelho telefônico Siemens	S/P	-
167	Aparelho telefônico Siemens	25.00.000793	SECTAS
168	Aparelho telefônico Siemens	25.00.000067	SECTAS
169	Aparelho telefônico Fonecon	25.00.000057	SECTAS
170	CPU/SID 502	S/P	-
171	Máquina datilografia elétrica IBM	25.00.000086	SECTAS
172	CPU IBM	92710	DAMF
173	Cadeira em napa preta	S/P	-
174	Máquina datilografia	1194-00	FUNBESA
175	Máquina datilografia elétrica Olivetti Tekne 3	20361	INPS
176	Máquina datilografia elétrica Tekne 7	04992170	INPS
177	Máquina costura Singer	S/P	-
178	Cadeira em palhinha	014293	MPS
179	Aparelho de ar condicionado Springer 7.000 BTUS	S/P	-
180	Impressora Emília Plus	S/P	-
181	Impressora Olivetti	S/P	-
182	Mesa c/ 3 gavetas	25.00.000821	SECTAS
183	Mesa c/ 3 gavetas	0546	MPS
184	Tamborete	364-59	FUNBESA
185	Encadernamento marca Krause	S/P	-

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

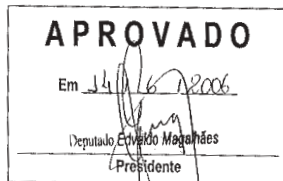
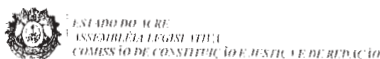
Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTES:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



PROJETO DE LEI N. 55/2006
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974."

PARECER N. 34 /2006

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 55/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974."

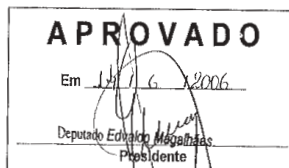
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

14 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leão, n. 241-Centro-CEP 69908-000 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alacac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3223 6850 site: www.alacac.gov.br



PROJETO DE LEI N. 55/2006

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera dispositivo da Lei n. 528, de 13 de maio de 1974."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 11 da Lei 528, de 13 de maio de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. Para matrícula nos estabelecimentos de ensino militar estaduais, além das condições relativas à nacionalidade, idade limite de trinta anos para o sexo masculino e vinte e cinco anos para o sexo feminino, aptidão intelectual, capacidade física, idoneidade moral e exame psicotécnico, é necessário que o candidato não exerça, nem tenha exercido, atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional.

Parágrafo único. Além dos requisitos mencionados no caput deste artigo, o candidato do sexo masculino deverá ter altura mínima de 1,60m e, do sexo feminino, 1,55m."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

14 de junho de 2006

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Relator

Assimilada Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leão, n. 241-Centro-CEP 69908-000 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alacac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223 2010 Fax 3223 6850 site: www.alacac.gov.br

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FERNANDO MELO (PT)

TITULARES:

Deputados:

CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
TAUMATURGO LIMA (PT)

SUPLENTES:

Deputados:

ANTÔNIA SALES (PMDB)
HELDER PAIVA (PSDB)
JOSÉ LUIS (BPM)
NALUH GOUVEIA (PT)
VALMIR FIGUEREDO (PT)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Ata da Reunião de Instalação, Eleição e Posse do
Presidente e Vice-Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça e de Redação, realizada em
14 de março de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Às nove horas e dezoito minutos, sob a Presidência do Deputado **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, com fundamento no art. 33, § 1º, II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, reuniram-se os Deputados **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **FERNANDO MELO (PT)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, com a finalidade de instalar a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, bem como eleger e empossar o Presidente e Vice-Presidente. Procedida à instalação e votação, foram os Deputados Edvaldo Magalhães (BPM) e Fernando Melo (PT) eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Na ocasião, a presidência comunicou aos demais membros presentes que a reunião ordinária permaneceria às terças-feiras, às 9 horas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Doricélia Taumaturgo da Silva**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

Ata da primeira reunião extraordinária da Comissão
Constituição e Justiça e de Redação, realizada em
17 de janeiro de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Às oito horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, presentes os Deputados **FERNANDO MELO (PT)**, **DELOGEM CAMPOS (PSB)** e **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, foi aberta a reunião com a finalidade de distribuir em Redação Final às seguintes proposições de autoria do Poder Executivo: Projeto de Lei Complementar n. 1/2006, que "Dispõe sobre a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Acre"; Projeto de Lei n. 1/2006, que "Altera dispositivos da Lei n. 1.360, de 29 de dezembro de 2000" e Projeto de Lei n. 2/2006, que "Fixa os valores dos vencimentos básicos de Defensor Público", os quais a Presidência tomou para si a relatoria e, suspendeu a reunião para que fossem elaborados os pareceres. Reaberta a reunião o Presidente Deputado Edvaldo Magalhães colocou em discussão e votação os pareceres, os quais foram aprovados por unanimidade em seguida encaminhados à Mesa Diretora através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Doricélia Taumaturgo da Silva**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

Ata da segunda reunião extraordinária da Comissão
Constituição e Justiça e de Redação, realizada em
18 de janeiro de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Às nove horas e dezoito minutos, sob a Presidência do Deputado **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, presentes os Deputados **FERNANDO MELO (PT)**, **DELOGEM CAMPOS (PSB)** e **HÉLIO LOPES (PMDB)**, foi aberta a reunião com a finalidade de distribuir em Redação Final o Projeto de Lei Complementar n. 2/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Reestrutura a carreira de Defensor Público e dá outras providências." o qual a Presidência tomou para si a relatoria e, suspendeu a reunião para que fosse elaborado competente parecer. Reaberta a reunião o Presidente Deputado Edvaldo Magalhães colocou em discussão e votação o parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, e encaminhado à Mesa Diretora através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Doricélia Taumaturgo da Silva**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

Ata da terceira reunião extraordinária da Comissão
Constituição e Justiça e de Redação, realizada em
19 de janeiro de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Às dezoito horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, presentes os Deputados **FERNANDO MELO (PT)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **DELOGEM CAMPOS (BSC)** e **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, foi aberta a reunião com a finalidade de distribuir em Redação Final às seguintes proposições de autoria do Poder Executivo: Projeto de Lei Complementar n. 3/2006, que "Revoga dispositivos das Leis Complementares n. 67, de 29 de junho de 1999 e 144, de 4 de março de 2005"; Projeto de Lei n. 3/2006, que "Dispõe sobre a reestruturação do Grupo de Tributação e Fisco da Secretaria de Estado da Fazenda e Gestão Pública - SEFAZ"; Projeto de Lei n. 4/2006, que "Altera as tabelas constantes dos Anexos IV e V da Lei n. 1.429, de 4 de janeiro de 2002" e Projeto de Lei n. 6/2006, que, "Estabelece pisos salariais para os novos cargos criados nesta lei, concede reajuste salarial aos servidores públicos civis, militares, ativos, inativos e pensionistas e fixa a nova estrutura de cargos de nível superior e tabela de vencimentos, no âmbito do Poder Executivo, autarquias e fundações públicas do Estado do Acre e dá outras providências", os quais a Presidência tomou para si a relatoria e, suspendeu a reunião para que fossem elaborados os respectivos pareceres. Reaberta a reunião o Presidente Deputado Edvaldo Magalhães colocou em discussão e votação os parecer, os quais foram aprovados por unanimidade, e encaminhados à Mesa Diretora através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Doricélia Taumaturgo da Silva**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da quinta reunião extraordinária da
Comissão de Constituição e Justiça e de
Redação, realizada em 29 de março de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Às onze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, presentes os Deputados **FERNANDO MELO (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, foi aberta a reunião visando distribuir o Projeto de Lei n.12/2006, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que "Altera a redação do art. 3º e do § 1º do art. 5º da Lei n. 1.396, de 11 de julho de 2001, na forma que menciona", cuja relatoria coube ao Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida a reunião foi interrompida pelo tempo necessário para o relator emitir o seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S.S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da sétima reunião extraordinária da
Comissão de Constituição e Justiça e de
Redação, realizada em 18 de abril de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Às onze horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, presentes os Deputados **FERNANDO MELO (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, foi aberta a reunião. Em seguida, o Senhor Presidente disse que relataria, em Redação Final, o Projeto de Lei n.12/2006, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que "Altera a redação do art. 3º e do § 1º do art. 5º da Lei n. 1.396, de 11 de julho de 2001, na forma que menciona" e os Projetos de Lei Complementar ns. 4/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Altera o Anexo III da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999 e dá outras providências" e 5/2006, de autoria do Poder Judiciário, que "Acréscce e altera dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995 e da Lei Complementar n. 90, de 7 de fevereiro de 2001 e dá outras providências", momento em que interrompeu a reunião pelo tempo necessário para emissão dos Pareceres. Reabertos os trabalhos, foram os pareceres colocados em discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade e encaminhados à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S.S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da Reunião de Instalação da Comissão Especial, criada pela Resolução n. 01, de 9 de março de 2006, bem como Eleição e Posse do Presidente e Vice-Presidente, realizada em 15 de março de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

Às onze horas e dez minutos, sob a Presidência do Deputado **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, de acordo com o art. 33, § 2º do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **HELDER PAIVA (PSDB)** e **TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)**, foi aberta a reunião com o objetivo de instalar a Comissão Especial, criada pela Resolução n. 01, de 9 de março de 2006, bem como eleger o Presidente e Vice-Presidente. Procedida a votação, foram eleitos por unanimidade o Deputado Helder Paiva e Edvaldo Magalhães, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente. Após tomar posse, o Senhor Presidente designou o Deputado Fernando Melo para relatar a **Proposta de Emenda Constitucional n. 1/2006**, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que "Altera o caput do art. 48, da Constituição Estadual" e informou que a reunião seria suspensa pelo tempo necessário para o relator emitir seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da Reunião de Instalação da Comissão Especial, criada pela Resolução n. 04 de 2 de maio de 2006, bem como Eleição e Posse do Presidente e Vice-Presidente, realizada em 2 de maio de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

Às onze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, conforme estabelece o art. 33, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)** e **FRANCISCO VIGA (PT)**, foi aberta a reunião, com o objetivo de instalar a Comissão Especial instituída pela Resolução n. 04, de 2 de maio de 2006, do Presidente da Assembleia Legislativa, para analisar a documentação apresentada pelos candidatos ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, bem como eleger e empossar o Presidente e Vice-Presidente. Procedida a instalação, iniciou-se o processo de votação, sendo eleitos por unanimidade o Deputado Fernando Melo e Chagas Romão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente. Após tomar posse e empossar o Vice-Presidente, o Senhor Presidente designou o Deputado Edvaldo Magalhães para a relatoria e marcou uma reunião às 15 horas, com a assessoria da Casa, para estabelecer diretrizes de trabalho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da segunda reunião da Comissão Especial criada pela Resolução n. 04, de 2 de maio de 2006, realizada em 16 de maio de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado FERNANDO MELO

Às onze horas e quinze minutos, sob a presidência do Deputado **FERNANDO MELO (PT)**, presentes os Deputados **FRANCISCO VIGA (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, membros titulares; **TAUMATURGO LIMA (PT)** e **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, suplentes, foram abertos os trabalhos, ocasião em que o Senhor Presidente informou aos presentes que a reunião objetivava definir os critérios a serem adotados na análise dos *curriculum vitae* das candidatas e dos candidatos ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado encaminhados à Comissão dentro do prazo regimental. Comunicou, ainda, o nome dos onze candidatos que haviam se habilitado: Senhoras Dulcinéia Benício de Araújo e Gessy Rosa Bandeira da Silva e Senhores Antônio Tavares Monteiro, Dion Carvalho Gomes de Sá, Dion Nóbrega Leal, Franciberto Ferreira de Castro, Idelbrando da Rocha Menezes, João Manoel de Souza Mendes, Jônathas Santos Almeida de Carvalho, José Luiz Sombra Rodrigues e Vicente Aragão Prado Júnior, esclarecendo que, em análise preliminar procedida pela consultoria jurídica da Casa, foi constatado que o candidato Dion Nóbrega Leal havia deixado de apresentar parte da documentação exigida, razão pela qual foi excluído do certame. Dando prosseguimento e cientes de que a Comissão teria dez dias para concluir o relatório, foi deliberado, por unanimidade, que a primeira providência a ser adotada seria encaminhar ofício aos candidatos convocando-os para entrevista, no dia 22 de maio de 2006, no horário compreendido entre as 9 e 11h. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO ESPECIAL

Ata da terceira reunião da Comissão Especial criada pela Resolução n. 04, de 2 de maio de 2006, realizada em 22 de maio de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado FERNANDO MELO

Às nove horas e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **FERNANDO MELO (PT)**, presentes os Deputados **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **HELDER PAIVA (PSDB)**, deu-se início à reunião, com a finalidade de entrevistar as candidatas e os candidatos habilitados ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, Senhoras Dulcinéia Benício de Araújo e Gessy Rosa Bandeira da Silva e Senhores Antônio Tavares Monteiro, Dion Carvalho Gomes de Sá, Franciberto Ferreira de Castro, Idelbrando da Rocha Menezes, João Manoel de Souza Mendes, Jônathas Santos Almeida de Carvalho, José Luiz Sombra Rodrigues e Vicente Aragão Prado Júnior. O candidato Dion Carvalho Gomes de Sá não compareceu à entrevista e não encaminhou à Comissão nenhum documento justificando sua ausência. As entrevistas foram gravadas e as fitas encaminhadas à Coordenadoria de Taquigrafia, para serem deglavadas e, posteriormente, o material será anexado ao processo. Encerradas as entrevistas, o Senhor Presidente procedeu a leitura de dois requerimentos encaminhados à Comissão, datados de 18 e 19 de maio de 2006, subscritos pelos Senhores Jônathas Santos Almeida de Carvalho, Idelbrando da Rocha Menezes e Vicente Aragão Prado Júnior, pedindo o indeferimento da candidatura da Senhora Dulcinéia Benício de Araújo e dos Senhores José Luiz Sombra Rodrigues e Dion Carvalho Gomes de Sá, alegando que os mesmos não preenchem os requisitos constitucionais para concorrer à referida vaga, oportunidade em que encaminhou os referidos requerimentos à consultoria jurídica, para apreciação. Em seguida, os membros decidiram, por unanimidade, que seriam tomadas todas as providências necessárias para que a conclusão e votação do relatório se desse, impreterivelmente, até o dia 30 de maio. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Fernando Melo

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal n. 241 - Centro - CEP 69008-840 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: alac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades de Legislativas - Fone 3223-2010 site: www.ceja.ac.gov.br



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO ESPECIAL

Ata da quarta reunião da Comissão Especial criada pela Resolução n. 04, de 2 de maio de 2006, realizada em 25 de maio de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

Às onze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, Presidente em exercício, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **HELDER PAIVA (PSDB)** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, suplente, foi aberta a reunião, com a finalidade de apreciar o parecer favorável ao processo seletivo para escolha de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre em decorrência do falecimento do conselheiro Francisco Diógenes de Araújo, concluído com Projetos de Decreto Legislativo de ns. 1 a 9 e parecer recomendando o indeferimento do Requerimento de autoria do senhor Vicente Aragão Prado Júnior e outros. Em seguida, iniciou-se o processo de discussão e votação dos pareceres, que foram aprovados por unanimidade e encaminhados à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Concluído o processo de votação, o Senhor Presidente determinou a secretária que encaminhasse ofício aos candidatos, convidando-os para se fazerem presente à Sessão Ordinária do dia 30 de maio de 2006, quando os Projetos de Decreto Legislativo que aprovam o nome de cada candidato habilitado serão submetidos à votação no soberano Plenário, e, em consequência, escolhido o novo conselheiro e ofício ao Senhor Vicente Aragão Prado Júnior e outros comunicando a decisão da Comissão quanto ao indeferimento do requerimento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da reunião de Instalação, eleição e posse do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, realizada em 14 de março de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às nove horas e trinta e oito minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 33, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, reuniram-se os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, objetivando instalar a Comissão de Orçamento e Finanças, constituída pela Resolução n. 2/2006, bem como proceder a eleição e posse do Presidente e Vice-Presidente. Na oportunidade, foi sugerido o nome do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)** para Presidente e do Deputado **FRANCISCO VIGA (PT)** para Vice-Presidente, os quais foram aprovados por unanimidade. Ato seguinte, o Senhor Presidente foi empossado e deu posse ao vice. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E para constar, eu, **Valcimar Martins**, lavrei a respectiva ata que, após lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Valcimar Martins

Ata da 1ª reunião conjunta - Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, realizada em 12 de janeiro de 2006.

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**PRESIDÊNCIA: Deputado VALMIR FIGUEREDO**

Às nove horas e onze minutos sob a Presidência do Deputado VALMIR FIGUEREDO (PT), conforme dispõe o art. 65 do Regimento Interno da Casa, reuniram-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, por seus Deputados EDVALDO MAGALHÃES (BPM), DELORGE CAMPOS (BSC), FERNANDO MELO (PT), HÉLIO LOPES (PMDB) e LUIZ GONZAGA (PSDB); Deputados VALMIR FIGUEREDO (PT), ELSON SANTIAGO (BPM) e HELDER PAIVA (PSDB); de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, e de Orçamento e Finanças, Deputados HELDER PAIVA (PSDB), EDVALDO MAGALHÃES (BPM) e VALMIR FIGUEREDO (PT). Aberta a reunião procedeu-se a distribuição do Projeto de Lei Complementar n. 01/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a Lei Orgânica da Defensoria do Estado do Acre", sendo indicado para relatoria o Deputado Edvaldo Magalhães. Na oportunidade, o Senhor Presidente informou que, dada a relevância da matéria, a reunião seria suspensa para elaboração do parecer técnico. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável submetido à discussão e votação, momento em que foi aprovado por todos os presentes. Em seguida, a Presidência encaminhou a matéria à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Rosana Cavalcante, Coordenadora, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ata da 2ª reunião conjunta - Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, realizada em 13 de janeiro de 2006.

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA**

Às nove horas e dezessete minutos, sob a Presidência do Deputado HELDER PAIVA (PSDB), conforme dispõe o art. 65 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação com a presença dos Deputados EDVALDO MAGALHÃES (BPM), FERNANDO MELO (PT), HÉLIO LOPES (PMDB) e LUIZ GONZAGA; e os Deputados HELDER PAIVA (PSDB), FRANCISCO VIGA (PT), EDVALDO MAGALHÃES (BPM), LUIZ CALIXTO (PDT) e VALMIR FIGUEREDO (PT) de Orçamento e Finanças. O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, esclarecendo aos presentes que estava em pauta para distribuição do Projeto de Lei n. 1/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos da Lei n. 1.360, de 29 de dezembro de 2000", indicado como relator o Deputado Magalhães. A Presidência informou ainda que, dada a importância da matéria, a reunião seria suspensa pelo tempo necessário à elaboração do parecer técnico. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável, juntamente com a Emenda Modificativa n. 01/2006, apresentada pelo Deputado Luiz Calixto, submetidos à discussão e votação momento em que foi aprovado o parecer e rejeitada a emenda. Em seguida, a Presidência encaminhou a matéria à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Rosana Cavalcante, Coordenadora, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ata da 3ª reunião conjunta - Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, realizada em 15 de janeiro de 2006.

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA**

Às vinte e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado HELDER PAIVA (PSDB), conforme dispõe o art. 65 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, reuniram-se conjuntamente,

as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação com a presença dos Deputados EDVALDO MAGALHÃES (BPM), DELORGE CAMPOS (BSC), HÉLIO LOPES (PMDB) e LUIZ GONZAGA; e os Deputados HELDER PAIVA (PSDB), FRANCISCO VIGA (PT), EDVALDO MAGALHÃES (BPM), LUIZ CALIXTO (PDT) e ELSON SANTIAGO (BPM) de Orçamento e Finanças. O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, esclarecendo aos presentes que estava em pauta para distribuição o Projeto de Lei Complementar n. 2/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Reestrutura a carreira de Defensor Público", indicado o nome do Deputado Edvaldo Magalhães para relatoria da matéria, na oportunidade o Senhor Presidente informou que a reunião seria suspensa pelo tempo necessário à elaboração do parecer técnico. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável, juntamente com emendas, submetido à discussão e votação momento em que foi aprovado por todos os presentes. Em seguida, a Presidência encaminhou a matéria à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Rosana Cavalcante, Coordenadora, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ata da 4ª reunião conjunta - Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, realizada em 17 de janeiro de 2006.

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**PRESIDÊNCIA: Deputado VALMIR FIGUEREDO**

Às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado VALMIR FIGUEREDO (PT), conforme dispõe o art. 65 do Regimento Interno da Casa, reuniram-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, por seus Deputados EDVALDO MAGALHÃES (BPM), DELORGE CAMPOS (BSC) e FERNANDO MELO (PT); Deputados VALMIR FIGUEREDO (PT), ELSON SANTIAGO (BPM), NOGUEIRA LIMA (PPS), FRANCISCO VIGA (PT) e HELDER PAIVA (PSDB), de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, e de Orçamento e Finanças os Deputados HELDER PAIVA (PSDB), FRANCISCO VIGA (PT), EDVALDO MAGALHÃES (BPM) e VALMIR FIGUEREDO (PT). Foi declarada aberta a reunião, momento em que o Senhor Presidente deu conhecimento aos presentes que se encontrava na pauta para distribuição do Projeto de Lei n. 2/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Fixa os valores dos vencimentos básicos de Defensor Público". Em seguida, o Senhor Presidente informou que, dada a urgência de que se revestia a matéria, suspenderia a reunião pelo tempo necessário à emissão do competente parecer técnico. Reabertos os trabalhos, foi o referido parecer favorável, submetido à discussão e votação, e, posteriormente, aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente encaminhou a matéria à Mesa Diretora, por intermédio da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Rosana Cavalcante, Coordenadora, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ata 5ª da reunião conjunta - Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, realizada em 18 de janeiro de 2006.

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**PRESIDÊNCIA: Deputado VALMIR FIGUEREDO**

Às nove horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado VALMIR FIGUEREDO (PT), conforme dispõe o art. 65 do Regimento Interno da Casa, reuniram-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, por seus Deputados EDVALDO MAGALHÃES (BPM), FERNANDO MELO (PT) e HÉLIO LOPES (PMDB); Deputados VALMIR FIGUEREDO (PT), FRANCISCO VIGA (PT) e HELDER PAIVA (PSDB), estes de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, e de Orçamento e Finanças os Deputados HELDER PAIVA (PSDB), FRANCISCO VIGA (PT), EDVALDO MAGALHÃES (BPM) e VALMIR FIGUEREDO (PT). Aberta a reunião, o Senhor Presidente informou que se encontrava na pauta para distribuição os seguintes Projetos de Leis: 03/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a reestruturação do Grupo de Tributação e Fisco da Secretaria de Estado da Fazenda e Gestão Pública, que passa a denominar-

se Carreira de Fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda e Gestão Pública e dá outras providências" e 04/2006, de autoria do Ministério Público, que "Altera as tabelas constantes dos Anexos IV do art. 12 e Anexo V do art. 14, da Lei n. 1.429, de 04 de janeiro de 2001", todos indicado como relator o Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida, o Senhor Presidente informou que, dada à urgência de que se revestiam as matérias, suspenderia a reunião pelo tempo necessário à emissão dos competentes pareceres técnicos. Reabertos os trabalhos, foram os referidos pareceres favoráveis, juntamente com emenda, apresentado ao Projeto de Lei n. 03/2006, submetidos à discussão e votação, e, posteriormente, aprovados por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente encaminhou as matérias à Mesa Diretora, por intermédio da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, **Rosana Cavalcante**, Coordenadora, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223-2010 site: www.ccejf.ac.gov.br



Ata da 6ª reunião conjunta - Comissões de
Constituição e Justiça e de Redação; de
Educação, Cultura e Desporto, Saúde Pública,
Legislação e Assistência Social e de Orçamento
e Finanças, realizada em 19 de janeiro de 2006.

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado, reuniram-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, com a presença dos Deputados **FERNANDO MELO (PT)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **LUIZ GONZAGA (PSDB)** de Educação, Cultura e Desporto, Saúde Pública, Legislação e Assistência Social, com a presença dos Deputados **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, **NALUH GOUVEIA (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **ANTÔNIA SALES (PMDB)** e Finanças, presentes os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA (BSC)** e **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **LUIZ CALIXTO (PDT)**. Abertos os trabalhos, a Presidência informou que a mesma tinha por objetivo precipuo distribuir o Projeto de Lei Complementar n. 03/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Revoga dispositivos das Leis Complementares n. 067, de 29 de junho de 1999, e 144, de 4 de março de 2005", na ocasião indicou como relator o Deputado Edvaldo Magalhães, e informou aos presentes sobre a importância que se revestia a matéria, que a reunião seria suspensa pelo tempo necessário à emissão do parecer técnico. Reabertos os trabalhos foi o referido parecer favorável, submetido à discussão e votação, e, posteriormente, aprovado unanimemente. A seguir, o Senhor Presidente encaminhou a matéria à Mesa Diretora, por intermédio da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, **Rosana Cavalcante**, Coordenadora, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69908-040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br
Subsecretaria de Atividades Legislativas - Fone 3223-2010 site: www.ccejf.ac.gov.br



Ata da 7ª reunião conjunta - Comissões de
Constituição e Justiça e de Redação; de Serviço
Público, Trabalho, Segurança Pública e
Municipalismo e de Orçamento e Finanças,
realizada em 19 de janeiro de 2006.

PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

PRESIDÊNCIA: Deputado VALMIR FIGUEREDO

Às dez horas e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, conforme dispõe o art. 65 do Regimento Interno da Casa, reuniram-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, por seus Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **DELOGEM CAMPOS (BSC)** e **FERNANDO MELO (PT)**; Deputados **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, **ELSON SANTIAGO (BPM)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **HELDER PAIVA (PSDB)**, estes de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, e de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**. Aberta a reunião procedeu-se à distribuição do Projeto de Lei n. 6/2006, de autoria do Poder Executivo, "Estabelece pisos salariais para os novos cargos criados nesta lei, concede reajuste salarial aos servidores públicos civis, militares, ativos, inativos e pensionais e fixa a nova estrutura de cargos de nível superior e tabela de vencimentos, no âmbito do Poder Executivo. Autarquias e Fundações

Públicas do Estado do Acre e dá outras providências". Sendo distribuído ao Deputado Edvaldo Magalhães, e informou aos presentes que dada à importância da matéria, a reunião seria suspensa pelo tempo necessário à emissão do parecer técnico. Reabertos os trabalhos foi o referido parecer favorável, juntamente com emendas, submetido à discussão e votação, e, posteriormente, aprovado unanimemente. A seguir, o Senhor Presidente encaminhou a matéria à Mesa Diretora, por intermédio da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, **Rosana Cavalcante**, Coordenadora, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ata da oitava reunião das Comissões de
Constituição e Justiça e de Redação; Serviço
Público, Trabalho, Segurança Pública e
Municipalismo e de Orçamento e Finanças,
realizada em 18 de abril de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às onze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **JOSÉ LUÍS (PMN)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, **JOSÉ VIEIRA (PSDB)** e **FERNANDO MELO (PT)**, este em substituição ao Deputado **FRANCISCO VIGA**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo; **HELDER PAIVA (PSDB)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **CHAGAS ROMÃO**, da Comissão de Orçamento e Finanças, foi aberta a reunião. Em seguida, o Senhor Presidente informou que encontrava-se na pauta de distribuição o Projeto de Lei Complementar n. 4/2006, de autoria do Poder Executivo, que "Altera o Anexo III da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999 e dá outras providências", sendo designado relator o Deputado Edvaldo Magalhães. A seguir, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S.S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata nona reunião das Comissões de
Constituição e Justiça e de Redação; Serviço
Público, Trabalho, Segurança Pública e
Municipalismo, realizada em 18 de abril de
2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às onze horas e quarenta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **JOSÉ LUÍS (PMN)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, **JOSÉ VIEIRA (PSDB)** e **FERNANDO MELO (PT)**, este em substituição ao Deputado **FRANCISCO VIGA**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, foi aberta a reunião com o objetivo de distribuir o Projeto de Lei Complementar n. 5/2006, de autoria do Poder Judiciário, que "Acréscce e altera dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995 e da Lei Complementar n. 90, de 7 de fevereiro de 2001 e dá outras providências", sendo designado relator o Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida, a Presidência suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, juntamente com as Emendas Modificativas ns. 6 e 7/2006. Em seguida, foi a referida matéria encaminhada à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S.S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata décima reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, realizada em 3 de maio de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às onze horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **JOSÉ LUÍS (PMN)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo; e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, foi aberta a reunião. Prosseguindo, o senhor Presidente disse que se encontrava na pauta de distribuição o Projeto de Lei n. **27/2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera e acresce dispositivos da lei n. 1.704, de 26 de janeiro de 2006 e da Lei n. 1.013, de 19 de dezembro de 1991, e dá outras providências" e designou o Deputado Edvaldo Magalhães para relatar a matéria. Em seguida, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade e encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ata décima primeira reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, realizada em 30 de maio de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às onze horas e dez minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **JOSÉ LUÍS (PMN)**, **HÉLIO LOPES (PMDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo; e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, foi aberta a reunião com o objetivo de distribuir os Projetos de Lei, oriundos do Poder Executivo, ns. **39/2006**, que "Autoriza o Poder Executivo a outorgar, sob condição resolutiva, concessão de direito real de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary, para efeito de regularização fundiária"; **40/2006**, que "Institui Programa de Incentivos Tributários para Empresas do Setor Sucroalcooleiro instaladas no Pólo Agroindustrial de Capixaba" e **41/2006**, que "Altera a Lei n. 1.460, de 3 de maio de 2002, que dispõe sobre o Programa de Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores – Pró-Florestania, e dá outras providências", sendo designado relator o Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foram os pareceres favoráveis aos Projetos de Lei ns. **40** e **41/2006**, colocados em discussão e votação e aprovados por unanimidade e encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata décima segunda reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, realizada em 30 de maio de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às onze horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, foi aberta a reunião com o objetivo de distribuir o Projeto de Lei n. **42/2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Modifica as Leis ns. 1.359, de 29 de dezembro de 2000 e 1.697, de 16 de janeiro de 2006", cuja relatoria coube ao Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente informou que além do Parecer favorável ao **Projeto de Lei n. 42/2006**, encontrava-se, também, na pauta de discussão e votação o Parecer emitido pelo Deputado Edvaldo Magalhães, favorável ao **Projeto de Resolução n. 3/2006**, de autoria da Mesa Diretora, que "Dispõe sobre a concessão de Auxílio Bolsa de Estudos para curso de Graduação e de Pós-Graduação a Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Acre", com emenda aditiva a ele acostada, momento em que foram discutidos, e, em seguida, aprovados por unanimidade e encaminhados à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata décima terceira reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Educação, Cultura e Desporto, Saúde Pública, Legislação e Assistência Social e de Orçamento e Finanças, realizada em 30 de maio de 2006.

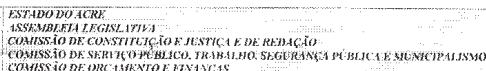
PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA


Às doze horas e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **NALUH GOUVEIA (PT)**, **JOSÉ BESTENE (PP)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)**, da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Saúde Pública, Legislação e Assistência Social e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)**, **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, foi aberta a reunião. Em seguida, o Senhor Presidente informou que encontrava-se na pauta de distribuição o **Projeto de Lei Complementar n. 6/2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Institui e organiza, no âmbito do Estado do Acre, o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências", e designou para relatar a proposição o Deputado Edvaldo Magalhães. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata décima quarta reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; Educação, Cultura e Desporto, Saúde Pública, Legislação e Assistência Social e de Orçamento e Finanças, realizada em 6 de junho de 2006.

PRESIDÊNCIA: Deputado HELDER PAIVA

Às onze horas e dez minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **NALUH GOUVEIA (PT)**, **JOSÉ BESTENE (PP)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **ANTÔNIA SALES (PMDB)** e **TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)**, da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Saúde Pública, Legislação e Assistência Social e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, foi aberta a reunião com o objetivo de apreciar o Parecer favorável, emitido pelo Deputado Edvaldo Magalhães, ao **Projeto de Lei Complementar n. 6/2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Institui e organiza, no âmbito do Estado



Às onze horas horas e trinta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **HELDER PAIVA (PSDB)**, **FRANCISCO VIGA (PT)**, **VALMIR FIGUEREDO (PT)**, **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, foi aberta a reunião. Em seguida a Presidência informou que encontrava-se na pauta de distribuição o Projeto de Lei n. **52/2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera os arts. 18 e 19 da Lei n. 1.382, de 5 de março de 2001" e designou o Deputado Edvaldo Magalhães para relatar a matéria. Em seguida a reunião foi interrompida pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu parecer. Reabertos os trabalhos foi o parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, , lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



Às onze horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Deputado **JOSÉ LUÍS (BPM)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, **FERNANDO MELO (PT)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **TAUMATURGO LIMA (PT)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **JOSÉ LUÍS (PMN)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **NOGUEIRA LIMA (PPS)**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, foi aberta a reunião com o objetivo de distribuir o Projeto de Lei n. **33/2006**, de autoria do Deputado Chagas Romão, que "Institui a Semana da Água e dá outras providências", sendo designado relator o Deputado Edvaldo Magalhães. Em seguida, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para que o relator emitisse seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o Parecer favorável colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Maria do Socorro S. S. Trisch**, *[assinatura]* lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

[illegible]

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães
Vice-Presidente: Delorgem Campos
Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.
Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carval-
ho, José Luís, Helder Paiva.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva
Vice-Presidente: Francisco Viga
Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, José
Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueredo
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.
Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio
Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão
Vice-Presidente: José Vieira
Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.
Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, No-
gueira Lima, Tarcísio Medeiros.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FO- MENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís
Vice-Presidente: Roberto Filho
Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas
Romão.
Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José
Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Luiz Gonzaga
Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Fran-
cisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDA- DANIA

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Dinha Carvalho
Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz
Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Antonia
Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.
Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas
Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima
Vice-Presidente: Hélio Lopes
Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio
Medeiros.
Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira,
Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:
Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.